



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

# **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA,  
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO  
MARANHÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

São Luís/MA, março/2013



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

# **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA,  
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO  
MARANHÃO**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria nº 133/2013).

São Luís/MA, março/2013



## SUMÁRIO

	<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>05</b>
	<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>07</b>
	<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>09</b>
<b>1</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO.....</b>	<b>13</b>
1.1	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	13
1.2	FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	14
1.3	ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	16
1.4	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	19
1.5	MACROPROCESSOS DE APOIO.....	31
1.6	PRINCIPAIS PARCEIROS.....	33
	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>36</b>
<b>2</b>	<b>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....</b>	<b>40</b>
2.1	PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	40
2.2	ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	44
2.3	EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	47
2.4	INDICADORES.....	52
<b>3</b>	<b>ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</b>	<b>60</b>
3.1	AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	60
3.2	SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	61
3.3	CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	61
<b>4</b>	<b>PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA... ..</b>	<b>61</b>
4.1	INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	62
4.1.1	Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	62
4.1.1.1	Divisão de Defesa Agropecuária.....	62
4.1.1.1.1	Programa 2028 – Defesa Agropecuária.....	62
4.1.1.1.1.1	Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	62
4.1.1.1.1.2	Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	64
4.1.1.1.1.3	Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.....	68
4.1.1.1.1.4	Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.....	69
4.1.1.1.1.5	Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças.....	71
4.1.1.1.1.6	Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	74
4.1.1.1.1.7	Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.....	75
4.1.1.1.1.8	Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.....	76
4.1.1.1.1.9	Ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola.....	78
4.1.1.1.1.10	Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.....	83
4.1.1.1.1.11	Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.....	86
4.1.1.1.1.12	Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa.....	88
4.1.1.1.1.13	Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.....	91
4.1.1.1.1.14	Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.....	95
4.1.1.1.1.15	Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.....	101
4.1.1.1.1.16	Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.....	105
4.1.1.2	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.....	108
4.1.1.2.1	Programa 2014 – Agricultura Irrigada Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.....	108
4.1.1.2.1.1	Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse.....	108
4.1.1.2.1.2	Ação 20SR – Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção.....	110
4.1.1.2.1.3	Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas.....	111
4.1.1.2.1.4	Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.....	113
4.1.1.2.1.5	Ação 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.....	115
4.1.1.2.1.6	Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.....	116
4.1.1.2.2	Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária.....	117
4.1.1.2.2.1	Ação 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.....	117
4.1.1.3	Serviço de Apoio Administrativo.....	119



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

4.1.1.3.1	Programa 2014 – Agricultura Irrigada Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.....	119
4.1.1.3.1.1	Ação 1K40 – Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	119
4.1.2	Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	121
4.1.2.1	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.....	121
4.1.2.1.1	Programa 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	121
4.1.2.1.1.1	Ação 2000- Administração da Unidade.....	121
4.1.2.2	Serviço de Apoio Administrativo.....	123
4.1.2.2.1	Programa 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	123
4.1.2.2.1.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	123
4.1.2.2.1.2	Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.....	124
4.2	INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	125
4.2.1	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	125
4.2.2	Execução Orçamentária da Despesa.....	126
4.2.2.1	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	126
4.2.2.1.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	126
4.2.2.1.2	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	127
4.2.2.1.3	Análise Crítica.....	128
<b>5</b>	<b>TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>128</b>
5.1	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	128
5.1.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	128
5.1.2	Análise Crítica.....	129
5.2	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	129
5.2.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	129
5.2.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	129
5.2.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e Seguintes.....	130
5.2.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	130
5.2.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse..	130
5.2.6	Análise Crítica.....	130
5.3	SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	133
5.3.1	Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos.....	133
5.3.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	133
5.3.1.2	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	133
5.3.1.3	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.....	133
5.3.1.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	134
5.3.1.5	Análise Crítica.....	135
<b>6</b>	<b>GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</b>	<b>135</b>
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	136
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	136
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	136
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	137
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	137
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	138
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	139
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	140
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	140
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	140
6.1.5	Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	141



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

6.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC.....	141
6.1.5.2	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos.....	142
6.1.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	142
6.2	<b>TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....</b>	<b>143</b>
6.2.1	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	143
6.2.2	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	144
6.2.3	Composição do Quadro de Estagiários.....	145
7	<b>GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>145</b>
7.1	<b>GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....</b>	<b>145</b>
7.2	<b>GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>146</b>
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	146
7.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ.....	147
8	<b>GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....</b>	<b>148</b>
8.1	<b>GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....</b>	<b>148</b>
8.2	<b>CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....</b>	<b>148</b>
9	<b>CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS....</b>	<b>149</b>
9.1	<b>DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....</b>	<b>149</b>
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	149
9.1.2	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	151
9.1.3	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	152
9.2	<b>DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....</b>	<b>154</b>
9.2.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93.....	154
9.2.2	Análise Crítica.....	154
9.3	<b>DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....</b>	<b>155</b>
9.3.1	Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	155
10	<b>INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>155</b>
10.1	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....</b>	<b>155</b>
10.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	155
10.2	<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>156</b>
10.2.1	Declaração com Ressalva.....	156
11	<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>156</b>
	<b>ANEXO A – Organograma funcional da SFA-MA.....</b>	<b>159</b>
	<b>ANEXO B - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....</b>	<b>160</b>
	<b>ANEXO C - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.....</b>	<b>162</b>
	<b>ANEXO D - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador.....</b>	<b>164</b>
	<b>ANEXO E - Relação da frota disponível da SFA-MA e custos associados à manutenção da mesma no exercício.....</b>	<b>166</b>
	<b>ANEXO F - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....</b>	<b>168</b>
	<b>ANEXO G - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG.....</b>	<b>170</b>
	<b>ANEXO H - Declaração de inserção e atualização de dados no Siconv.....</b>	<b>171</b>
	<b>ANEXO I - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.</b>	<b>172</b>



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual.....	13
Quadro 2	Subitens do item 4 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.....	61
Quadro 3	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	62
Quadro 4	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	64
Quadro 6	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.....	68
Quadro 6	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.....	69
Quadro 7	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças.....	71
Quadro 8	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	74
Quadro 9	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.....	75
Quadro 10	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.....	76
Quadro 11	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola.....	78
Quadro 12	Número de armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas por município para a monitoração da mosca da carambola, <i>Bractrocera carambolae</i> (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2012.....	79
Quadro 13	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.....	83
Quadro 14	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.....	86
Quadro 15	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa.....	88
Quadro 16	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.....	91
Quadro 17	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.....	95
Quadro 18	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.....	101
Quadro 19	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.....	105
Quadro 20	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse.....	108
Quadro 21	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20SR – Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção.....	110
Quadro 22	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas.....	111
Quadro 23	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.....	113
Quadro 24	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.....	116
Quadro 25	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.....	117
Quadro 26	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 1K40 – Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	119
Quadro 27	Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000 – Administração da Unidade.....	121
Quadro 28	Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	123
Quadro 29	Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.....	124



Quadro 30	Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	125
Quadro 31	Despesas por modalidade de contratação – Créditos de movimentação.....	126
Quadro 32	Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação.....	127
Quadro 33	Subitens do item 5 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.....	128
Quadro 34	Subitem do item 5 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não apresentou ocorrência durante o exercício na SFA-MA.....	128
Quadro 35	Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	128
Quadro 36	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	129
Quadro 37	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	129
Quadro 38	Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.....	130
Quadro 39	Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	133
Quadro 40	Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo (série histórica) .....	133
Quadro 41	Prestações de contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	134
Quadro 42	Subitens do item 6 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.....	135
Quadro 43	Subitens do item 6 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não apresentaram ocorrência durante o exercício na SFA-MA.....	135
Quadro 44	Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	136
Quadro 45	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	136
Quadro 46	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) .....	137
Quadro 47	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	137
Quadro 48	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	138
Quadro 49	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	139
Quadro 50	Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	140
Quadro 51	Instituidores de pensão – Situação apurada em 31/12.....	140
Quadro 52	Atos sujeitos ao registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	141
Quadro 53	Atos sujeitos à comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	141
Quadro 54	Regularidade do cadastro dos atos no SISAC.....	142
Quadro 55	Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.....	142
Quadro 56	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	143
Quadro 57	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	144
Quadro 58	Composição do quadro de estagiários.....	145
Quadro 59	Subitem do item 7 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não foi aplicado à natureza jurídica da SFA-MA.....	145
Quadro 60	Relação da frota disponível da SFA-MA e custos associados à manutenção da mesma no exercício.....	146
Quadro 61	Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	147
Quadro 62	Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	148
Quadro 63	Subitem do item 10 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não apresentou ocorrência durante o exercício na SFA-MA.....	149
Quadro 64	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	149
Quadro 65	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	150
Quadro 66	Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	151
Quadro 67	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	152
Quadro 68	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	153
Quadro 69	Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	154



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no exercício.....	63
Tabela 2	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.....	67
Tabela 3	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no exercício.....	68
Tabela 4	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no exercício.....	70
Tabela 5	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes para o cumprimento da meta física no exercício.....	70
Tabela 6	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes em eventos no exercício.....	70
Tabela 7	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Sementes e Mudanças no exercício.....	72
Tabela 8	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Fiscalização de Sementes e Mudanças para o cumprimento da meta física no exercício.....	72
Tabela 9	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Fiscalização de Sementes e Mudanças em eventos no exercício.....	72
Tabela 10	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.....	74
Tabela 11	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins em eventos no exercício.....	77
Tabela 12	Quantidade de coletas realizadas por microrregião onde se encontram instaladas armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas para a captura da mosca da carambola, <i>Bractrocera carambolae</i> (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2012.....	81
Tabela 13	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no exercício.....	84
Tabela 14	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no exercício.....	87
Tabela 15	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Erradicação da Febre Aftosa no exercício.....	90
Tabela 16	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais no exercício.....	92
Tabela 17	Relação do número de supervisões programadas e realizadas por Programa Nacional de Sanidade Animal coordenados pelo Departamento de Saúde Animal (DSA/SDA/MAPA) no Estado do Maranhão. 2012.....	96
Tabela 18	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais no exercício.....	99
Tabela 19	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Erradicação da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais em eventos no exercício.....	100
Tabela 20	Produtos de origem animal coletados para análise laboratorial na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal durante o exercício.....	102
Tabela 21	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.....	103
Tabela 22	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal para o cumprimento da meta física no exercício.....	103
Tabela 23	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal em eventos no exercício.....	104
Tabela 24	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal para o cumprimento da meta física no exercício.....	106
Tabela 25	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Contratos de Repasse no exercício.....	109
Tabela 26	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção no exercício.....	111
Tabela 27	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção em eventos no exercício.....	111
Tabela 28	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Serviços Agrícolas no exercício.....	112





Tabela 29	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica em eventos no exercício.....	114
Tabela 30	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono em eventos no exercício.....	115
Tabela 31	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário no exercício.....	116
Tabela 32	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários no exercício.....	118
Tabela 33	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em eventos no exercício.....	120
Tabela 34	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Administração da Unidade em eventos no exercício.....	122



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGE- Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

AGED-MA- Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão

AGU- Advocacia-Geral da União

APPProdutor- Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

CAE- Coordenador Estadual de Ação

Capacita1: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

CCONT/SPOA/SE/MAPA- Coordenação de Contabilidade

Certorgan1- Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

CFIC/DFIA/SDA/MAPA- Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos

CGAA/DFIA/SDA/MAPA- Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins

CGDP/SE/MAPA- Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas

CGLOG/DIEL/SDC/MAPA- Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção

CGPI/DIEL/SDC/MAPA- Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais

CGPP/DSV/SDA/MAPA- Coordenação-Geral de Proteção de Plantas

CGQV/DIPOV/SDA/MAPA- Coordenadoria-Geral de Qualidade Vegetal

CGTI/MAPA- Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação

CGU- Controladoria-Geral da União

CIG/DEPTA/SDC/MAPA- Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

CJU/MA/CGU/AGU- Consultoria Jurídica da União no Estado do Maranhão

CMSP/DEPROS/ SDC/MAPA- Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos

COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA- Coordenação de Agroecologia

CNAE- Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPF- Cadastro de Pessoa Física

CPGF- Cartão de Crédito Corporativo

CPOrg-MA- Comissão da Produção Orgânica no Estado do Maranhão

CQuali Leite- Programa Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade dos Alimentos

CSM/DFIA/SDA/MAPA- Coordenação de Sementes e Mudanças

CTNBio- Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

CTP- Custo total programado

CTR- Custo total realizado

CUP- Custo unitário programado

CUR- Custo unitário realizado

DBR- Declaração de Bens e Renda

DDA/SFA-MA- Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão

DEPTA/SDC/MAPA- Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária

DILEI/DIPOA/SDA/MAPA- Divisão de Inspeção de Leite e Derivados

DPDAG/SFA-MA- Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão

DFIA/SDA/MAPA- Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas

DIEL/SDC/MAPA- Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais

DIPOA/SDA/MAPA- Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal



DIPOV/SDA/MAPA- Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal  
DN- Decisão Normativa  
DOU- Diário Oficial da União  
DSA/SDA/MAPA- Departamento de Saúde Animal  
DSV/SDA/MAPA- Departamento de Sanidade Vegetal  
EFA- Índice de eficácia  
EFI- Índice de eficiência  
Embrapa- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Erradmosca- Erradicação da Mosca da Carambola  
Febreaftos- Erradicação da Febre Aftosa  
FFA- Fiscal Federal Agropecuário  
Fisagrottox- Fiscalização de Agrotóxicos e Afins  
Fiscagric1- Fiscalização de Serviços Agrícolas  
Fiscalsem1- Fiscalização de Sementes e Mudanças  
Fiscanimal1- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos  
Fiscinan- Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal  
Fiscontrato- Fiscalização de Contratos de Repasse  
Fiscorgen- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados  
Fisfecoi- Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes  
Fiscplanta2- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos  
Fisprovet- Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário  
GIDUR/SL- Gerência de Desenvolvimento Urbano e Rural da Caixa Econômica Federal em São Luís  
GM- Geneticamente modificado  
ha- hectare  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IG- Indicações geográficas  
IN- Instrução Normativa  
Indigraf- Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários  
Infraelog- Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção  
Inspanimal3- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal  
Ipvegetal2- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal  
Km<sup>2</sup>- Quilômetro quadrado  
LANAGRO/MAPA- Laboratório Nacional Agropecuário  
LOA- Lei Orçamentária Anual  
ManutSDC- Administração da Unidade  
ManutSFAs- Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas  
MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MPOG- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
NACA/DSV/SDAMAPA- Núcleo de Acompanhamento, Controle e Avaliação  
NP- Número de unidades programadas da meta física  
NR- Número de unidades realizadas da meta física  
OCI- Órgão de Controle Interno  
OCS- Organização de Controle Social  
OGM- Organismo Geneticamente Modificado  
OIE- Organização Mundial de Saúde Animal  
OPAC- Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade  
OrgManejo2- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono



Padclassif- Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais  
PAEC- Plano Anual de Capacitação Continuada  
PC- Prestação de contas  
PCEAnimal- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais  
PCEVegetal- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais  
PI- Plano Interno  
Plano ABC- Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a  
Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura  
PNCEBT- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal  
PNCRC- Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes  
PNCRH- Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias  
PNEFA- Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa  
PNEMC- Programa de Erradicação da Mosca da Carambola  
PNSA- Programa Nacional de Sanidade Avícola  
PNSE- Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos  
POA- Plano Operativo Anual  
PPA- Plano Plurianual  
PROCON- Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor  
RA- Relatório de Auditoria  
Renasem- Registro Nacional de Sementes e Mudas  
RIP- Registro Imobiliário Patrimonial  
SAD/SFA-MA- Serviço de Apoio Administrativo da Superintendência Federal de Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SAG/SAD/SFA-MA- Seção de Atividades Gerais da Superintendência Federal de Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
Sagrma- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
SAOD/SFA-MA- Seção de Apoio Operacional e Divulgação da Superintendência Federal de  
Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SCC/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Compras e Contratos da Superintendência Federal de  
Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SCDP- Sistema de Concessão de Diárias e Passagens  
SCVA- Sistema de Controle de Veículos Automotores  
SDA/MAPA- Secretaria de Defesa Agropecuária  
SDC/MAPA- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo  
SE/MAPA- Secretaria Executiva  
Sebrae- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEFAG/DDA/SFA-MA- Serviço de Fiscalização Agropecuária da Superintendência Federal de  
Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SEOF/SAD/SFA-MA- Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Superintendência Federal  
de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SePA/SFA-MA- Seção de Planejamento e Acompanhamento da Superintendência Federal de  
Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SeSAG/DPDAG/SFA-MA- Seção de Suporte Agropecuário da Superintendência Federal de  
Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SF- Suprimento de Fundos  
SFA- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
SFA-MA- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do  
Maranhão  
SFA-PA- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará  
SFA-PI- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí



SGI- Sistema de Gestão Integrada  
SGP/SAD/SFA-MA- Seção de Gestão de Pessoas da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
Siafi- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
Siape- Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICAF- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores  
Siconv- Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIF- Serviço de Inspeção Federal  
Siged- Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos  
Sior- Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras  
SIORG- Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SIPE- Sistema Integrado de Registro de Produto e Estabelecimento  
SIPE Web- Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos  
Siplan- Sistema Integrado de Planejamento  
SISA/DDA/SFA-MA- Serviço de Inspeção e Saúde Animal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SISAC- Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões  
SISV/DDA/SFA-MA- Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SMAP/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Manutenção Predial da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SMP/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Material e Patrimônio da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SPG- Sistemas Participativos de Garantia  
SPOA/SE/MAPA- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
SPR/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Protocolo da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SPU/MA- Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Maranhão  
STR/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Transporte da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão  
SUASA- Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária  
t- tonelada  
TCU- Tribunal de Contas da União  
UEMA- Universidade Estadual do Maranhão  
UG- Unidade de Gestão  
UJ- Unidade Jurisdicionada  
UO- Unidade Orçamentária  
un- unidade  
UVAGRO/ITM/DDA-MA- Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto do Itaqui-Madeira  
UVL- Unidade Veterinária Local  
Vigifito- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos



## 1. Identificação e Atributos da Unidade cuja Gestão Compõe o Relatório

### 1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1- Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual.

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		<b>Código SIORG:</b> 14	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão			
<b>Denominação abreviada:</b> SFA-MA			
<b>Código SIORG:</b> 002792		<b>Código LOA:</b> 22101	
<b>Código SIAFI:</b> 130069			
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> 00.396.895/0017-92	
<b>Principal Atividade:</b> Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura; Federal, Estadual, Municipal		<b>Código CNAE:</b> 8413-2/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>		(98) 3131-3412	(98) 3131-3411
<b>Endereço Eletrônico:</b> gab-ma@agricultura.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.agricultura.gov.br">http://www.agricultura.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Praça da República, 147 – Diamante – 65.025-500 – São Luís/MA			
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pelas Leis nº 8.028, de 12/04/1990, publicada no D.O.U. de 13/04/1990, e nº 10.683, de 28/05/2003, publicada no D.O.U. de 29/05/2003, e pelo o Decreto nº 7.127, de 04/03/2010, publicado no D.O.U. de 05/03/2010 – Seção I.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Atribuições regimentais – Das Competências: Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial MAPA nº 428, de 09/06/2010, publicada no D.O.U. de 14/06/2010 - Seção I.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Todos os manuais e publicações relacionados às atividades da SFA-MA são elaborados, deliberados e divulgados pelos órgãos centrais (Secretarias, Departamentos e Coordenações-Gerais) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
130069	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão		
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
130069		00001	



## 1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão (SFA-MA) é uma unidade da administração direta descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), instituída através do Decreto Federal nº 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 05/03/2010, e regulamentada organicamente pela Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 14/06/2010. As suas atividades também estão respaldadas em leis, decretos, portarias, instruções normativas etc. vigentes.

A SFA-MA no cumprimento do Regimento Interno através da Portaria nº 428, no exercício de suas competências e atribuições legais e regimentais na Área Administrativa e Área Técnica, na perspectiva das realizações perante o cumprimento de suas ações, não somente atendendo às demandas de sua própria instituição em busca de novos objetivos, tem apoiado o setor agrícola, pecuário e industrial com políticas e serviços para a produção de alimentos, fibras e produtos agroenergéticos através de fiscalizações e supervisões na tentativa de realizar a Visão de Futuro e cumprir a Missão do MAPA em “Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

De acordo com as diretrizes e programas estratégicos contidas no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal para o período 2012-2015 (Lei Federal nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012), o qual apresenta a finalidade de contribuir com o Governo Federal na continuidade do Projeto Nacional de Desenvolvimento, que visa a redução das desigualdades regionais com geração de empregos e distribuição de renda; a superação da pobreza extrema e redução das desigualdades sociais; a aplicação da ciência tecnológica e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento econômico brasileiro; o fortalecimento da democracia e o estímulo para a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública; e o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do Estado, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o presente documento contextualiza as responsabilidades institucionais, a estratégia de atuação, as informações técnico-administrativas de natureza quantitativa e qualitativa com a devida apresentação das metas físicas e orçamentárias programadas e executadas e a estrutura de custos da Unidade, com o que se faz refletir todo o conjunto do trabalho efetivamente realizado pela SFA-MA.

O portfólio de programas temáticos e ações orçamentárias que o Ministério está desenvolvendo no período de 2012 a 2015 está traduzido e desdobrado em um conjunto de objetivos, metas e iniciativas, cuja definição contou com a participação do corpo técnico do Ministério, de parceiros institucionais e da representação dos segmentos do agronegócio que respondem pela produção agropecuária.

O MAPA busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o MAPA visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura; assistência técnica e extensão rural; infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos



alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

Ainda compete às Superintendências a execução de atividades específicas demandadas pela Secretaria Executiva (SE/MAPA) relacionadas às inerentes competências de ouvidoria e de corregedoria.

A SFA-MA executa, concomitantemente, e quando requisitadas, atividades relacionadas à promoção da exportação, à promoção da infraestrutura rural, ao controle da aviação agrícola, à modernização dos sistemas de produção de sementes, ao desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos e do sistema de produção integrada e certificada.

Entre as atribuições concedidas a essa Superintendência, vale destacar o arranjo funcional dado ao sistema de defesa vegetal e animal após a edição do Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, que instituiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Esse documento legal transferiu a execução de atividades de sanidade agropecuária, até então de exclusiva responsabilidade da instância central e superior, o MAPA, para outras instâncias inferiores, como a intermediária, composta pelos estados e Distrito Federal, e a local, a qual reúne os municípios ou regiões, já que o Órgão Federal passou a responder pelas atividades de natureza política, estratégica, normativa, reguladora, coordenadora, supervisora, auditora, fiscalizadora e inspetora, menos as de ordem operacional, salvo se determinadas por interesse nacional ou regional. O objetivo do SUASA é garantir a saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços e a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo.

É importante destacar que a sociedade e o cidadão, de uma forma direta ou indireta, são atingidos pelo efeito preventivo da atuação da SFA-MA e seu conseqüente impacto multiplicador em todos os grupos de clientes. Todas as atividades das áreas-fim da SFA-MA estão voltadas para a garantia da qualidade dos serviços e produtos oferecidos pelos produtores e empresas do Estado do Maranhão e que se destinam ao cidadão e à sociedade em geral.

No subitem 2.3 serão descritos os resultados obtidos pela SFA-MA no exercício de 2012, com as metas alcançadas e as realizações empreendidas.





### 1.3. Organograma Funcional

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão desenvolve suas atividades com amparo legal previsto na Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010 (ANEXO A).

#### 1. Unidades de Assistência Direta

SePA/SFA-MA – Seção de Planejamento e Acompanhamento: promove o processo de gestão estratégica e operacional; elabora e consolida o plano operativo anual e da programação físico-orçamentária; orienta o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos componentes das estratégias; orienta para avaliação e revisão de indicadores de desempenho e demais instrumentos de gestão; elabora relatórios, periódicos e anuais; apoia a realização dos levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos; acompanha auditorias técnico-fiscais; consolida dados e compõe o Relatório de Gestão da SFA-MA.

SAOD/SFA-MA – Seção de Apoio Operacional e Divulgação: promove o processo de gestão estratégica e atividades de comunicação visual; auxilia na divulgação de notícias e informações; mantém atualizado o cadastro de autoridades do setor público; providencia a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos; coordena e executa as atividades inerentes à tecnologia da informática.

#### 2. Unidades de Execução Finalística

DDA/SFA-MA – Divisão de Defesa Agropecuária: coordena, acompanha, orienta e avalia a execução das atividades de vigilância zoossanitária e fitossanitária executadas pelo SEFAG, SISA, SISV e UVAGRO).

SISA/DDA/SFA-MA – Serviço de Inspeção e Saúde Animal: programa, promove, orienta, controla e audita a execução das atividades de inspeção de produtos de origem animal e de saúde animal.

SISV/DDA/SFA-MA – Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal: programa, promove, orienta, controla e audita a execução das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal e de sanidade vegetal.

SEFAG/DDA/SFA-MA – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários: programa, promove, orienta, controla e audita a execução das atividades de fiscalização de insumos pecuários e de fiscalização de insumos agrícolas.

DPDAG/SFA-MA – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário: promove, orienta, acompanha e fiscaliza a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário executados pelo SESAG.

SeSAG/DPDAG/SFA-MA – Seção de Suporte Agropecuário: promove, orienta, acompanha e fiscaliza a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário do estado.



### 3. Unidades Descentralizadas de Execução Finalística

UVAGRO/ITM/DDA-MA – Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto do Itaqui e do Porto da Ponta da Madeira - coordenada pela Divisão de Defesa Agropecuária, executa as atividades de fiscalização agropecuária: examina, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos; aplica medidas de desinfecção e desinfestação em animais e vegetais; expede certificados sanitários e fitossanitários; propõe quarentena agropecuária.

### 4. Unidade de Apoio Operacional

SAD/SFA-MA – Serviço de Apoio Administrativo: coordena a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA-MA consoante orientações dos órgãos setoriais; delega orientações às seções subordinadas: SEOF/SAD/SFA-MA, SGP/SAD/SFA-MA e SAG/SAD/SFA-MA.

SEOF/SAD/SFA-MA – Seção de Execução Orçamentária e Financeira: processa a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados; efetua pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas; executa inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi); analisa e emite parecer sobre a execução financeira, processamento contábil e prestação de contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias; verifica e registra a conformidade de gestão.

SGP/SAD/SFA-MA – Seção de Gestão de Pessoas: promove a aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados; orienta a execução das atividades de registros funcionais, preparo de pagamento de pessoal, concessões de férias, licenças e aposentadorias, benefícios sociais e assistenciais, exames médicos periódicos; identifica as necessidades de desenvolvimento de competências; cadastra e mantém atualizados os dados e informações sobre agentes de desenvolvimento de pessoas; providencia a inscrição e analisa os processos de participação de servidores em cursos externos e em outros eventos similares; prove apoio técnico e operacional na execução do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas; instrui processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais.

SAG/SAD/SFA-MA – Seção de Atividades Gerais: promove, acompanha e orienta a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância. Os seguintes setores estão sob sua administração: SMAP/SAG/SAD/SFA-MA, SCC/SAG/SAD/SFA-MA, SMP/SAG/SAD/SFA-MA, STR/SAG/SAD/SFA-MA e SPR/SAG/SAD/SFA-MA).

SMAP/SAG/SAD/SFA-MA – Setor de Manutenção Predial: acompanha e controla a execução de serviços prestados para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens imóveis; promove e orienta mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; vistoria as condições de infraestrutura física dos bens imóveis e mantém atualizados os registros cadastrais, instalações elétricas e hidráulicas dos edifícios.

SCC/SAG/SAD/SFA-MA – Setor de Compras e Contratos: realiza atividades de Assessoria, Unidade de Gestão de Contratos e Unidade responsável pelo cadastramento de fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Como Unidade de Assessoria, o



setor presta informações e orientações às unidades da SFA-MA interessadas em adquirir um bem ou contratar um serviço através das diversas modalidades de licitação, dispensa de licitação ou inexigibilidade de licitação. Realiza consultas a legislação e revisões ou recomendações acerca de Projeto Básico ou Termo de Referência sob análise. Também informa o trâmite correto de processos licitatórios e quais os documentos mínimos exigidos para iniciar a fase interna. Ainda como assessoria, auxilia o pregoeiro tanto na elaboração dos editais de tais processos licitatórios quanto na fase de habilitação dos licitantes, conforme a modalidade de licitação. Como Unidade Gestora de Contratos, o setor elabora, acompanha a assinatura e a vigência dos contratos celebrados pela SFA-MA, informando aos interessados os prazos para solicitação de possíveis prorrogações, além de, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), gerar cronogramas de contratos, cadastros de extrato das compras e contratos celebrados para publicação no DOU e medição das Notas Fiscais, após atestadas pelo respectivo fiscal do contrato. E como a SFA-MA é unidade cadastradora SICAF, o Setor realiza o cadastro de fornecedores interessados em contratar com a União, informando toda a documentação pertinente para tal.

SMP/SAG/SAD/SFA-MA – Setor de Material e Patrimônio: controla a entrega e mantém a guarda de material adquirido; classifica, registra e controla bens de consumo, elaborando demonstrativo contábil; procede à redistribuição de bens de consumo; mantém a documentação relativa ao almoxarifado da SFA-MA organizada e atualizada; mantém sob sua guarda os materiais de consumo e permanente e promove sua conservação devida; coleta, processa e mantém os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; classifica, registra e cadastra os bens patrimoniais, elaborando demonstrativos contábeis, bem como controla a distribuição; procede a mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; mantém organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis; executa os procedimentos de alienação de bens móveis; providencia a legalização e mantém atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis.

SPR/SAG/SAD/SFA-MA – Setor de Protocolo: recebe, distribui e expede a documentação corrente; classifica, numera, registra e autua as documentações recebidas e expedidas com lançamento no Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (Sigid); sistematiza, recupera e presta informações relativas ao trâmite documental; recebe e expede malotes.

STR/SAG/SAD/SFA-MA - Setor de Transporte: acompanha a utilização dos veículos; orienta os usuários dos veículos quanto aos aspectos da utilização e da direção defensiva dos veículos; promove recuperação, manutenção e revisão dos veículos; levanta e analisa custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis; acompanha, em consonância com o fiscal de contrato, a execução do contrato de prestação de serviços relacionados aos veículos; detalha o Plano Anual de Aquisição de Veículos, bem como a proposta de alienações dos veículos inservíveis ou antieconômicos.



#### 1.4. Macroprocessos Finalísticos

##### I) Divisão de Defesa Agropecuária

##### a) Programa 2028 – Defesa Agropecuária

##### Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

##### *Macroprocesso 1: Registro de estabelecimento produtor:*

- EMPRESA requer registro preenchendo formulário padrão fornecido pelo SEFAG/DDA/SFA-MA;
- EMPRESA encaminha formulários ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhados de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA, após a tramitação do processo, analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA procede vistoria *in loco* e emite parecer técnico;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA registra a empresa no Sistema Integrado de Registro de Produto e Estabelecimento (SIPE);
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA emite o comprovante de Registro e o encaminha à EMPRESA.

##### Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

##### *Macroprocesso 1: Supervisões às barreiras zoofitosanitárias da AGED-MA:*

- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA entra em contato com direção administrativa da unidade;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA contata com técnicos responsáveis pelas atividades fins;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA realiza supervisão propriamente dita, em que são observadas as condições das instalações físicas; dos equipamentos e mobiliário; do uso dos veículos e sua disponibilidade, do suporte de internet, da comunicação geral (telefone, fax), do atendimento às ocorrências de pragas; além da legislação para consulta, se atualizada e adequada; da documentação pertinente às atividades; da adequação do quantitativo de técnicos; e da existência de treinamentos para os técnicos;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA identifica as não conformidades;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA elabora relatório de viagem;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA notifica o órgão executor das ações para adequação das não conformidades.

##### *Macroprocesso 2: Cadastramento de proposta/plano de trabalho de convênios no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv):*

- Cadastro de Proposta/Plano de Trabalho de convênio no Siconv pelo CONVENENTE;
- Análise de Proposta/Plano de Trabalho pelo ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA (concedente);
- Análise de documentação do PROPONENTE e INTERVENIENTE pelo ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA;
- Caso necessária, solicitação de ajustes e alterações na Proposta/Plano de Trabalho ao CONVENENTE;
- Alteração da Proposta/Plano de Trabalho pelo CONVENENTE;



- Análise do Plano de Aplicação Detalhado pelo ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA;
- ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA emite Parecer Técnico da Proposta/Plano de Trabalho;
- GESTOR da SFA-MA aprova ou rejeita o Parecer Técnico;
  - caso seja aprovado, a Proposta/Plano de Trabalho segue para análise pelo Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA/MAPA) para análise final, aprovação e publicação no DOU.

*Macroprocesso 3: Credenciamento de empresas prestadoras de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais e suas partes, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira:*

- INTERESSADO formaliza processo junto ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA solicitando o credenciamento através de requerimento acompanhado da documentação exigida;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA analise a documentação;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA vistoria as instalações, em que são observadas as condições das instalações físicas, dos equipamentos de proteção individual e coletiva, dos equipamentos e instrumentos necessários à realização da modalidade de tratamento requerida, a disponibilidade e as condições de uso dos equipamentos relacionados aos tratamentos para os quais solicita credenciamento;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA preenche a lista de verificação e emite documento fiscal;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA emite parecer conclusivo sobre o funcionamento e operação da empresa;
  - caso o parecer seja favorável, o SUPERINTENDENTE da SFA-MA autoriza a publicação de portaria de credenciamento no Diário Oficial da União e o chefe do SISV/DDA/SFA-MA emite o Certificado de Credenciamento;
  - caso o parecer seja desfavorável, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA estabelece as exigências para adequação em documento oficial. Após cumpridas, o INTERESSADO solicita ao SISV/DDA/SFA-MA uma nova vistoria. Caso esteja apto, o SUPERINTENDENTE da SFA-MA autoriza a publicação de portaria de credenciamento no Diário Oficial da União e o chefe do SISV/DDA/SFA-MA emite o Certificado de Credenciamento.

#### Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

*Macroprocesso 1: Registro de estabelecimento comercial (Licença Inicial):*

- EMPRESA requer registro preenchendo formulário padrão fornecido pelo SEFAG/DDA/SFA-MA;
- EMPRESA encaminha formulários ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhados de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- Após a tramitação do processo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA registra a empresa no Sistema Integrado de Registro de Produto e Estabelecimento (SIPE);
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA emite a Licença Inicial e a Identificação de Responsabilidade Técnica e as encaminha à EMPRESA.



*Macroprocesso 2: Renovação de Licença:*

- EMPRESA requer renovação de Licença em formulário próprio;
- EMPRESA encaminha requerimento ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhado de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA atualiza as informações no Sistema Integrado de Registro de Produto e Estabelecimento (SIPE);
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA emite novas Licença de Funcionamento e Identificação de Responsabilidade Técnica e as encaminha à EMPRESA.

Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

*Macroprocesso 1: Inscrição de estabelecimento:*

- EMPRESA solicita a inscrição por meio de requerimento ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhado de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- Após recebido o processo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA emite parecer, inscreve a EMPRESA no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos (SIPE Web) e encaminha o certificado de inscrição à EMPRESA.

*Macroprocesso 2: Registro de produto:*

- EMPRESA solicita o registro por meio de requerimento ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhado de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- Após recebido o processo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA registra o produto no SIPE Web e encaminha o certificado de inscrição à EMPRESA.

Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças

*Macroprocesso 1: Inscrição/Credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – (Renasem):*

- EMPRESA/PROFISSIONAL requer inscrição/credenciamento na página do Sistema Renasem localizada no portal do MAPA na Internet;
- EMPRESA/PROFISSIONAL encaminha requerimento ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhado de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- Após recebido o processo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA realiza vistoria no estabelecimento, conforme exigência legal;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA homologa a inscrição no Sistema Renasem, emite o Certificado de inscrição/credenciamento e o encaminha à EMPRESA/PROFISSIONAL.

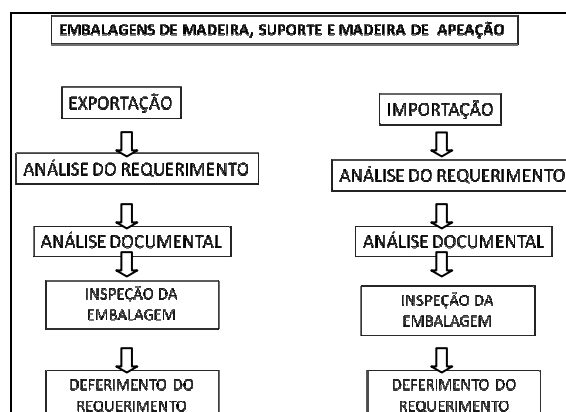


*Macroprocesso 2: Inscrição de campo de sementes:*

- EMPRESA requer inscrição do campo de semente;
- EMPRESA encaminha requerimento ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhado de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- Após recebido o processo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA homologa a inscrição do campo de semente;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA vistoria o campo de semente em duas fases (floração e pré-colheita) para conferência das informações prestadas, como tamanho da área, localização e também para verificar aspectos técnicos e de qualidade.

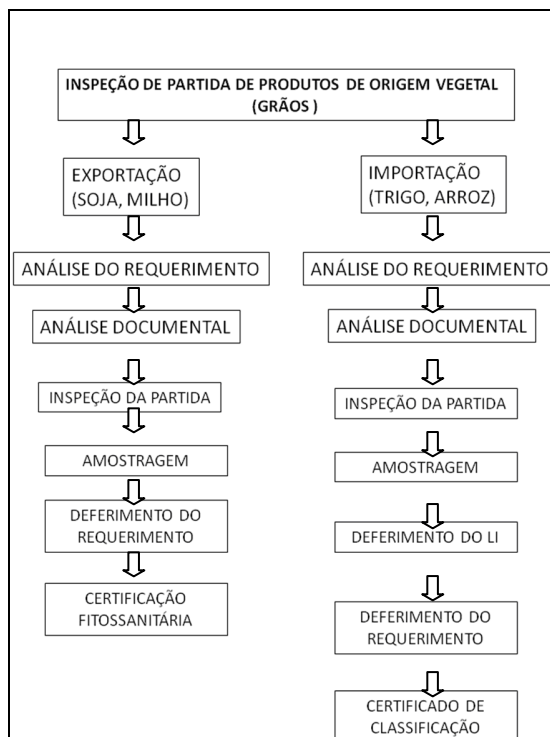
Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos

*Macroprocesso 1: Inspeção de embalagens de madeira:*

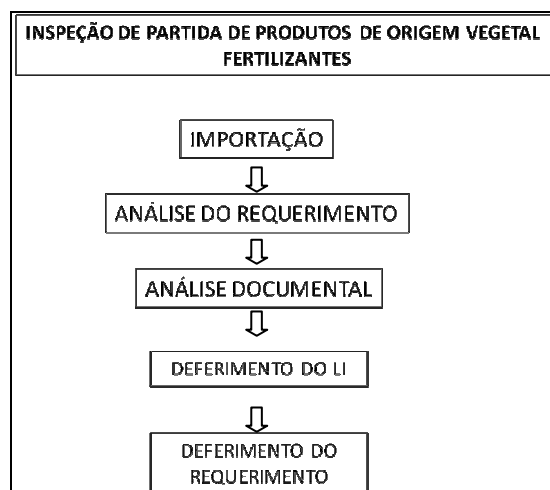




*Macroprocesso 2: Inspeção de partidas de produtos de origem vegetal:*



*Macroprocesso 3: Inspeção de partidas de fertilizantes:*



Obs: caso seja constatada alguma irregularidade nas fases de análise do requerimento, análise documental ou que tenha sido constatada a presença de pragas nas partidas inspecionadas, o Fiscal Federal Agropecuário emitirá um Termo de Ocorrência para comunicar a não conformidade ao responsável pela partida e indicar a medida a ser tomada para a solução do problema.





#### Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

*Macroprocesso 1: Credenciamento de estabelecimento para realização de pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins:*

- EMPRESA solicita o credenciamento ao encaminhar requerimento ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhado de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- Após recebido o processo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA emite parecer, realiza vistoria das instalações e credencia a EMPRESA no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos (SIPE Web);
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA publica o credenciamento no Diário Oficial da União;
- SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha o certificado de inscrição à EMPRESA.

#### Ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola

*Marcoprocesso 1: Monitoração da mosca da carambola nas microrregiões Aglomeração Urbana de São Luís e do Gurupi:*

- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA escolhe local onde será instalada a armadilha (apenas na primeira vez);
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA instala armadilha em árvores que se configuram como hospedeiro primário do inseto;
- Armadilha é monitorada mensalmente pelo TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA, em que se efetua: avaliação visual do piso adesivo a fim de serem identificadas espécimes da praga capturadas, troca do piso adesivo e substituição da isca tóxica;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA preenche ficha de avaliação para arquivo.

#### Ação 4745- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

*Macroprocesso 1: Fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas na Resolução Normativa CTNBio nº 04/2007:*

- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA desloca-se aos municípios produtores de milho, baseado nos dados de levantamento da produção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dirige-se às áreas produtivas;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA solicita ao agricultor as Notas Fiscais de aquisição de sementes e a indicação das áreas onde foram plantadas as sementes de milho Geneticamente Modificado (GM);
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA e FISCALIZADO ou PREPOSTO dirigem-se à área indicada e verificam a existência de lavoura de milho convencional em propriedade circunvizinha;
- Não havendo qualquer lavoura de milho em propriedade circunvizinha à área com milho GM objeto da fiscalização, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA lavra o Termo de Fiscalização relatando que não foi verificada a presença de qualquer lavoura comercial de milho próxima à área com milho GM fiscalizada;
- Havendo lavoura de milho em propriedade circunvizinha próxima à área com milho GM objeto da fiscalização, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA verifica se essa lavoura é constituída de milho GM ou convencional. Para isso poderão ser verificadas as notas fiscais de aquisição de sementes do vizinho ou utilizados os testes imunocromatográficos disponibilizados para a fiscalização;



- Estando a lavoura de milho próxima à área com milho GM objeto da fiscalização constituída também de milho GM, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA lavra o Termo de Fiscalização relatando que não foi verificada a presença de lavoura comercial de milho convencional próxima à área com milho GM fiscalizada;
- Estando a lavoura de milho próxima à área com milho GM objeto da fiscalização constituída de milho convencional, medem-se as distâncias entre as extremidades de uma e outra e a adoção ou não de bordadura com milho convencional, quando couber, levando-se em conta as regras estabelecidas na Resolução Normativa CTNBio nº 04/2007;
- Estando a lavoura circunvizinha de milho convencional a distâncias inferiores ao estabelecido na Resolução Normativa CTNBio nº 04/2007, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA relata no Termo de Fiscalização essa situação e o descumprimento da referida norma pelo fiscalizado;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA lavra o Auto de Infração quando da constatação da irregularidade; em seguida leem-se os documentos fiscais e são assinados pelo FISCALIZADO ou PREPOSTO, com o qual fica uma cópia dos mesmos.

*Macroprocesso 2: Fiscalização do cumprimento da Portaria nº 21, de 13/01/2005:*

- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA dirige-se aos municípios pertencentes à zona de exclusão para o plantio de algodão GM, os quais estão listados na Portaria nº 21, de 13/01/2005;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA procura informações sobre o plantio de algodão no município, reunindo-se com técnicos da AGED-MA, das Secretarias Municipais de Agricultura, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, dos escritórios de assistência técnica, das agências de financiamento bancário e com agricultores da região;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA desloca-se à zona rural do município, aleatoriamente, percorrendo estradas rurais para observar a presença ou ausência de plantios de algodão;
- Com base nas informações levantadas e com o observado no campo, não havendo qualquer lavoura de algodão no município, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA elabora o Relatório de Viagem descrevendo a situação encontrada.
- Havendo lavoura de algodão, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA verifica se essa lavoura é constituída de algodão GM ou convencional. Para isso poderão ser verificadas as notas fiscais de aquisição de sementes ou utilizados os testes imunocromatográficos disponibilizados para a fiscalização;
- Sendo a lavoura de algodão convencional, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA lavra o Termo de Fiscalização relatando que não foi verificada a presença de lavoura comercial de algodão GM na área fiscalizada;
- Sendo a lavoura de algodão GM, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA relata no Termo de Fiscalização essa situação e o descumprimento da referida norma pelo fiscalizado;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA lavra o Auto de Infração quando da constatação da irregularidade; em seguida leem-se os documentos fiscais e são assinados pelo FISCALIZADO ou PREPOSTO, com o qual fica uma cópia dos mesmos.

Ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

*Macroprocesso 1: Fiscalização de estabelecimento com coleta de amostras:*

- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA identifica-se perante a GERÊNCIA do ESTABELECIMENTO e solicita o acompanhamento para a realização dos trabalhos;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA seleciona os produtos a serem fiscalizados de acordo com a meta estabelecida ou a existência de produtos suspeitos;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA solicita as notas fiscais referentes aos produtos fiscalizados;



- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA preenche os Termos de Fiscalização e Auto de Coleta de Amostras;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA realiza a coleta de amostras utilizando equipamentos e materiais específicos;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA fornece cópia de todos os termos preenchidos ao ESTABELECIMENTO;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA deixa as vias das amostras do detentor do produto junto ao ESTABELECIMENTO;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA encaminha as amostras para classificação fiscal em laboratório específico.

*Macroprocesso 2: Credenciamento de empresa para realizar classificação vegetal:*

- EMPRESA preenche ficha Cadastral específica e encaminha toda a documentação necessária ao SISV/DDA/SFA-MA;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA analisa a documentação e verifica se são preenchidos todos os requisitos contidos na legislação específica;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA faz a verificação do Manual da Qualidade encaminhado pela EMPRESA, preenchendo a ficha de análise com a pontuação atribuída a cada item;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA realiza inspeção na EMPRESA, na qual verificam-se as condições ambientais, existência dos equipamentos necessários, aferição dos equipamentos, materiais necessários e recursos humanos;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA preenche o Termo de Inspeção para credenciamento;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA encaminha os autos à Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal (CGQV/DIPOV/SDA/MAPA) com parecer conclusivo para o credenciamento.

Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa<sup>1</sup>

*Macroprocesso 1: Cadastramento e análise de convênio no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv):*

Um convênio, aqui descrito, são ajustes que disciplinam a transferência de recursos financeiros à Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão, apresentados num plano de trabalho e que visam à execução de atos, de manutenção e consolidação das ações do sistema de saúde animal, em regime de mútua cooperação com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

- Cadastro de Proposta/Plano de Trabalho de convênio no Siconv pelo CONVENENTE;
- Análise de Proposta/Plano de Trabalho pelo ANALISTA TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA (concedente);
- Análise de documentação do PROPONENTE e INTERVENIENTE pelo ANALISTA TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA;
- Caso necessária, solicitação de ajustes e alterações na Proposta/Plano de Trabalho ao CONVENENTE;
- Alteração da Proposta/Plano de Trabalho pelo CONVENENTE;
- Análise do Plano de Aplicação Detalhado pelo ANALISTA TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA;
- ANALISTA TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA emite Parecer Técnico da Proposta/Plano de Trabalho;

<sup>1</sup> As ações para obtenção de área livre de febre aftosa com vacinação são executadas pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA).



- O GESTOR da SFA-MA aprova ou rejeita o Parecer Técnico;
  - caso seja aprovado, a Proposta/Plano de Trabalho segue para análise pelo Departamento de Saúde Animal (DSA/SDA/MAPA) para análise final, aprovação e publicação no DOU.

#### Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

##### *Macroprocesso 1: Supervisões às Unidades Regionais da AGED-MA:*

- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA entra contato com direção administrativa da unidade;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA contato com técnicos responsáveis pelas atividades fins;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA realiza supervisão propriamente dita, em que são observadas as condições das instalações físicas; dos equipamentos e mobiliário; do uso dos veículos e sua disponibilidade, do suporte de internet, da comunicação geral (telefone, fax), do atendimento às ocorrências de pragas; além da legislação para consulta, se atualizada e adequada; da documentação pertinente às atividades; e adequação do quantitativo de técnicos;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA identifica as não conformidades;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA elabora relatório de viagem;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA notifica o órgão executor das ações para adequação das não conformidades.

##### *Macroprocesso 2: Cadastramento e proposta/plano de trabalho de convênios no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv):*

- Cadastro de Proposta/Plano de Trabalho de convênio no Siconv pelo CONVENENTE;
- Análise de Proposta/Plano de Trabalho pelo ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA (concedente);
- Análise de documentação do PROPONENTE e INTERVENIENTE pelo ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA;
- Caso necessária, solicitação de ajustes e alterações na Proposta/Plano de Trabalho ao CONVENENTE;
- Alteração da Proposta/Plano de Trabalho pelo CONVENENTE;
- Análise do Plano de Aplicação Detalhado pelo ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA;
- ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA emite Parecer Técnico da Proposta/Plano de Trabalho;
- GESTOR da SFA-MA aprova ou rejeita o Parecer Técnico;
  - caso seja aprovado, a Proposta/Plano de Trabalho segue para análise pelo DSV/SDA/MAPA para análise final, aprovação e publicação no DOU.

#### Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

##### *Macroprocesso 1: Cadastramento de médicos veterinários privados e oficiais para emissão de Certificado de Inspeção Sanitária modelo “E” (CIS-E):*

Trata-se de procedimento operacional padrão para o credenciamento de médicos veterinários na emissão de certificados de trânsito interestadual de subprodutos de origem animal.

##### Exigências para credenciamento:

- Solicitação de credenciamento pelo INTERESSADO dirigida ao SUPERINTENDENTE da SFA-MA;
- Preenchimento de ficha cadastral pelo INTERESSADO;



- Emissão de parecer pelo TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA responsável pela área de trânsito animal;
- TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA encaminha documentação à SGP/SAD/SFA-MA para emissão de portaria de habilitação;
- SISA/DDA/SFA-MA envia portaria de habilitação ao interessado.

*Macroprocesso 2: Habilitação de médicos veterinários autônomos para emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA) para aves:*

- INTERESSADO entrega requerimento e documentação de habilitação dirigida ao SUPERINTENDENTE da SFA-MA no escritório de atendimento do Serviço de Defesa Sanitária Animal da AGED-MA;
- A solicitação e parecer do médico veterinário do escritório de atendimento são encaminhadas à Unidade Central da AGED-MA;
- A Unidade Central da AGED-MA encaminha a documentação ao SUPERINTENDENTE da SFA-MA;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA autua processo e encaminha, via DDA/SFA-MA, ao SISA/DDA/SFA-MA para análise e emissão de parecer;
- SISA/DDA/SFA-MA encaminha, via DDA/SFA-MA, o processo à SGP/SAD/SFA-MA para emissão de portaria de habilitação;
- SISA/DDA/SFA-MA envia portaria de habilitação ao INTERESSADO e arquiva o processo.

*Macroprocesso 3: Habilitação de médicos veterinários autônomos para execução das atividades do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT):*

- O INTERESSADO entrega requerimento e documentação para habilitação dirigida ao SUPERINTENDENTE da SFA-MA no escritório de atendimento do Serviço de Defesa Sanitária Animal da AGED-MA;
- A solicitação e parecer do médico veterinário do escritório de atendimento são encaminhadas à Unidade Central da AGED-MA;
- A Unidade Central da AGED-MA autua processo e encaminha ao SUPERINTENDENTE da SFA-MA;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA autua processo e encaminha, via DDA/SFA-MA, ao SISA/DDA/SFA-MA para análise e emissão de parecer;
- SISA/DDA/SFA-MA encaminha, via DDA/SFA-MA, o processo à SGP/SAD/SFA-MA para emissão de portaria de habilitação;
- SISA/DDA/SFA-MA envia portaria de habilitação ao INTERESSADO e arquiva processo.

Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

*Macroprocesso 1: Registro de estabelecimento:*

- INTERESSADO solicita inspeção prévia do terreno onde será construída agroindústria;
- TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA marca uma visita ao local indicado para a vistoria do terreno, que pode ser aprovado ou não;
- Com a aprovação do terreno o INTERESSADO encaminha ao SISA/DDA/SFA-MA documentação estabelecida em legislação vigente para análise e andamento do processo;
- Após análise e aprovação da documentação de acordo com o estabelecido em legislação, o INTERESSADO é notificado pelo SISA/DDA/SFA-MA da autorização para início da construção da agroindústria;
- Após a finalização da construção, TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA in loco procede ao laudo final das instalações e coleta amostra de água para análise da potabilidade;



- Tendo sido a agroindústria construída de acordo com o projeto aprovado e estando a água de abastecimento dentro dos padrões físico-químicos e microbiológicos, SISA/DDA/SFA-MA solicita ao DIPOA/SDA/MAPA o registro de Serviço de Inspeção Federal (SIF);
- Com o registro no SIF, a agroindústria fica sob o regime de fiscalização do SISA/DDA/SFA-MA sujeita à inspeção periódica ou permanente de acordo com seu porte.

*Macroprocesso 2: Registro de rótulos:*

- A Agroindústria dispõe por meio do Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (SIGSIF) os rótulos a serem aprovados;
- TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA analisa de acordo com as normas e emite parecer conclusivo sobre o processo;
- Rótulo fica disponível ao CHEFE do SISA/DDA/SFA-MA para deferimento ou não baseado no parecer do TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA e legislação vigente;
- Apenas após o deferimento no sistema, o rótulo impresso poderá ser utilizado pela agroindústria sob SIF em seus produtos.

Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

*Macroprocesso 1: Registro de estabelecimentos produtor, envasilhador, engarrafador, padronizador, importador e exportador de vinhos e bebidas em geral:*

- Apresentação, por parte do INTERESSADO, de requerimento juntamente com os formulários fornecidos pelo MAPA e demais documentos exigidos para formalização de processo junto ao SISV/DDA/SFA-MA;
- Juntada a documentação exigida, formaliza-se o processo junto ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA;
- Designação, por parte do SISV/DDA/SFA-MA, de TÉCNICO para proceder à vistoria oficial do estabelecimento;
- De posse da planta baixa e memorial descritivo do estabelecimento, é realizada a vistoria oficial e lavrado o Laudo de Vistoria:
  - caso o estabelecimento esteja apto ao registro, é feita, no SISV/DDA/SFA-MA, a emissão do Certificado de Registro de Estabelecimento;
  - caso o estabelecimento não esteja apto ao registro, são discriminadas no Laudo de Vistoria as exigências para adequação. Após cumpridas, é solicitada pelo INTERESSADO ao SISV/DDA/SFA-MA uma nova vistoria. Caso esteja apto, é emitido o Certificado de Registro.

*Macroprocesso 2: Inspeção de estabelecimentos produtor, envasilhador, engarrafador, padronizador, importador e exportador de vinhos e bebidas em geral:*

- TÉCNICOS do SISV/DDA/SFA-MA, em par, sem aviso prévio e acompanhados por REPRESENTANTE da empresa, roteirizados pela Lista de Verificação de Conformidades e Não Conformidades, inspecionam todas as seções da indústria e preenchem o documento fiscal;
- Após serem percorridas todas as seções da indústria, os TÉCNICOS do SISV/DDA/SFA-MA solicitam a parte documental, e, quando for o caso, verificam o cumprimento de intimação deixada em fiscalização anterior;
- TÉCNICOS do SISV/DDA/SFA-MA lavram Termo de Inspeção, onde relatam toda a situação da indústria no momento da inspeção;
- TÉCNICOS do SISV/DDA/SFA-MA fazem a lavratura, de acordo com o caso, dos demais documentos necessários, tais como intimações, autos de infração, colheitas de amostras e termos de apreensão;
- Leem-se e assinam-se todos os termos lavrados pelos TÉCNICOS do SISV/DDA/SFA-MA e pelo REPRESENTANTE da indústria, sendo que este recebe uma cópia de cada termo lavrado.



## II) Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

### a) Programa 2014 – Agricultura Irrigada Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

#### Ação 2B17 - Fiscalização de Contratos de Repasse

*Macroprocesso 1: Cadastramento e proposta/plano de trabalho de convênios no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv):*

- PARLAMENTAR (Deputado Federal/Senador) encaminha ofício com os dados da emenda parlamentar ao município ou à Secretaria do Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Sagrma);
- PREFEITURA MUNICIPAL/SAGRIMA cadastra a proposta no Siconv e envia para análise para a SeSAG/DPDAG/SFA-MA;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA analisa a proposta;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA coloca em complementação ou aprova a proposta.

*Macroprocesso 2: Fiscalização de contrato de repasse:*

- Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais (DIEL/SDC/MAPA) encaminha memorando ao SeSAG/DPDAG/SFA-MA com a relação de contratos de repasse a serem fiscalizados;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA realiza a fiscalização dos contratos de repasse *in loco*;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA encaminha os relatórios das fiscalizações ao DIEL/SDC/MAPA.

#### Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas

*Macroprocesso 1: Registro de estabelecimento aeragrícola:*

- EMPRESA/PROFISSIONAL encaminha requerimento de registro ao SeSAG/DPDAG/SFA-MA juntamente com a documentação exigida pela legislação;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA encaminha a documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização de processo;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA homologa e emite o registro da EMPRESA

#### Ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

*Macroprocesso 1: Cadastramento de Organização de Controle Social (OCS):*

- ORGANIZAÇÃO SOCIAL/ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA solicita o cadastro da OCS na SeSAG/DPDAG/SFA-MA juntamente com a declaração oficial que comprove a condição de agricultor familiar de seus membros;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA analisa a solicitação e verifica a documentação apresentada;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA encaminha a documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para formalização de processo;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA emite a “Declaração de Cadastro da OCS” e a “Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado à OCS”.

*Macroprocesso 2: Credenciamento do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC):*

- EMPRESA/ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA solicita o credenciamento da OPAC na SeSAG/DPDAG/SFA-MA;



- SeSAG/DPDAG/SFA-MA encaminha o processo para a Coordenação de Agroecologia (COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA);
- COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA consulta a Comissão da Produção Orgânica no Estado do Maranhão (CPOrg-MA) para obtenção de parecer sobre a solicitação do OPAC;
- COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA realiza auditoria no OPAC;
- COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA delibera sobre a solicitação e emite a “Declaração de Credenciamento do OPAC”.

*Macroprocesso 3: Credenciamento de certificadoras:*

- EMPRESA solicita o credenciamento na SeSAG/DPDAG/SFA-MA e, em paralelo, solicita acreditação no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro);
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA encaminha o processo para a COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA;
- COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA consulta a CPOrg-MA para obtenção de parecer sobre a solicitação da Certificadora;
- COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA delibera sobre a solicitação e emite a “Declaração de Credenciamento da Certificadora”.

## **1.5. Macroprocessos de Apoio**

### Seção de Apoio Operacional e Divulgação (SAOD/SFA-MA)

*Macroprocesso 1: Comunicação interna:*

- Levantamento de dados e informações que sejam de interesse dos servidores, da administração da SFA-MA e do MAPA;
- Consolidação de dados e informações, redação, editoração e revisão do informativo interno (Intercom Maranhão);
- Avaliação pelo SUPERINTENDENTE da SFA-MA, e, se necessárias, devidas correções;
- Aprovação do texto pelo SUPERINTENDENTE da SFA-MA;
- Publicação e divulgação do Intercom Maranhão por meio eletrônico (e-mail).

### Seção de Gestão de Pessoas (SGP/SAD/SFA-MA)

*Macroprocesso 1: Elaboração de Portarias:*

- SGP/SAD/SFA-MA recebe as demandas para elaboração de diversas portarias, quais sejam: a) localização de servidores (alteração de local de trabalho dentro da UJ); b) fiscais de contratos de prestação de serviços fornecidos à SFA-MA; c) concessão de aposentadorias; d) concessão de pensões; e) designação/dispensa de funções gratificadas; f) credenciamento/cancelamento para emissão de Certificado de Inspeção Sanitária modelo “E”; g) habilitação/cancelamento para execução das atividades do Programa Nacional do Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal; h) habilitação/cancelamento para emissão de Guias de Trânsito Animal; credenciamento/renovação de credenciamento de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários;
- SGP/SAD/SFA-MA elabora as portarias solicitadas;
- SGP/SAD/SFA-MA encaminha as portarias ao SUPERINTENDENTE da SFA-MA para assinatura;
- Após a assinatura, a SGP/SAD/SFA-MA publica as portarias no Boletim Local.





### Setor de Compras e Contratos (SCC/SAG/SAD/SFA-MA)

#### *Macroprocesso 1: Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF):*

- FORNECEDOR realiza um pré-cadastro no sítio Comprasnet;
- FORNECEDOR solicita ao SCC/SAG/SAD/SFA-MA cadastramento da Pessoa Jurídica no sistema SICAF;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA realiza validação das informações inseridas no pré-cadastro, corrigindo eventuais inconsistências/
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA emite “DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DO FORNECEDOR”;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA atualiza Certidões com data de validade vencida, conforme demanda.

#### *Macroprocesso 2: Aquisição ou contratação de bens e serviços:*

- SOLICITANTE elabora Termo de Referência/Projeto Básico e anexa documentação pertinente;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA analisa os documentos e informa eventuais inconsistências;
- SOLICITANTE corrige eventuais inconsistências;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA analisa documentação;
- SOLICITANTE corrige eventuais inconsistências ou arquiva documentos, conforme análise do SUPERINTENDENTE da SFA-MA;
- SPR/SAG/SAD/SFA-MA formaliza processo, caso haja aprovação do SUPERINTENDENTE da SFA-MA;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA compila as informações e anexa documentação complementar;
- Consultoria Jurídica da União no Estado do Maranhão (CJU/MA/CGU/AGU ) analisa e emite parecer;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA toma conhecimento e analisa parecer jurídico;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA, conforme despacho do SUPERINTENDENTE da SFA-MA, anexa documentação pertinente, conforme modalidade de licitação, ou arquiva processo;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA autoriza a despesa ou homologa pregão, conforme modalidade de licitação;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA providencia publicação da compra ou publicação e assinatura do contrato, após autorização do SUPERINTENDENTE da SFA-MA.

### Setor de Material e Patrimônio (SMP/SAG/SAD/SFA-MA)

#### *Macroprocesso 1: Processo de Registro Patrimonial (Tombamento Patrimonial)*

- SMP/SAG/SAD/SFA-MA recebe, confere e atesta nota fiscal/fatura do bem adquirido;
- SMP/SAG/SAD/SFA-MA registra o bem junto ao Sistema Link Data;
- Quando o bem é adquirido pelo Órgão Central, o SMP/SAG/SAD/SFA-MA recebe o Termo de Baixa Patrimonial e a plaqueta com o Registro Patrimonial do MAPA, a qual é fixada no bem, juntamente com a plaqueta de Registro Patrimonial da SFA-MA;
- Quando o bem é adquirido pela SFA-MA, fixa-se somente a plaqueta de Registro Patrimonial da SFA-MA;
- SMP/SAG/SAD/SFA-MA emite o Termo de Guia e transfere o bem adquirido para a Seção/Serviço/Setor/Serviço/Unidade requisitante.

### Setor de Transporte (STR/SAG/SAD/SFA-MA)

#### *Macroprocesso 1: Solicitação de saída de veículos:*

- SERVIDOR credenciado em sua Divisão/Seção/Serviço/Unidade requisita, através do Sistema de Controle de Veículos Automotores (SCVA), a saída de veículo;



- Chefia imediata credenciada averigua os dados e o objetivo da natureza do serviço e autoriza ou não;
- STR/SAG/SAD/SFA-MA consulta o SCVA e viabiliza a saída com as informações referentes ao veículo a ser utilizado, ao motorista, à data e ao trajeto;
- Após a viabilização, STR/SAG/SAD/SFA-MA emite e imprime a requisição de veículo para sair;
- Após a conclusão da natureza do serviço efetuada pelo setor requisitante, entrega-se ao STR/SAG/SAD/SFA-MA a requisição com as informações fornecidas pelo motorista para inclusão junto ao SCVA;
- STR/SAG/SAD/SFA-MA inclui as informações fornecidas e finaliza no SCVA.

## 1.6- Principais Parceiros

Cabe-nos registrar a parceria profícua firmada com a AGED-MA, que é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, constituída nos termos da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e regulamentada pelo Decreto nº 18.596, de 25 de abril de 2002.

A agência desenvolve suas ações por meio de seus 18 Escritórios Regionais sediados nos municípios de Rosário, Itapecuru, Chapadinha, Codó, Caxias, Timon, Presidente Dutra, Santa Inês, Zé Doca, Viana, Pinheiro, Bacabal, Pedreiras, Barra do Corda, Imperatriz, Açailândia, Balsas e São João dos Patos, bem como a sede, em São Luís, atendendo aos 217 municípios maranhenses.

Como a sua missão é exercer a defesa sanitária animal e vegetal, assegurando a oferta de produtos de qualidade e contribuir para a preservação da saúde pública e do meio ambiente melhorando a qualidade de vida da população, esse Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal contribui com a consecução do plano estratégico da SFA-MA na manutenção e a reestruturação da defesa agropecuária, com o intuito de manter áreas livres de pragas e doenças no Estado do Maranhão, com destaque à monitoração da ocorrência da sigatoka negra e da mosca da carambola e do trabalho de erradicação da febre aftosa, com a aplicação de medidas de contingenciamento da Influenza Aviária, no controle e erradicação da brucelose, da ferrugem asiática da soja e do cancro cítrico, na coleta de morcegos hematófagos e no combate a focos de raiva, cujas ocorrências podem causar um dano desmedido ao agronegócio estadual, com impactos diretos na geração de emprego e renda, inclusão social e superávit da balança comercial.

Técnicos da AGED-MA também colaboram com as atividades de fiscalização organismos geneticamente modificados quanto ao conhecimento das regiões produtoras, tanto indicando as unidades produtoras como auxiliando na indicação dos trajetos até às localidades pretendidas para as fiscalizações.

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) apresenta-se como parceira da SFA-MA nos momentos em que seus docentes se prestam à análise de material de origem vegetal, como folhas, ramos, raízes, para emissão de diagnósticos fitossanitários sem custos e também quando, solicitados como colaboradores eventuais, integram missões para levantamentos fitossanitários e supervisões, como é o caso para avaliação da Área Livre de Sigatoka Negra. Na área animal, a UEMA presta valorosos serviços no oferecimento de cursos para treinamento de médicos veterinários habilitados no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal e nos diagnósticos de raiva em herbívoros detectados no Estado.

Os Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGRO/MAPA) apóiam a SFA-MA na provisão de análises e diagnósticos em apoio às ações de defesa, vigilância e fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade animal e vegetal, dos produtos e dos insumos agropecuários. Os LANAGRO/MAPA também colaboram com a SFA-MA no desenvolvimento de atividades de rotina voltadas a análises laboratoriais de fiscalização, monitoramento e análises periciais. Grande



parte das análises realizadas demandas pela SFA-MA aos LANAGRO's são resultantes das ações diretas desenvolvidas. Apenas as demandas do SISA/DDA/SFA-MA são descentralizadas à AGED-MA

As diferentes unidades dos LANAGRO/MAPA, dentro do seu escopo de análises, subsidiam as ações fiscais da SFA-MA conforme as suas capacidades técnicas e especializações.

O LANAGRO-SP/MAPA (Campinas/SP) analisa amostras para diagnóstico diferencial de doenças das aves, tais como, newcastle e Influenza Aviária; bem como faz encaminhamento de meio de conservação de amostra ao SISA/DDA/SFA-MA.

O LANAGRO-PA/MAPA (Belém/PA) auxilia o SISA/DDA/SFA-MA no diagnóstico diferencial de doenças vesiculares, tais como febre aftosa, língua azul e estomatite vesicular, além de realizar exames de contraprova de anemia infecciosa equina. Já o SISV/DDA/SFA-MA demanda a esse Laboratório análises de polpa de frutas e cervejas e o SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha amostras de produtos de uso animal, como rações, por exemplo, para análise de sua constituição, sobretudo para averiguação se nas rações destinadas a ruminantes não há qualquer composto oriundo de proteína animal.

Ainda o LANAGRO-PA/MAPA e também o LANAGRO-PE/MAPA (Recife/PE) são responsáveis pela análise de amostras de produtos de origem animal com o objetivo de verificar a inocuidade dos produtos quando consumidos como também a fim de assegurar que esses produtos foram produzidos de acordo com o regulamento técnico de identidade e qualidade de cada produto.

O SISV/DDA/SFA-MA solicita apoio à continuação de suas autuações fiscais ao LANAGRO-GO/MAPA (Goiânia/GO) para a análise de bebidas destiladas e de determinação da identidade e qualidade dos produtos de origem vegetal. Ainda em relação às análises dos produtos de origem vegetal, o LANAGRO-MG/MAPA (Pedro Leopoldo/MG) também executa análises de amostras oriundas de ações fiscais realizados pelo SISV/DDA/SFA-MA.

Ainda o LANAGRO-GO/MAPA e também o LANAGRO-MG/MAPA realizam análises de amostras coletadas em fiscalização para a verificação qualitativa e quantitativa de vegetais GM.

Os exames de contraprova de mormo, que são encaminhados pelo SISA/DDA/SFA-MA, são realizados pelo LANAGRO-PE/MAPA, e o LANAGRO-RS/MAPA (Porto Alegre/RS) analisa em apoio fundamental ao projeto de ampliação de área livre de febre aftosa as amostras para confirmação de ausência de circulação do vírus da febre aftosa no Estado, além de encaminhar ao SISA/DDA/SFA-MA meio de conservação de amostras.

O SEFAG/DDA/SFA-MA utiliza os serviços prestados pelos LANAGRO-PA/MAPA e LANAGRO-PE/MAPA ao enviar amostras de sementes de espécies leguminosas e forrageiras para análise da qualidade coletadas em fiscalizações de estabelecimentos produtores, beneficiadores e comerciais, de usuários de sementes e de campos de produção. Também ao LANAGRO-PA/MAPA são enviadas amostras coletadas de fertilizantes e corretivos para apuração de níveis de garantia de macro e micronutrientes e de propriedades físicas das fórmulas elaboradas.

O Laboratório de Referência Enológica de Caxias do Sul, que mantém convênio com o MAPA, analisa amostras de vinhos e derivados da uva e do vinho que são fruto de ações de fiscalização da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal executada pelo SISV/DDA/SFA-MA.

As Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento também são parceiras da SFA-MA. Destacam-se a SFA-PA e a SFA-PI, que através dos respectivos laboratórios de Classificação Vegetal prestam apoio técnico para fins de análise fiscal nas etapas de aferição de identidade e qualidade dos produtos de origem vegetal coletados.

E devem ser considerados como parceiros institucionais os médicos veterinários privados aptos a atuarem no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose, que no Estado do Maranhão são 97 habilitados e 131 cadastrados para a vacinação



contra a brucelose, por integrarem uma força de trabalho que tem um papel de sentinelas do serviço de defesa animal por serem parte integrante da vigilância de várias enfermidades.

O SISV/DDA/SFA-MA tem como parceiros externos as empresas credenciadas para a classificação de produtos vegetais importados, as quais são em número de duas e que prestam tal serviço com embasamento no Decreto Federal nº 6.268, de 22/11/2007.

A SeSAG/DPDAG/SFA-MA, para o desenvolvimento dos trabalhos com o abacaxi variedade Turiaçu na ação orçamentária Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, teve o apoio da UEMA, da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) Cocais e da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Turiaçu para a realização de uma reunião com os produtores locais.

Na ação Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica, apesar de não ter sido criada nenhuma das três Organizações de Controle Social desejadas no município de Imperatriz/MA, esse trabalho, apesar de ter ficado apenas nas tratativas, contou com a colaboração da Secretaria Municipal de Agricultura de Imperatriz e da agência em Imperatriz do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Com relação ao Grupo Gestor Estadual do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), relacionado à ação orçamentária Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, a SFA-MA não é o seu coordenador, no qual é a Sagrima. Entretanto, ainda nesse Grupo, que podem ser consideradas como entidades parceiras da SFA-MA, incluem-se: Secretarias Estaduais de Desenvolvimento e de Meio Ambiente, Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão, Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. O Grupo Gestor tem a missão de estabelecer ações e políticas voltadas à redução e emissão de gases causadores de efeito estufa no setor agropecuário maranhense.



## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão foi elaborado conjuntamente pelas divisões de Defesa Agropecuária e de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário e pela Seção de Planejamento e Acompanhamento da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

De forma sucinta e objetiva, são apresentadas as principais realizações e atividades executadas e os avanços qualitativos e quantitativos obtidos no exercício de 2012 na gestão da SFA-MA através de informações reunidas de modo a atender as orientações dos órgãos de fiscalização e controle. Nesse contexto, objetiva-se que as ações realizadas, as quais foram baseadas na realidade estadual, e inseridas neste documento, revelem as prioridades e metas assumidas. Indicadores de gestão dos resultados alcançados também serão apresentados.

O Relatório de Gestão apresentará os principais avanços da SFA-MA que resultaram na oferta de serviços para os diferentes setores envolvidos no agronegócio maranhense por meio dos macroprocessos finalísticos e constitui-se no instrumento informativo que contém os resultados das atividades programadas em três programas temáticos do PPA 2012-2015. Nesses programas temáticos foram executadas 17 ações orçamentárias em que foram descentralizadas metas físicas no Sistema Integrado de Planejamento (Siplan) à SFA-MA, 4 ações orçamentárias em que foram executadas metas que não foram descentralizadas no Siplan e outras 3 nas quais houve apenas a descentralização de recursos sem vinculação com uma meta física. Com relação aos programas de gestão, manutenção e serviços, a SFA-MA executou o referente ao MAPA por meio de duas ações orçamentárias em que houve meta financeira.

Relatar as práticas de gestão na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão no exercício de 2012 também é o objetivo deste Relatório de Gestão, de forma a propiciar a visão mais completa possível dessa gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

Em sua estrutura, este relatório, após ter contemplado, inicialmente, informações identificadoras da instituição, suas competências, macroprocessos finalísticos e de apoio e ainda os principais parceiros, em linhas gerais, analisará o cumprimento do planejamento estratégico e da execução física do plano de metas das ações orçamentárias realizadas, a gestão financeira, orçamentária e ambiental, dos bens móveis e imóveis, dos controles internos e das recomendações dos controles internos e externos.

Este Relatório de Gestão incluiu os itens constantes, nos que fizeram jus, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, com exceção do item 8- Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento, cujo qual não foi aplicável à natureza jurídica da SFA-MA. Isso se deveu pela SFA-MA se configurar como unidade descentralizada do MAPA, não sendo competência da SFA-MA realizar um planejamento próprio para área de Tecnologia da Informação. O papel da SFA-MA neste tocante é replicar internamente as determinações emanadas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/MAPA). As atividades realizadas resumem-se ao suporte ao usuário em hardware e software por um técnico pertencente à firma terceirizada contratada pela CGTI/MAPA e cujo pagamento é realizado diretamente pela própria Coordenação. Portanto, compete à CGTI/MAPA a responsabilidade pela elaboração e execução de toda política de gestão de informação e de aquisição de material de informática.

Após de ter atravessado um período de transição administrativa pela alteração do gestor da SFA-MA em outubro de 2011, o que é normal em função das novas práticas de gestão e substituição de chefias houvesse um período de adaptação às novas obrigações, a gestão da Instituição em si bem como o seu corpo técnico e administrativo também tiveram que se adaptar à nova realidade, o atual gestor pôde, após tomar ciência e embasado na situação encontrada, realizar



seu planejamento e imprimir seus ideais e objetivos administrativos, colocando ritmo às suas tomadas de decisão.

As alterações que começaram a ser implementadas imediatamente após a posse, ao alterar o *status quo*, demandou algum tempo para que o novo eixo administrativo pudesse ter sido incorporado ao cotidiano dos processos executados. Mas isso foi assimilado por completo no exercício de 2012, e a gestão da SFA-MA pôde impingir sua filosofia de trabalho tanto na área técnica como na área administrativa.

No setor agropecuário maranhense, poucas *commodities* merecem destaque no cenário nacional. Seus principais atores são a cadeia produtiva da soja, com constantes crescimentos na área plantada e na safra colhida, o rebanho bovino, o maior da Região Nordeste. Ainda merecem destaque o plantio de florestas exóticas com eucalipto e o avanço do cultivo da cana-de-açúcar. Como se vê, no geral o setor agropecuário maranhense não é tão expressivo, e muitas vezes devido à ausência de políticas públicas, falta de planejamento a longo prazo, insipiente organização do setor produtivo, sistemas produtivos frágeis e desarticulação entre os diversos elos que compõem e atuam no setor, o foco do trabalho realizado SFA-MA situou-se nesse contexto do desenvolvimento agropecuário e na visão ampla e prospectiva do agronegócio, gerando inúmeras realizações ao longo de 2012.

As metas alcançadas, ao longo desse Relatório de Gestão, serão detalhadas acompanhadas com dos benefícios obtidos e dos problemas atravessados, discriminando as decisões tomadas a fim de superá-las.

Como já descrito anteriormente, o escopo dessa Instituição, que incluem as atividades desenvolvidas pela área fim, como a fiscalização, supervisão, auditoria e desenvolvimento, merecem maior destaque por interferirem diretamente nos serviços prestados aos seus clientes e à sociedade em geral, mas houve realizações oriundas do meio administrativo também, que juntas compuseram os pontos positivos obtidos em 2012.

Entre os destaques da área finalística, poder-se-ão ser citados a manutenção do nível de fiscalizações em estabelecimentos registrados e credenciados tanto na área agrícola como veterinária, bem como as supervisões visando a manutenção ou controle de pragas agrícolas e doenças dos animais, ultrapassando-se, em algumas Ações, a meta descentralizada pela Unidade Responsável pela mesma. O ano de 2012 foi marcado também por avanços para que o Estado do Maranhão seja, finalmente, reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em 2014 como área livre da febre aftosa com vacinação, o que, decerto, gerará divisas não apenas à cadeia pecuária, mas a todo o Estado.

Os Agentes Administrativos pertencentes ao Serviço de Apoio Administrativo da SFA-MA passaram por treinamentos previstos no Plano Anual de Capacitação Continuada (PAEC) organizado pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas (CGDP/SE/MAPA) na área de Gestão e Fiscalização de Contratos e nos Sistemas de Informações Orçamentárias (Sior) e Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) módulo Gerencial, entre muitos outros treinamentos e oficinas, os quais tornaram o apoio às atividades finalísticas mais eficiente e com maior qualidade e agilidade.

E a partir de outubro de 2012, como aperfeiçoamento das ferramentas gerenciais, passou a ser utilizado o Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA, com o qual será possível efetivar pelo STR/SAG/SAD/SFA-MA maior controle sobre a frota de veículos da SFA-MA, como a rotatividade de uso da frota, gastos com combustíveis e manutenção por veículo, controle das distâncias percorridas e consumo de combustível nos deslocamentos realizados.

Porém, como é comum no exercício do serviço público, dificuldades foram encontradas para a realização dos objetivos traçados no planejamento de cada Serviço e/ou Divisão desta Superintendência. Torna-se relevante relatar os principais empecilhos enfrentados pelos Serviços ao longo do ano de 2012, as quais exigiram o estabelecimento de estratégias de mitigação dos



problemas, mesmo que, em alguns casos, esses não estivessem ao seu alcance, e a solução de grande parte dos mesmos, com o propósito de avançar cada vez mais em nossa Missão Institucional.

Entre os principais entraves para a realização dos objetivos traçados para o exercício na área finalística, destacaram-se os entraves enfrentados com o volume e a periodicidade de liberação de recursos direcionados para algumas Ações, o que repercutiu diretamente no desempenho das metas físicas. Com isso, as ações desempenhadas pela SFA-MA tiveram a descentralização de recursos descontinuada, o que interferiu negativamente no desempenho operacional das mesmas.

Outra dificuldade enfrentada foi a publicação de decreto federal (Decreto Federal nº 7.689, de 02 de março de 2012), assim como no exercício de 2011, que limitou em 40 diárias o número máximo para o exercício por servidor. Outros obstáculos relacionados com a promulgação do Decreto citado acima, que foram causas colaterais provocadas pelo mesmo, foram a impossibilidade de deslocamento de Fiscais Federais Agropecuários (FFA's) para realização de suas atividades durante o mês de março enquanto se aguardava a regulamentação do Decreto e a demora no atendimento às solicitações de ampliação do número de diárias pela SE/MAPA para os casos em que o servidor já havia ultrapassado o limite de diárias estabelecido.

Como estratégias para que pudessem ser superadas as dificuldades supracitadas, foram racionalizados alguns deslocamentos em que puderam ser executadas atividades de duas ações orçamentárias e também a prevalência de ações de fiscalização em estabelecimentos localizados na Aglomeração Urbana de São Luís.

Em 2012, o Serviço de Apoio Administrativo sofreu bastante com os cortes definidos pelo Decreto Federal nº 7.680, de 17/02/2012, que impôs uma redução de 10% na capacidade operacional da SFA-MA. Esse corte orçamentário foi prejudicial no tocante à impossibilidade causada à implementação das melhorias exigidas tanto para obras físicas como para os processos internos, sem desconsiderar que a escassez financeira também reduziu a programação de cursos e reuniões, que sempre possibilitam o aperfeiçoamento e conhecimento técnico.

Diante dessa situação, o SAD/SFA-MA manteve a estratégia de redução dos gastos e continuidade das ações iniciadas no final do exercício de 2011, durante todo o exercício de 2012, de maneira a se adaptar a contenção de recursos.

Outro aspecto negativo é a carência crônica de servidores enfrentada tanto no corpo técnico como administrativo. No caso das atividades fim, há casos, e não raros, em que os Fiscais Federais Agropecuários precisam executar as atividades em mais de uma ação.

Há necessidade iminente que haja reposição do corpo funcional da SFA-MA, o qual já se encontra bastante envelhecido e diminuto, agravado pelas iminentes aposentadorias, sendo que uma grande parcela do quadro já é beneficiária do abono de permanência, o que demonstra que a situação agravar-se-á futuramente.

A escassez de recursos humanos não se limita apenas à sede da SFA-MA, mas também aos Serviços de Inspeção Federal, nas quais há obrigatoriedade de inspeção permanente.

A Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário sofreu, uma vez mais, com o repasse de poucos recursos, comprometendo a execução das metas físicas das Ações sob sua responsabilidade e ao comparecimento a reuniões de trabalho.

Não devem deixar de ser mencionada como problema a estrutura deficiente do órgão estadual de defesa sanitária animal e vegetal, com falta de recursos humanos e capacitação dos servidores na maioria das unidades, o que, indiretamente, leva a insatisfatórios, como relatórios técnicos encaminhados ao SISA/DDA/SFA-MA e ao SISV/DDA/SFA-MA corriqueiramente com atrasos e incompletos.

Na área administrativa, a burocracia na tramitação dos processos de licitação também configurou-se num forte obstáculo para a realização tanto das atividades finalísticas como da área meio da SFA-MA, agravada pela carência numérica de servidores administrativos, fato que tem levado à aquisição de materiais e serviços com atrasos.



Ainda com relação à aquisição de materiais, as licitações por pregão eletrônico são responsáveis pelo comprometimento da qualidade de alguns itens, em função de suas características.

A SFA-MA concluirá em 2013 diversas melhorias físicas e estruturais que proporcionarão tanto aos seus servidores como a seus clientes condições mais dignas, entre as quais estão as reformas em uma ala desativada no prédio anexo e no mirante do prédio principal, que permitirá uma ampliação da estrutura física e uma melhor acomodação, e a reforma do gabinete do superintendente e do estacionamento interno, além da compra de condicionadores de ar que serão instalados nas partes reformadas. Também para 2013 passará ser utilizado o novo Sistema de Gestão Integrada (SGI), onde metas físicas e dotação orçamentária estarão integradas.

Por fim, apesar de contingenciamentos financeiros, a Administração da SFA-MA conseguiu cumprir e honrar com seus contratos, realizando alguns dos projetos almejados para melhorar o ambiente de trabalho dos seus servidores.

No mais, o gestor segue as determinações que são definidas pela Secretaria Executiva e se empenhará para o cumprimento das metas definidas no Plano Operativo Anual (POA).

Finalmente, com este relatório, a SFA/MA pretende prestar contas à sociedade, dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no exercício de 2012 e espera estar contribuindo para a geração de informações necessárias aos debates sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.





## **2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações**

### **2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada**

O planejamento anual das ações da SFA-MA está contido dentro do Sistema Integrado de Planejamento, onde são inseridos pelos Coordenadores Estaduais de Ação (CAE) os quantitativos mensais programados que são determinados na Lei Orçamentária Anual e descentralizados pelas coordenações-gerais das ações orçamentárias.

Ao final de cada mês, os CAE's alimentam o Sistema com as metas executadas, quer sejam de execução direta ou indireta, e podem, caso necessário, fazer ajustes na meta física programada ao longo do exercício. O Siplan é utilizado pelo MAPA e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para as suas averiguações.

A parte orçamentária é inserida no Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras, o qual possui uma interface com o Siplan, ambos em conformidade com o Plano Plurianual.

Portanto, a SFA-MA realiza o seu planejamento estratégico muito em função das demandas e dos recursos financeiros definidos pelas coordenações-gerais, o que engessa, sobremaneira, a sua autonomia, já que nem sempre a realidade demandada por uma determinada coordenação-geral coaduna com as especificações encontradas no Estado do Maranhão.

As metas estabelecidas para o exercício de 2012 guardaram consonância com os objetivos estratégicos institucionais bem como com as atribuições legais da Unidade, especialmente no que tange à garantia da segurança alimentar visando assegurar a identidade, qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal e animal.

A DPDAG/SFA-MA objetiva buscar demandas do setor rural através da participação em reuniões, oficinas, seminários, câmaras setoriais e demais fóruns inerentes direta ou indiretamente às atividades agropecuárias do Estado. Eventos que podem ser promovidos pelo próprio MAPA ou por parceiros institucionais das diversas esferas de governo, da iniciativa privada e das representações de produtores rurais, objetivando ajustá-las aos programas do Ministério.

Essa Divisão executou atividades de ações orçamentárias pertencentes a dois programas governamentais, o que ocorreu após o rearranjo realizado no PPA 2012-2015, pois até o ano de 2011, ainda com as suas ações sob influência do PPA 2008-2011, essas envolviam três programas distintos.

A DPDAG/SFA-MA executou metas físicas descentralizadas no Siplan de duas ações orçamentárias do programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização. Em outras três ações desse mesmo programa, foram executadas metas físicas não atreladas ao Siplan e numa quarta ação foram descentralizados apenas recursos financeiros para a realização de um treinamento.

Quanto ao Programa Inovações para a Agropecuária, houve a execução de uma ação sem meta física descentralizada no Siplan. Em relação ao Programa Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, não foi executada qualquer meta física, recebendo-se apenas recursos para realização de uma viagem.

Essa atuação em dois programas temáticos demonstra que a DPDAG/SFA-MA é um instrumento de inclusão do MAPA no acompanhamento de todos os processos de produção, da lavoura à industrialização dos produtos agropecuários, com vistas a promover o desenvolvimento dos processos produtivos e o acompanhamento dos agricultores.

Dentre as atividades da Divisão, foram apoiados os programas coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo através da execução de ações voltadas à agregação de valor aos produtos maranhenses através da Identificação Geográfica de Produtos Agropecuários, com destaque para o abacaxi de Turiaçu; à análise e fiscalização de convênios e de contratos de repasse de custeio e/ou investimento, principalmente para a aquisição



de patrulhas mecanizadas e obras de infraestrutura para o desenvolvimento rural de diversos municípios do Maranhão.

Ainda em relação às ações orçamentárias desempenhadas pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA, estão a realização de 17 fiscalizações a empresas prestadoras de serviços aeroagrícolas e a organização do “Seminário da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono” dentro do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura na ação Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

O SISA/DDA/SFA-MA é responsável pelas ações orçamentárias Erradicação da Febre Aftosa; Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais; e Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal, as quais fazem parte do Programa Defesa Agropecuária.

As ações de execução direta na área de defesa da saúde animal, ou seja, as atividades desempenhadas nas unidades de produção, diretamente no campo, como a vacinação de rebanhos contra a febre aftosa, são todas descentralizadas à AGED-MA, conforme arranjo legal instituído pelo SUASA. O SISA/DDA/SFA-MA realiza supervisões e auditorias, com vistas à emitir recomendações de correção das inconformidades observadas, das atividades conduzidas pelo Órgão Estadual. Já na área de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, as atividades são exclusivamente desenvolvidas por técnicos do SISA/DDA/SFA-MA.

O principal objetivo do Estado do Maranhão no setor agropecuário nesse momento é a elevação do status atual de médio risco para febre aftosa para área livre com vacinação. O plano para ampliação da área livre passou a ser executado com maior atenção e em bloco, pois participam do mesmo mais sete Estados, a partir de 2011 e está previsto para 2014 o reconhecimento pela OIE.

No tocante ao plano de ampliação da área livre de febre aftosa, visando auditar as informações prestadas pela AGED-MA bem como o seu trabalho, foram executadas 34 auditorias distribuídas entre as Unidades Regionais, as Unidades Locais de Atenção Veterinária, os Escritórios de Atendimento à Comunidade, além de revendas de vacinas contra a febre aftosa, propriedades rurais e em pontos de risco verificados e em aglomerações de animais.

Em 2012 foi executada a coleta de amostras em mais de rebanhos em 340 propriedades distribuídas em 146 municípios para confirmação da ausência de circulação do vírus da febre aftosa no Estado. Os índices vacinais nas duas campanhas de vacinação realizadas em 2012 foram significativos, sendo de 97,00% do rebanho vacinado na primeira campanha e de 96,38% na segunda.

A AGED-MA também foi responsável pela visita a 63.492 propriedades rurais, de um universo estimado em cerca de 81.700 propriedades com algum tipo de atividade pecuária, respondendo a atendimentos correspondentes à vigilância passiva do sistema de atenção veterinária oficial, com destaque aos atendimentos referentes às encefalopatias de ruminantes e à obrigatoriedade da vacinação de rebanhos contra raiva em algumas regiões. Em 2012 o número de atendimentos foi superior à meta estipulada pelo DSA/SDA/MAPA em mais de 50% e em relação a 2011 o número de atendimentos foi superior em 68%, demonstrando toda a capacidade de articulação do sistema de defesa da saúde animal no Estado do Maranhão.

Nos programas nacionais de saúde animal, foram alcançados significativos resultados em 2012. No Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, foram vacinadas 219.540 fêmeas bovinas e bubalinas contra a brucelose no Estado, o que representou uma redução em relação a 2011, quando foram vacinadas 223.954 fêmeas, em função de problemas com a seca enfrentada, o que provocou, inclusive a publicação de uma portaria autorizando a prorrogação da do período de vacinação para os animais com a finalidade abate. Entretanto, o contingente vacinado representou, segundo estimativas, cerca de 73% da meta estimada, taxa inferior ao de 2011 em dois pontos percentuais.

Foram examinados 48.192 animais para o diagnóstico da brucelose, sendo que 848 casos foram reagentes, ou seja, 1,76% do total, taxas inferiores em relação a 2011, que foi de



1,98%, e em relação a 2010, que fora de 2,00%. Tal evento coaduna-se com o aumento do percentual de vacinação e conseqüentemente com a importante etapa de redução progressiva do número de focos das doenças com relação ao PNCEBT.

Também foram testados 36.612 contra a tuberculose no Estado, sendo que 67 foram reagentes, representando 0,18% do total. Tal taxa foi maior que a de 2011, de 0,11%, e semelhante a de 2010, de 0,18%.

No Estado do Maranhão também foram vacinados 1.901.408 herbívoros contra a raiva, sendo representados em quase a sua totalidade por bovinos, capturados 705 morcegos hematófagos e detectados 13 focos de raiva em herbívoros.

No Programa Nacional de Sanidade Avícola, foram realizadas duas supervisões à Unidade Central da AGED/MA e nas Unidades Veterinárias Locais e Escritórios de Atendimento a Comunidade.

O SISA/DDA/SFA-MA também realizou ações de inspeção e fiscalização permanente e periódica nas agroindústrias das cadeias produtivas da carne e derivados, do peixe e derivados, do leite e derivados e do mel, tendo sido realizadas 124 supervisões/fiscalizações e fiscalizados 21 estabelecimentos registrados. Também foram coletadas 108 amostras para análises de produtos variados, como leite, manteiga, queijos e miúdos. Outras análises microbiológicas e de características físico-químicas foram realizadas em amostras de produtos inspecionados, bem como de amostras para o programa de *Listeria monocytogenes* e para o programa Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB).

O SISV/DDA/SFA-MA tem sob o seu arcabouço técnico, seguindo o Plano Plurianual 2012-2015, o programa Defesa Agropecuária, o qual engloba as ações orçamentárias Erradicação da Mosca da Carambola; Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais; Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos; Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados; Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal; e Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.

Com relação à defesa sanitária vegetal, o status de Área Livre de Sigatoka Negra, uma importante doença quarentenária das bananeiras, alcançado em 2006, foi mantido. Esse status de Área Livre está sendo sustentado desde quando o Estado do Maranhão foi reconhecido como área isenta da doença. Levantamento fitossanitário realizado pela AGED-MA constatou que a bactéria causadora da doença não está presente nas áreas produtoras.

Da mesma forma que o Estado do Maranhão está isento da presença do patógeno que causa a Sigatoka Negra nos bananais, nele também não foi registrada a ocorrência da mosca da carambola, *Bactrocera carambolae*, nas áreas monitoradas com armadilhas. Os esforços para evitar a entrada desse inseto prejudicial à produção de frutas estão sendo empreendidos tanto pela AGED-MA, com a sua atuação nas fiscalizações nas barreiras fitossanitárias e nas ações de monitoração, como também pelo SISV/DDA/SFA-MA com as supervisões aos pontos amostrais de coleta.

O controle da doença ferrugem asiática da soja está sendo realizado por uma medida legislativa, que é a determinação da entrada em vigor do período de vazio sanitário na cultura da soja, que consiste na proibição por um período de sessenta dias, entre agosto e outubro, do cultivo de soja, a fim de diminuir a frequência de inóculos da doença nas áreas produtoras, evitando aumentos de custos de produção e de contaminação ambiental e de agrotóxicos nos alimentos.

A ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados está inserida no plano estratégico do MAPA visando garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos. O SISV/DDA/SFA-MA realizou 14 fiscalizações em lavouras de milho com coexistência de plantas modificadas geneticamente e de plantas convencionais em propriedades localizadas na microrregião Gerais de Balsas e seis fiscalizações na zona de exclusão de algodão GM em relação às regiões quem são proibidas o cultivo de sementes ou caroços de algodão herbáceo GM ou de algodão herbáceo convencional com traços de eventos de transformação genética, cumprindo com a preconização contida na legislação publicada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.



Dentro do planejamento estratégico realizado, foi programada na ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais a realização de 80 fiscalizações, envolvendo embaladores, atacadistas e varejistas e foram executadas 97 ações fiscais, superando a meta física programada em 21,25%.

Na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal foram inspecionados 65 estabelecimentos, superando em quase 10% a meta estabelecida que for a de 60 unidades. Também foram empreendidos dois registros de estabelecimentos produtores de bebidas, tirando-os da informalidade, o que garante a qualidade dos produtos ofertados à sociedade e um impacto positivo ao agronegócio.

A AGED-MA, responsável pela ação descentralizada Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos, fiscalizou 16.622 cargas nas barreiras zoofitossanitárias fixas e 125 cargas nas barreiras móveis, além de ter emitido 106 certificados fitossanitários de origem e 1.036 permissões de trânsito de vegetais. Ressalta-se que tais atividades foram realizadas com os próprios recursos do próprio Órgão Estadual devido à inexistência de um convênio com o MAPA.

O SISV/DDA/SFA-MA analisou uma proposta de convênio plurianual para o quadriênio 2012-2015 visando a defesa fitossanitária do Estado do Maranhão entre o MAPA e a AGED-MA. Para a análise de viabilidade técnica do Plano de Trabalho bem como financeira, houve a demanda de um técnico como parecerista. A proposta foi aprovada e assinada em outubro, passando a entrar em vigor em novembro. O SISA/DDA/SFA-MA analisou a prestação de contas parcial do exercício de 2011 do convênio da área de defesa animal, dando parecer favorável à prestação de contas apresentada.

Quanto ao SEFAG/DDA/SFA-MA, esse Serviço apresenta um único programa sob sua gestão, o qual contempla cinco ações na área de registro e fiscalização de estabelecimentos produtores de insumos agropecuários (fertilizantes, corretivos e inoculantes e agrotóxicos,) e seus respectivos produtos, bem como a fiscalização do comércio de sementes e mudas, alimentos destinados à alimentação animal e de produtos de uso veterinário, os quais abrangem todos os segmentos da cadeia do agronegócio.

Face o exposto acima, no escopo do SEFAG/DDA/SFA-MA está o programa Defesa Agropecuária com as ações orçamentárias Fiscalização dos Produtos de Uso Veterinário, Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, Fiscalização de Agrotóxicos e Afins, Fiscalização de Sementes e Mudanças e Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.

A ação orçamentária Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, assim como no exercício anterior, teve a sua meta física executada plenamente, o que demonstra o empenho empreendido pelo corpo técnico do SEFAG/DDA/SFA-MA, pois houve um crescimento da meta descentralizada pela Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos (CFIC/DFIA/SDA/MAPA) superior a 30%, tendo passado a 134 fiscalizações ante as 102 previstas para o exercício de 2011.

A ação Fiscalização de Sementes e Mudanças, com a fiscalização de estabelecimentos produtores, beneficiadores e comerciais, usuários de sementes e mudas, campos de produção de sementes e a própria fiscalização de sementes com coleta de amostras somaram 140 fiscalizações e também cumpriu por completo a meta física.

A UVAGRO/ITM/DDA-MA, com a fiscalização, no complexo portuário do Itaqui-Madeira, de 1.380 partidas de origem vegetal e seis de origem animal, referentes às ações Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos, respectivamente, atendeu à execução de ações no sentido de impedir a introdução e a disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária estadual e nacional de forma a garantir a sanidade dos produtos e a qualidade dos insumos agropecuários importados e exportados.



Os problemas de descontinuidade na liberação de recursos financeiros em muitos programas e ações, que se repetem anualmente, prejudicaram de alguma maneira a execução das metas previstas. Mesmo que na maioria das ações de cunho técnico tenha se alcançado a realização de 100% da meta estabelecida, não se pode desconsiderar que, independentemente da interferência que essa descontinuidade tenha proporcionado nas ações em que a meta pactuada não tenha sido atingida, ela também tenha prejudicado a execução das ações em que a meta física tenha sido cumprida integralmente, impedindo que resultados ainda mais promissores tenham sido atingidos.

Apesar de tudo, o desempenho da SFA-MA foi positivo, tendo a sua equipe técnica realizado com maior frequência eficientemente e eficazmente as suas atribuições, de modo a oferecer serviços mais qualitativos e adequados às novas demandas do setor de agronegócio do Estado do Maranhão.

## **2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos**

Sendo a Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão uma unidade descentralizada do MAPA, ela é fortemente orientada pela condição de atendimento direto aos requisitos dos diplomas legais. Sob o aspecto conceitual de formulação de estratégias, suas atividades de planejamento se alinham a diretrizes ou estratégias corporativas, que são representadas prioritariamente pelas instruções estabelecidas pelo MAPA.

A natureza das atividades da SFA-MA é vinculada ao atendimento das necessidades da sociedade, no que diz respeito à garantia da oferta e da qualidade de produtos e serviços agropecuários e à segurança alimentar dos consumidores. A SFA-MA busca atender essas necessidades pautando-se nos fundamentos constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade e transparência.

Os clientes da SFA-MA são identificados a partir das competências institucionais relacionadas às atividades de defesa agropecuária e de desenvolvimento agropecuário, com jurisdição no âmbito do Estado do Maranhão.

A efetividade das ações tem como suporte a Missão do MAPA (Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira) e todo o aparato legal que modula a ação dos vários Serviços técnicos. Como prestadora de serviço, o nível de atividade é variável no decorrer do ano, dependendo da demanda dos usuários, da sazonalidade da safra agrícola e do movimento do mercado interno. O trabalho de auditoria e de fiscalização obedece a periodicidade própria, a critério dos responsáveis das ações orçamentárias e também de denúncias de usuários e/ou de consumidores.

O Plano de Ação anual da SFA-MA para execução das atividades fins, através das ações orçamentárias finalísticas, está estruturado nos Planos Operativos Anuais de cada ação, os quais são elaborados no início de cada exercício, onde se estabelece o quantitativo das metas físicas e o aporte financeiro necessário a ser realizado pela Unidade Jurisdicionada.

Como a SFA-MA não tem dotação orçamentária específica, isso exige do gestor uma postura pró-ativa, com utilização dos POA's como ferramentas de antecipação e de resposta rápida às mudanças dos cenários. Neste aspecto busca tirar maior proveito das oportunidades de melhoria, atendendo às novas demandas do órgão central e às necessidades dos usuários, otimizando o uso de recursos de forma a maximizar os resultados.

Embora parte das ações orçamentárias desenvolvidas pelos diversos Serviços técnicos da SFA-MA seja programada diretamente por alguns departamentos do Ministério, a maioria ainda é definida na própria Superintendência, porém, limitada ao orçamento anual definido por cada Secretaria, seus Departamentos e Coordenações do MAPA. A quase totalidade das ações orçamentárias foi executada diretamente pelos diferentes Serviços e as que não foram, acabaram



sendo por meio de delegação de competências, nos termos do Decreto que instituiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

À SFA-MA compete executar as ações corporativas, e muitas vezes o que é previsto nos POA's acaba não sendo realizado da maneira proposta, uma vez que a descentralização de recursos depende do órgão central que estabelece as diretrizes, o que leva a reprogramações orçamentárias pelos serviços técnicos. Cada Serviço gerencia a sua ação orçamentária correspondente, que é programado para atender aos indicadores do programa ao qual pertence.

A programação das atividades, a avaliação das metas e a uniformização dos procedimentos são estabelecidas e comunicadas através de reuniões internas da equipe técnica de cada Serviço com as divisões técnicas.

No exercício de 2012, a publicação do Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012, o qual estabeleceu, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2012, foi extremamente prejudicial ao cumprimento dos POA's, haja vista que ficou limitada a 40 diárias o número permitido por servidor. Como o corpo técnico da SFA-MA é muito reduzido, como foi citado anteriormente, alguns técnicos estão acumulando atividades de outras ações orçamentárias, e a limitação de pagamento de 40 diárias por servidor acabou fazendo com que as atividades elencadas nos POA's fossem prejudicadas, pois após o alcance do limite era necessária a solicitação de autorização à SE/MAPA para que o limite fosse estendido. Mesmo obtendo-se a autorização, esses procedimentos impactaram negativamente nas taxas de execução.

Nessa situação, em alguns casos foi possível conjugar atividades distintas de alguns POA's em uma mesma viagem, quando as atividades previstas deveriam ser realizadas num mesmo município, ou, ao menos, numa mesma região. Um exemplo dessa situação foi a realização de viagens concomitantes das ações orçamentárias Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal e Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, tendo sido utilizados recursos financeiros da primeira ação.

O contingenciamento de recursos financeiros e/ou atraso na liberação das verbas disponíveis também agravaram o andamento dos POA's. É recorrente que haja uma maior celeridade e, principalmente, regularidade na descentralização dos recursos a fim de que as atividades previstas para as ações orçamentárias não sejam atrasadas.

A gestão da SFA-MA também enfrentou problemas com a deflagração da greve dos Fiscais Federais Agropecuários no mês de agosto, e cuja qual durou cerca de três semanas. Na ocasião, houve duas ações impetradas por despachantes aduaneiros interessados na exportação de produtos agrícolas e que solicitava a fiscalização das cargas, as quais foram atendidas.

O principal problema enfrentado pelo Serviço de Apoio Administrativo foi a redução do orçamento para o ano de 2012, determinado pelo Decreto nº 7.680, que foi da ordem de 10%, e sob o qual foi realizado o planejamento físico-financeiro para a ação orçamentária Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Outros problemas enfrentados foram com contratos com prestadores de serviços de manutenção de veículos e com agência de viagens, que demoraram a serem firmados.

Na área administrativa também perduram os problemas relacionados à falta de capital humano em quantidade e qualidade para atendimento de todas às atribuições institucionais, cuja solução independe da vontade da gestão da Superintendência, cujas decisões são tomadas em nível superior.

Uma estratégia de atuação a fim de garantir as perfeitas funcionalidades dos serviços administrativos da SFA-MA foi o acompanhamento da execução dos contratos de terceirização de mão-de-obra para serviços de apoio administrativos, como os contratos de manutenção, vigilância, limpeza e conservação. Para isso, buscou-se capacitar servidores para acompanhar e gerenciar os processos contratuais, tornando mais eficiente a aplicação dos recursos.



Tal estratégia para garantir a continuidade e execução dos serviços e ações sem que a Superintendência sofresse fortes impactos causados pelo corte orçamentário consistiu em:

- a- Efetuar levantamento da necessidade de aquisição de materiais de consumo e permanentes;
- b- Identificar e relacionar os serviços que ocorrem como mais freqüência na SFA-MA para elaboração de projeto básico ou termo de referencia;
- c- Realizar planejamento e programas de conscientização para evitar desperdícios de energia elétrica, água e material de consumo;
- d- Efetuar o planejamento, execução e acompanhamento das licitações de compras de materiais de consumo e permanente, visando evitar excesso ou falta desses bens.

Durante o ano de 2012 foi criando um grupo de Fiscalização de Contratos para gerenciar e acompanhar os contratos vigentes, garantindo maior controle e qualidade na execução dos serviços prestados na SFA-MA.

O grande desafio a ser enfrentado pela SFA-MA, a médio e curto prazos, diz respeito à superação dos gargalos que serão gerados pela iminente aposentadoria de uma parte significativa do seu quadro de pessoal, especialmente na função de Fiscal Federal Agropecuário.

A estratégia de atuação da SFA-MA durante o ano de 2012 solidificou-se na busca de atingir como meta os objetivos traçados pelo PPA 2012-2015, conforme descrito a seguir:

a- Reforçar a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e pragas dos vegetais a fim de evitar as suas disseminações no Estado do Maranhão. Este trabalho vem sendo realizado em parceria com a AGED-MA, que passou a ter atribuições depois da entrada em vigor do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária. Tanto para a prevenção da saúde animal como da sanidade vegetal, há, para cada área, um convênio firmado, com o objetivo de estruturar e manter o Sistema Unificado de Atenção no Estado do Maranhão para controlar, erradicar e prevenir, respectivamente, a ocorrência de doenças dos animais e de praga dos vegetais;

b- Fortalecer a vigilância zoofitossanitária internacional e interestadual para impedir a entrada no Maranhão e, conseqüentemente, no país de produtos clandestinos e material de origem animal e vegetal, evitando, dessa forma, a introdução de pragas e doenças no território nacional;

c- Dar continuidade às ações que assegurem a qualidade na produção de carnes, com a intensificação dos programas de defesa, inspeção animal e fiscalização de insumos, tendo em conta que o setor é altamente relevante na composição do perfil do agronegócio;

d- Intensificar a inspeção de sementes e mudas e a fiscalização de insumos agropecuários para assegurar a qualidade dos insumos agrícolas e pecuários ofertados ao setor produtivo do Estado;

e- Atuar no sentido de envolver esforços para estímulo ao cooperativismo, práticas de agricultura sustentável, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, proteção intelectual, infraestrutura e logística de produção.

Mesmo assim, com as limitações expostas acima e obedientes ao PPA e às metas descentralizadas pelo MAPA, buscou-se programar as atividades finalísticas atendendo as demandas mais importantes e prioritárias do agronegócio e da sociedade, focados no fortalecimento e reconhecimento do protagonismo que o MAPA exerce nos resultados positivos do setor.



## 2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

Nesse subitem serão, sinteticamente, descritos os resultados alcançados nas ações desempenhadas pela SFA-MA, comentando, da mesma forma, em que medida as ações foram executadas.

Quanto aos motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas ou a não execução da ação planejada, bem como o impacto dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da SFA-MA e os objetivos alcançados com o aperfeiçoamento do serviço ou produto prestado, esses serão explicitadas no subitem 4.1. Para as ações nas quais não foram descentralizadas metas físicas correspondentes, não haverá análise.

### Área Técnica

#### I) Divisão de Defesa Agropecuária

##### a) Programa 2028 – Defesa Agropecuária

##### Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

A meta física foi cumprida em 63,33%, em que foram realizadas 38 fiscalizações a estabelecimentos produtores de alimentação animal de um total previsto de 60. A limitação de recursos financeiros foi o maior empecilho para descumprimento da meta descentralizada no Siplan. Outro fator significativamente negativo é a carência de Fiscais Federais Agropecuários, já que há no SEFAG/DDA/SFA-MA apenas um servidor para a realização dessa ação.

##### Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Dentre os principais resultados alcançados, destacaram-se, entre as atividades realizadas pela AGED-MA, as 16.622 cargas nas barreiras zoofitossanitárias fixas e 125 cargas nas barreiras móveis nas rodovias estaduais maranhenses, além de ter emitido 106 certificados fitossanitários de origem e 1.036 permissões de trânsito de vegetais. Pelo SISV/DDA/SFA-MA foram realizadas 17 supervisões, entre barreiras fitossanitárias, Unidades Regionais e Unidades Locais.

##### Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

A meta física prevista não foi alcançada, sendo realizada somente 53,15% das fiscalizações previstas. Isso pode ser explicado pela sobrecarga sobre os FFA's com formação em Medicina Veterinária, que, por estarem em número reduzido, não conseguiram cumprir com as metas previstas no POA em 2012. A limitação de recursos financeiros foi um agravante à carência de técnicos.

##### Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

A meta física foi cumprida integralmente conforme havia sido programada, com 134 fiscalizações realizadas a estabelecimentos produtores de fertilizantes e corretivos, apesar da greve de aproximadamente três semanas da categoria de Fiscais Federais Agropecuários que ocorreu em agosto. Ressalta-se que a Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos, em 2012, tenha superdimensionado a meta, que em 2011 foi para o SEFAG/DDA/SFA-MA de 102 fiscalizações.

##### Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças

A meta física cumprida foi de 100,00%, tendo sido realizadas 140 fiscalizações ao longo do exercício. Essas fiscalizações, cujas quais visaram a qualidade das sementes produzidas e





comercializadas através de análises fiscais, foram realizadas em estabelecimentos produtores e comerciais de sementes, além de usuários de sementes.

Também houve demanda de fiscalizações de sementes adquiridas pela Sagrima, como tem ocorrido anualmente, o que contribuiu com o aumento da meta física, ao ponto da mesma chegar aos 100,00%.

#### Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Durante o ano de 2012 foram inspecionadas 1.380 partidas. Os resultados obtidos nas fiscalizações revelaram que houve um incremento na movimentação de cargas no Porto do Itaqui-Madeira, sendo que as importações ocorreram em um volume maior do que as exportações. O principal produto exportado foi soja em grão e os principais produtos importados foram fertilizantes, trigo em grão e arroz polido. Cabe ressaltar o aumento expressivo no número de partidas de embalagem de madeira acompanhando mercadorias importadas.

#### Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos

Não houve movimentação de animais e produtos de origem animal no Porto do Itaqui-Madeira. Foram efetuadas apenas seis partidas, sendo todas inspeções de animais de companhia no trânsito internacional, desembarcados no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, em São Luís/MA, as quais foram realizadas por FFA's médicos veterinários do SISA/DDA/SFA-MA.

#### Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

A Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA/DFIA/SDA/MAPA) não realizou a programação de meta física à SFA-MA e nem houve execução, pois no Estado do Maranhão não há indústrias de agrotóxicos instaladas.

#### Ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola

A meta física que está cadastrada no Siplan é área controlada, medida em ha, que no caso do Estado do Maranhão é de 33.198.329 ha, ou seja, a totalidade da área territorial do Estado.

Em 2012, o Estado do Maranhão manteve o status operacional como sendo livre da praga, não tendo sido alterado em relação aos anos anteriores.

Para a determinação desse status lançam-se mão de monitorações de armadilhas modelo Jackson iscadas com o feromônio sexual feminino sintético metil eugenol associado ao inseticida fosforado malationa para a detecção da mosca da carambola. Essas armadilhas foram instaladas no ano de 2007, e, desde então, são monitoradas e supervisionadas ininterruptamente, como ocorreu no ano de 2012.

Em 2012, monitoraram-se 11 municípios, sendo dois localizados na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, onde estão instaladas sete armadilhas, e nove municípios da microrregião do Gurupi, onde estão localizadas 23 unidades amostrais. Esses municípios são considerados áreas de elevado risco à introdução e dispersão da praga no Maranhão devido às suas características econômicas e geográficas. Realizaram-se oito supervisões às armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís e cinco monitorações às unidades amostrais instaladas na microrregião do Gurupi. Dessas cinco monitorações, uma foi realizada pelo SISV/DDA/SFA-MA e quatro pela AGED-MA.

#### Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Não houve pesquisa e liberação planejada, no ano de 2012, no ambiente de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) no Estado do Maranhão.



As metas previstas no POA 2012 foram alcançadas com a fiscalização dos plantios comerciais de milho GM, com o objetivo de verificar o cumprimento da Resolução Normativa nº 04/2007, da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e com a fiscalização da zona de exclusão de algodão GM, em cumprimento à Portaria nº 21, de 13/01/2005.

Foram realizadas 14 fiscalizações de milho e seis de algodão, totalizando-se 20 fiscalizações, cumprindo-se com a meta prevista.

Na fiscalização do plantio de milho GM não foram detectadas irregularidades, ou seja, não foi verificada a presença de qualquer lavoura comercial de milho próxima à área fiscalizada com milho GM. Em relação a zona de exclusão, foram realizadas seis fiscalizações e não foram encontrados plantios de algodão em nenhum dos municípios fiscalizados.

#### Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Dentro do planejamento estratégico realizado, foi programada a realização de 80 fiscalizações, envolvendo embaladores, atacadistas e varejistas. Entretanto, foram realizadas 97 ações fiscais, superando a meta física programada em 21,25%. Esse aumento se deu em função do surgimento de novas empresas distribuidoras, bem como de várias filiais do ramo do comércio varejista, notadamente na Capital.

#### Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa

Em 2012 o Estado do Maranhão manteve a classificação de médio risco para febre aftosa, a qual foi obtida junto ao MAPA em dezembro de 2004. O projeto de ampliação da área livre da febre aftosa com vacinação está em curso, sendo que para o que o Estado consiga a sua adesão à Área Livre com vacinação, ações relacionadas a campanhas de vacinação e o levantamento soroepidemiológico foram executados em 2012 pela AGED-MA..

A fim de aferir o trabalho desenvolvido pelo Órgão Estadual, foram realizadas pelo SISA/DDA/SFA-MA 34 auditorias, sendo cinco nas Unidades Regionais, 11 às Unidades Locais de Atenção Veterinária e mais 18, assim distribuídas: uma em Escritório de Atendimento à Comunidade, cinco em revendas de vacinas contra a febre aftosa, duas em propriedades, oito em pontos de risco verificados e duas em aglomerações de animais, como leilões e vaquejadas.

Com relação aos indicies de vacinação, na campanha realizada em maio a taxa obtida foi de 97,00% do rebanho vacinado e na segunda campanha, realizada em novembro, o índice foi semelhante, tendo sido de 96,38%. Portanto, esses resultados obtidos vão de encontro com as pretensões de zona livre, em conformidade com a Portaria nº 50, de 19/05/1997, que aprova os critérios técnicos para a classificação dos níveis de risco para febre aftosa das Unidades da Federação.

#### Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

A meta física executada foi de 98,33%, sendo protegidos 68.305,21 do total previsto de 69.463,00 ha, já desconsiderada a área cultivada com as culturas citricolas no Estado do Maranhão, que, de acordo com dados da AGED-MA, era de 1.157,79 ha, haja vista que há ocorrência das pragas quarentenárias cancro cítrico e da mosca negra dos citros no Estado do Maranhão.

Referente à cultura da bananeira, o Estado do Maranhão continuou a ser reconhecido como Área Livre de Sigatoka Negra, por não ter sido constatada nenhuma ocorrência do fungo causador da patologia. Para a sua confirmação, foram realizadas 984 supervisões para detecção da ocorrência do patógeno.

Quando à cultura dos citros, a mosca negra dos citros e o cancro cítrico estão presentes no Estado do Maranhão.

No caso da mosca negra dos citros, o DSV/SDA/MAPA considera que a mosca negra encontra-se difundida por todo o território maranhense, comprovação feita por levantamentos fitossanitários na cultura do citros no Estado do Maranhão pela AGED-MA, e que para empreender



a sua erradicação haveria uma necessidade de um grande investimento, o que não resultaria em retorno econômico em função do padrão de cultivo das culturas citricolas, que são caracterizados por pequenos cultivos.

Já em relação ao cancro cítrico, em 2012 foram realizados 357 levantamentos em municípios de todas as 18 regionais do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária, não sendo detectada a existência da praga fora do perímetro da microrregião Aglomeração Urbana de São Luis.

Em relação à soja, a doença ferrugem asiática da soja está presente nas plantações do Estado do Maranhão. Essa não é uma praga quarentenária, mas merece atenção em função do Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS), estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A principal medida é o “vazio sanitário”, que tem o intuito de interromper o ciclo da doença, e é conseguido com a ausência total de plantas vivas de soja no campo por um período de 60 dias entre os meses de agosto e outubro, fato esse que é fiscalizado pela AGED-MA e supervisionado pelo SISV/DDA/SFA-MA. No exercício de 2012, a AGED-MA realizou 110 fiscalizações a fim de observar o respeito ao “vazio sanitário”. Tendo em vista as fiscalizações executadas nas áreas produtoras de soja nas regionais de Chapadinha e Balsas no período do “Vazio Sanitário”, pode-se afirmar que as mesmas contribuíram fortemente para a não proliferação do agente causador da ferrugem asiática da soja.

Para a melhoria dos serviços prestados, foi firmado em 29/10/2012 um convênio em Defesa Vegetal entre o MAPA e a AGED-MA com o objetivo de capitalizar financeiramente, estruturar e capacitar os técnicos do órgão estadual a fim de garantir o bom funcionamento do SUASA.

Com os recursos do convênio, está prevista a realização de campanhas de esclarecimento de produtores, comerciantes e transportadores sobre a legislação de trânsito de vegetais, sobre as pragas que ocorrem no Estado do Maranhão e sobre as que são potenciais de entrada e sobre as adequações necessárias para a viabilização do comércio de produtos vegetais que sofrem restrição de comercialização. Também haverá a intensificação das ações de educação sanitária para a melhor prevenção, monitoração e controle dessas pragas, com palestras aos produtores, divulgação e distribuição de material informativo.

#### Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

A meta física cadastrada no Siplan, propriedades atendidas, é descentralizada à AGED-MA, e corresponde às vigilâncias passivas do sistema de atenção veterinária oficial, que, em sua maioria, dizem respeito aos atendimentos em vigilância das encefalopatias de ruminantes no Estado. A taxa alcançada dessa meta física foi 158,73%, pois a meta descentralizada pelo DSA/SDA/MAPA era de atendimento a 40.000 propriedades rurais pelos técnicos da AGED-MA, sendo que um total de 63.492 foram atendidas devido, sobremaneira, à vacinação obrigatória para raiva em algumas regiões.

A meta física institucional do SISA/DDA/SFA-MA tem como objetivo supervisionar as atividades em propriedades rurais e nos escritórios da AGED-MA. O número de supervisões foi dividido entre os vários programas nacionais, sendo realizado o seguinte: uma supervisão no Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias (PNCRH), nove no PNCEBT, duas no Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE) e 26 no Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA).

#### Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

A ação orçamentária Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal foi conduzida baseando-se em duas metas físicas, sendo uma descentralizada no Siplan e uma segunda de cunho institucional.



A meta indicada no Siplan foi de 22 estabelecimentos inspecionados por mês. Entretanto foram inspecionados 21, e no decorrer do ano quatro apresentaram-se paralisados em algum período. A meta institucional número de supervisões e fiscalizações realizadas foi cumprida em 78,48%, sendo que foram realizadas 121 supervisões/fiscalizações de um total esperado pelo SISA/DDA/SFA-MA de 158 supervisões/fiscalizações.

#### Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Os resultados da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal demonstraram o cumprimento da meta física na ordem de 108%, onde foram programadas 60 inspeções e foram realizadas 65, além de duas vistorias que resultaram no registro de mais dois estabelecimentos produtor de bebidas, tirando-os da informalidade, gerando um impacto positivo para o agronegócio, bem como para a economia do Estado. O cumprimento da meta financeira e da meta física demonstrou uma otimização dos recursos, uma vez que foi superada a meta física programada com a monta de recursos que foram disponibilizados, embora limitados, ocasionando um saldo positivo e reflexo junto ao consumidor, que é o alvo principal do agronegócio, não tendo havido reflexo nenhum problema na execução das metas programadas.

### II) Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

#### a) Programa 2014 – Agricultura Irrigada Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

##### Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse

Não houve descentralização de meta física pela Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção. A meta descrita, número de fiscalizações de convênios/contratos de repasse não foi descentralizada no Siplan à SeSAG/DPDAG/SFA-MA.

##### Ação 20SR – Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção

Não houve descentralização de meta física pelo DIEL/SDC/MAPA.

##### Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas

Realizaram-se 17 fiscalizações em empresas prestadoras de serviço em aviação agrícola das 20 planejadas, obtendo-se uma taxa de desempenho de 85,00%. A meta global não foi alcançada porque o DIEL/SDC/MAPA não realizou a descentralização de todos os recursos solicitados.

##### Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

A meta estipulada de atingir 43 unidades controladas (produtores) não foi alcançada porque as entidades parceiras (agência Imperatriz/MA do Sebrae e a Secretaria Municipal de Agricultura de Imperatriz) não iniciaram o processo de registro das três OCS's que estavam planejadas.

##### Ação 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

Não houve descentralização de meta física pela Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos (CMSP/DEPROS/ SDC/MAPA). A meta física descrita é institucional.

##### Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Não houve descentralização de meta física Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais (CGPI/DIEL/SDC/MAPA).



b) Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária

Ação 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

Não houve descentralização de meta física pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.

c) Programa 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ação 2000 – Administração da Unidade

Não houve descentralização de meta física para essa ação orçamentária.

### Área Administrativa

I) Serviço de Apoio Administrativo

a) Programa 2014 – Agricultura Irrigada Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Ação 1K40 – Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Não houve descentralização de meta física pela Assessoria de Gestão Estratégica.

b) Programa 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Não houve descentralização de meta física para essa ação orçamentária.

Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Não coube descentralização de meta física para essa ação orçamentária pela Secretaria-Executiva

## 2.4. Indicadores

Indicadores são dados ou informações, preferencialmente numéricos, que representam um determinado fenômeno e que são utilizados para medir o negócio da organização, um processo ou o trabalho.

A SFA-MA adotou como indicadores institucionais os indicadores de eficiência e de eficácia.

**Eficiência:** Reflete no desempenho interno de produtividade da organização e quão bem os recursos são utilizados. A eficiência pode ser medida pela relação entre os resultados alcançados e os recursos utilizados.



**Eficácia:** Reflete a qualidade e adaptabilidade dos produtos e serviços, ou ainda quão bem as expectativas do cliente estão sendo atendidas frente aos seus requisitos. A eficácia pode ser medida por meio dos resultados alcançados pela organização frente ao que foi planejado.

Esses dois índices, que auxiliam na análise direta dos resultados alcançados por essa SFA-MA pelos órgãos de controle externo, sem desconsiderar as metas cadastradas no Siplan do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, refletem as características da utilidade, pois medirão o quão econômica ou custosa foi cada unidade da meta física determinada, o que auxiliarão na gestão dos recursos econômicos, que se tornam cada vez mais escassos, bem como na capacidade de realização da meta física estabelecida e da mensurabilidade, pois são viáveis efetivamente de serem medidas por intermédio de um indicador, e que apresentam complexidade, auditabilidade e economicidade.

Para o cálculo do indicador de eficiência foram utilizados apenas os valores que foram efetivamente gastos no custeio das atividades para a consecução de cada ação orçamentária. Foram considerados, por exemplo, os dispêndios financeiros para a execução com fiscalizações, auditorias, supervisões etc. Aqueles recursos disponibilizados e aplicados que não tiveram uma programação para o exercício não tiveram seus valores utilizados nos cálculos dos índices, pois isso tornaria o resultado dos índices incorretos, não refletindo a realidade no desempenho das atividades analisadas.

Também não foram computados para os cálculos do índice de eficiência os que foram destinados ao pagamento de despesas com viagens para participação em eventos de cunho técnico, como reuniões, treinamentos e cursos, os que foram utilizados para investimentos, assim como os recursos transferidos como instrumentos de transferências, que, no caso da SFA-MA, foram na forma de convênios mantidos entre o MAPA e a AGED-MA.

Para obtenção dos dois índices, foram utilizadas as fórmulas abaixo descritas:

a- Índice de Eficiência (EFI)

$EFI = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ , onde:

CUR: custo unitário realizado;

CUP: custo unitário programado.

$CUR = (CTR / NR)$ , onde:

CTR: custo total realizado;

NR: número de unidades realizadas da meta física.

$CUP = (CTP / NP)$ , onde:

CTP: custo total programado;

NP: número de unidades programadas da meta física.

b- Índice de Eficácia (EFA)

$EFA = NR / NP$ , onde:

NR: número de unidades realizadas da meta física;

NP: número de unidades programadas da meta física.



## Resultados dos Indicadores de Eficiência e Eficácia por Ação Orçamentária

### Área Técnica

#### I) Divisão de Defesa Agropecuária

##### a) Programa 2028 – Defesa Agropecuária

###### Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

No cálculo do indicador de eficiência, pôde-se verificar que a variação relativa entre o custo unitário realizado e programado foi de -2,16%, ou seja, o custo da fiscalização realizada foi menor do que o custo da fiscalização programada. A taxa encontrada do indicador de eficácia foi de 63,33%, indicando que o número de fiscalizações realizadas foi inferior em quase um terço do número de fiscalizações programadas.

###### Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Para o indicador de eficiência, houve uma redução de 5,87% no custo unitário realizado na meta unidades supervisionadas em relação ao valor estimado inicialmente. Essa diminuição no custo foi devido ao maior número de supervisões realizadas durante o deslocamento. Com relação à taxa de eficácia, pode-se observar que houve um incremento de 6,25% na execução da meta física prevista, realizando-se uma supervisão a mais do que o que estava previsto inicialmente.

###### Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

No cálculo do indicador de eficiência, verificou-se que o índice foi de -40,45%, o que significou um custo unitário realizado muito menor do que o custo unitário programado, fato este devido ao fato de que várias fiscalizações dessa ação foram efetuadas em conjunto com as fiscalizações da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, utilizando-se os recursos desta. A taxa encontrada do indicador de eficácia foi de 53,15%, indicando que o número de fiscalizações realizadas foi bem inferior o número de fiscalizações programadas.

###### Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Ao analisar-se o índice de eficiência, verificou-se que a variação foi negativa em 4,97%, o que indicou que o custo por fiscalização realizada foi menor do que o custo previsto. Em comparação com os anos anteriores, a taxa encontrada em 2012 situou-se numa posição intermediária. Em 2010 o custo realizado foi maior e em 2011 a economia por fiscalização realizada havia sido de 20,92%.

Quanto ao cálculo do índice de eficácia, verificou-se que seu indicador foi da ordem de 100,00%, uma vez que o número de fiscalizações realizadas foi igual ao número de fiscalizações programadas e aprovadas pela CFIC/DFIA/SDA/MAPA, devendo-se mencionar que a meta física foi estabelecida em decorrência do planejamento nacional efetuado pela Coordenação. Em relação aos anos anteriores, o índice alcançado em 2012 também foi intermediário, pois em 2010 havia sido de 54,07% e em 2011 de 108,51%. Essa queda de 2011 para 2012 se deveu ao aumento da meta física, que foi de 102 fiscalizações em 2011 e passou a 134 para 2012.

###### Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças

De posse dos resultados, verificou-se variação entre o custo programado e o realizado por fiscalização, uma vez que o índice de eficiência foi negativo em 9,89%, o que denotou que o custo por fiscalização realizada foi menor que o custo previsto, como também ocorreu em todo o triênio 2010-2012.



O indicador de eficácia apresentou-se igual a 100,00%, uma vez que o número de fiscalizações realizadas foi igual ao número de fiscalizações programadas. Em exercícios anteriores, a meta física sempre havia sido superada em função de demandas externas à programação que foram atendidas, como as solicitações da Coordenação de Sementes e Mudas (CSM/DFIA/SDA/MAPA) para que fossem intensificadas as fiscalizações no comércio de sementes forrageiras com apoio do SEFAG/DDA/SFA-PA e a fiscalização das sementes adquiridas pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Maranhão.

#### Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos

O custo unitário realizado em 2012, utilizado como indicador de eficiência, foi de R\$ 3,13 por partida fiscalizada; portanto, inferior ao custo unitário programado para 2012, de R\$ 12,53 por partida inspecionada, o que representou uma redução da ordem de 75,02% no custo por partida inspecionada. O custo realizado foi inferior ao programado devido, principalmente, ao forte aumento do número de inspeções realizadas.

O indicador de eficácia assegurou que a execução da programação foi realizada acima do programado, confirmando o incremento no número de partidas inspecionadas no ano de 2012.

Quanto à evolução dos indicadores de eficiência e eficácia no triênio 2010-2012, conclui-se que no período analisado o custo realizado para cada fiscalização foi sempre inferior ao programado, o que significou que os recursos disponibilizados foram bem geridos. Quanto à taxa de eficácia, verificou-se que, de 2010 a 2012, houve a superação da meta física programada em função da maior demanda de exportações e importações no complexo portuário Itaqui-Madeira.

#### Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos

Não foi possível obter o indicador de eficiência, pois não houve descentralização de recursos para a execução da meta física. Em relação ao índice de eficiência, observou-se um índice de 600% em função da programação de apenas uma partida no Siplan e a execução de seis inspeções de animais de companhia no trânsito internacional.

#### Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Como não houve a programação de meta física e nem houve a execução de recursos financeiros, não foram gerados indicadores de desempenho nessa ação orçamentária.

#### Ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola

Ao ser utilizada a meta física institucional número de monitorações da mosca da carambola, geraram-se variáveis de indicadores de desempenho também institucionais, denominados de índice de eficiência, que mede o custo unitário programado por monitoração da mosca da carambola em relação à estimativa inicial, e de índice de eficácia, que mensura o número de monitorações realizadas em função da quantidade programada.

Em relação à meta física institucional, considerou-se para fins de análise do desempenho operacional as taxas do número de monitorações realizadas nas microrregiões da Aglomeração Urbana de São Luís e do Gurupi pelo SISV/DDA/SFA-MA, pois para a realização das monitorações nas duas microrregiões exigiram-se o dispêndio de recursos financeiros para os deslocamentos a partir da sede da SFA-MA.

Com relação ao índice de eficiência, para ambas as microrregiões avaliadas, houve economia em relação ao custo previsto. O custo por monitoração na microrregião do Gurupi foi de R\$ 1.791,93 e isso representou uma economia da ordem de 12,59% em relação aos R\$ 2.050,00 previstos para a execução da atividade. Na Aglomeração Urbana o custo foi de R\$ 46,18 e frente ao custo estimado de R\$ 55,56, a economia por monitoração foi da ordem de 16,88%.





Quanto ao índice de eficácia, considerando-se apenas as monitorações realizadas pelo SISV/DDA/SFA-MA, a taxa de eficácia verificada foi de 33,33% nas monitorações realizadas no Gurupi e de 88,89% na taxa da Aglomeração Urbana de São Luís.

#### Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

O custo unitário realizado, de R\$ 403,10, foi 4,33% menor que o programado (R\$ 421,34) e 100,00% da meta física foi executada. A programação das atividades a serem desenvolvidas e o roteiro de fiscalização seguido contribuiu para que os níveis de eficiência e eficácia fossem satisfatórios e as metas fossem atingidas.

Ao longo dos anos de 2010 a 2012 a eficácia diminuiu de 300% para 100%, ou seja, fiscalizou-se o número exato de propriedades em relação ao programado, consequência do menor número de deslocamentos devido à falta de veículo em condições de uso. Quanto ao índice de eficiência, o mesmo diminuiu de -74,42% para -4,33%, em relação ao ano anterior, o que significou que o custo realizado com relação ao programado aumentou devido ao aumento nos custos com manutenção de veículos, o que não havia ocorrido nos exercícios anteriores. Esse fato ressaltou a importância de renovação da frota de veículos que fica à disposição do SISV/DDA/SFA-MA, o que ocasionou em menor número de fiscalizações e a um custo maior, e que poderá, ainda, acarretar em menor eficiência e eficácia nos próximos anos devido às condições precárias em que os mesmos se encontram.

#### Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

O indicador da taxa de eficiência apresentou um custo unitário realizado menor que o programado da ordem de 18,02 %. Essa redução foi justificada principalmente porque a maior quantidade das fiscalizações efetuadas foi realizada na Capital; portanto a um custo menor em relação ao programado, que incluiu gastos para os deslocamentos ao interior do Estado. Estes deslocamentos ao interior, por sua vez, pelas circunstâncias de contingenciamento de recursos pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA, aliado às dificuldades para a realização de viagens no período das chuvas, foram prejudicados.

No cálculo referente ao indicador de eficácia, o índice conseguido foi de 121,25% da meta física programada, significando que o número de fiscalizações realizadas foi além da meta física programada em 17 unidades de fiscalização. Este resultado foi conseguido face ao surgimento de novas empresas distribuidoras, bem como da instalação de várias filiais do ramo do comércio supermercadista na região metropolitana de São Luís.

#### Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa

Com o interesse em aferir os índices de eficiência e eficácia do SISA/DDA/SFA-MA, calcularam-se tais índices com base nos resultados obtidos na meta física institucional número de supervisões.

O índice de eficiência apresentou um custo menor em 37,55%, inferido em relação ao custo por supervisão realizado e ao programado. Apesar de que o número de supervisões programadas ter sido cumprido em quase a sua totalidade, o que fez com que a taxa de eficácia encontrada fosse de 94,44%, as 34 supervisões realizadas na ação no Estado foram suficientes para detectar as não conformidades existentes no serviço da executado pela AGED-MA.

#### Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Analisando-se os resultados referentes ao indicador de eficiência, percebeu-se que houve uma economicidade significativa do custo realizado por unidade supervisionada, caracterizada por uma taxa relativa de 46,43% em função da variação absoluta negativa de R\$ 168,58, quando foram comparados os preços programados e os preços realizados.



Foi programado despendido por unidade supervisionada um valor de R\$ 363,02, sendo que foram gastos R\$ 194,44 por cada. O fato é que o custo por unidade não tenha sido superestimado, mas foi ocasionado em função das dificuldades que foram enfrentadas com relação à disponibilidade de veículos em condições adequadas de viagem, pois a SFA-MA encontrava-se sem contrato com empresa prestadora de serviços de manutenção.

No que diz respeito ao indicador de eficácia, o qual relaciona meta física programada e meta realizada, apesar dos esforços na compatibilização de viagens, não foi possível cumprir a meta integralmente, onde estavam programadas 18 supervisões às unidades da AGED-MA e foram realizadas 11, atingindo um percentual de 61,11%. Tal acontecimento prendeu-se ao fato de não dispormos de veículos para realização das viagens, até porque havia recursos disponíveis.

Outra dificuldade enfrentada foi com a estrapolação do número de viagens do técnico responsável, além das 40 diárias regulamentares no Decreto Federal nº 7.689, haja vista que no exercício de 2012 fez-se colaborar na área da inspeção vegetal em função do número reduzido de técnicos no SISV/DDA/SFA-MA.

#### Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Optou-se pelas fiscalizações realizadas nos programas do PNCEBT, PNCRH, PNSA e PNSE para as análises de cálculo.

O número de fiscalizações realizadas foi cumprida na sua totalidade. Assim, o índice de eficiência apresentou-se nulo, inferindo que o custo por fiscalizações realizado foi idêntico ao programado.

As 38 supervisões realizadas na ação direcionadas ao Estado foram suficientes para detectar as não conformidades existentes no serviço executado pela AGED-MA, e a cada relatório apresentado foram sugeridas correções.

#### Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Da provisão recebida pelo SISA/DDA/SFA-MA no ano de 2012, 86,39% dos recursos foram liquidados. Ressalta-se que além das ações descritas nas metas institucionais, o SISA/DDA/SFA-MA desempenhou outras atividades, como: vistorias de terrenos, treinamentos do corpo técnico, participação em eventos e reuniões, remessa de amostras aos laboratórios que demandam custo.

Os indicadores das taxas de eficiência e eficácia foram, respectivamente, de 11,06% e 78,48%. O de eficiência significou que o custo da inspeção/fiscalização realizada foi ligeiramente maior que o custo programado para essas atividades. Esse custo maior adveio da participação de quatro técnicos da Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e de dois policiais federais numa força-tarefa visando o combate à clandestinidade dentro do Programa Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade dos Alimentos (CQuali Leite) a estabelecimentos produtores e comerciantes na região de Pedreiras, o que elevou muito o custo, já que todas as despesas com diárias e abastecimento de veículos se deram por conta da SFA-MA.

A taxa de eficácia obtida foi causada pelo baixo contingente de FFA's e agentes de inspeção agropecuários disponíveis, o que foi agravado em função do número elevado de licenças, além da greve da categoria de FFA's realizada em agosto, que prejudicou o desempenho operacional, pois as atividades de fiscalização em unidades no interior que dependiam de deslocamentos a partir da sede da SFA-MA chegaram a ser suspensas pela SE/MAPA por um período.

#### Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Analisando-se os resultados referentes ao indicador de eficiência, percebeu-se que houve otimização dos gastos, resultando na economia de R\$ 31,81 por estabelecimento inspecionado, caracterizada por uma variação relativa de -12,31%.



Programou-se despesa, por estabelecimento inspecionado, um valor de R\$ 258,31, sendo que foram gastos efetivamente R\$ 226,50. Essa redução no gasto não caracterizou que o valor programado foi superestimado, mas que, devido às dificuldades de liberação de recursos e de veículos sem condições de viagem, as inspeções foram concentradas na Capital do Estado, demandando poucos recursos financeiros.

No que diz respeito ao indicador de eficácia, o qual relacionou meta física programada e meta realizada, a meta física programada foi cumprida, sendo que estavam programadas 60 inspeções em estabelecimentos produtores de bebidas e foram realizadas 65, atingindo uma taxa de 108,33%. Conforme já foi mencionado, as inspeções foram concentradas na Capital do Estado, facilitando o trabalho e contribuindo para que se fizessem mais inspeções do que foi programado, além do que, em relação ao ano anterior, houve um aumento de dois estabelecimentos que foram registrados no ano de 2012, aumentando a demanda.

## II) Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

### a) Programa 2014 – Agricultura Irrigada Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

#### Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse

Como não houve a descentralização de meta física no Siplan e nem de recursos financeiros à SeSAG/DPDAG/SFA-MA, pois o DIEL/SDC/MAPA comunicara por meio do Ofício Circular nº 049/2012/DIEL/SDC/MAPA que não destinaria recursos financeiros para a execução das fiscalizações dos contratos de repasse, e que para isso deveriam ser utilizados deslocamentos simultâneos realizados para a realização de outras ações, não foi possível executar os cálculos dos índices de eficiência e eficácia.

#### Ação 20SR – Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção

Não houve atividades desenvolvidas nesta ação orçamentária pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA, e, portanto, não houve a possibilidade de inserir dados sobre os indicadores de desempenho. As metas físicas são definidas pela Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção (CGLOG/DIEL/SDC/MAPA) e não houve descentralização à SFA-MA.

#### Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas

Verificou-se variação entre o custo programado e o realizado por fiscalização, uma vez que o índice de eficiência foi negativo em 4,63%, o que denotou que o custo por fiscalização realizada foi menor que o custo previsto.

O indicador de eficácia apresentou-se igual a 85,00%, não tendo sido realizadas três fiscalizações em relação ao previsto. Uma explicação para que isso tenha ocorrido é o fato de que os recursos que deveriam ter sido disponibilizados para a realização das três fiscalizações faltantes não os foram pelo DIEL/SDC/MAPA, o que interferiu diretamente na taxa obtida.

#### Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Como não houve realização da meta física determinada pela Coordenação Nacional da ação orçamentária, o cálculo do índice de eficiência não pôde ser aplicado. Quanto ao índice de eficácia, como não houve a criação de três Organizações de Controle Social no município de Imperatriz/MA, não houve nenhuma unidade atendida, fazendo com que a mesma fosse 0,00%.



#### Ação 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

Apesar de terem sido capacitados 123 técnicos no “Seminário da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono”, realizado em 16 de outubro no auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, que tratou do Plano ABC, não foram realizados gastos executados diretamente pela SFA-MA, pois os recursos pagos foram para o deslocamento de três pesquisadores vinculados à Embrapa para participarem como palestrantes. Nessa situação, tornaram-se desnecessários os cálculos dos índices de desempenho.

#### Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Como não houve determinação para cumprimento de meta física para execução pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA no Siplan, tendo havido apenas a descentralização de recursos financeiros para a fiscalização do convênio nº 761.828, firmado entre o MAPA e a Prefeitura Municipal de Colinas/MA, o qual visava fortalecer as ações do cooperativismo, através de apoio aos agricultores familiares, atentando-se para a aquisição e distribuição de insumos agrícolas, não foi possível efetuar os cálculos dos índices de desempenho para essa ação orçamentária.

#### b) Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária

##### Ação 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

Como essa ação orçamentária não é descentralizada pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários no Siplan, não houve um planejamento de programação física e financeira da SeSAG/DPDAG/SFA-MA, o que impossibilitou a utilização de índices de desempenho a fim de mensurar a capacidade de gestão operacional.

#### c) Programa 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

##### Ação 2000 – Administração da Unidade

Como não houve a descentralização de meta física para a execução pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA, tendo havido apenas a descentralização de recursos financeiros para a participação do chefe dessa Divisão em uma Reunião dos Chefes das DPDAG's com o Secretário e demais Diretores da SDC/MAPA, realizada em Brasília/DF, não foi necessário efetuar os cálculos dos índices de desempenho para essa ação orçamentária.

### **Área Administrativa**

#### a) Programa 2014 – Agricultura Irrigada Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

##### Ação 1K40 – Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Não houve, nessa ação orçamentária, descentralização de meta física, tendo havido apenas a descentralização de recursos financeiros para a participação em um técnico na Oficina de Capacitação em Gestão Estratégica e Gestão Operacional e Inovação para Chefes dos Serviços de Planejamento e Acompanhamento e Seção de Planejamento e Acompanhamento do MAPA.



b) Programa 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Como essa ação não dispõe de metas descentralizadas, não houve a necessidade de serem procedidos os cálculos para obtenção dos índices de desempenho.

Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Como essa ação não dispõe de metas descentralizadas, não houve a necessidade de serem procedidos os cálculos para obtenção dos índices de desempenho.

### **3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão**

#### **3.1. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos**

Vide ANEXO B

#### **Análise Crítica:**

À SFA-MA não cabe manter uma estrutura de Controle Interno por se tratar de uma unidade jurisdicionada da Administração Direta.

Sob essa condição, a SFA-MA preocupa-se e direciona esforços para que os controles internos sejam enxergados pelos seus colaboradores como procedimentos a serem seguidos, sem os quais anuviam-se a transparência das atividades desenvolvidas nos processos finalísticos e de apoio.

A SFA-MA entende que é primordial que sejam repassadas informações aos seus servidores que lhes possibilitem ser respondidas duas questões básicas sobre as estruturas de controle interno (O que fazer? Como fazer?), com as quais deverão estimular nos mesmos o “querer fazer”. Dessa forma, a cultura da execução de ações de controle interno por meio da prevenção será reforçada dentro da SFA-MA, o que implicará em menores riscos de má verbação de bens e recursos públicos.

Com relação ao ambiente de controle, as principais carências recaem no envolvimento dos servidores sobre a importância dos instrumentos. A SFA-MA não dispõe de um código de ética específico, sendo que a Superintendência acaba por utilizar os instrumentos do próprio MAPA.

Como o número de servidores é bastante reduzido, principalmente nas áreas administrativas, torna-se quase impossível a segregação de funções, o que de certo modo dificulta a implantação de controles internos.

Nos aspectos relativos à Avaliação de Riscos, Procedimentos de Controle e Informação e Comunicação, a SFA-MA apresenta um médio grau de dificuldade não apenas em virtude do reduzido quadro de pessoal administrativo, mas também por causa da informalidade das relações, da falta de capacitação do pessoal administrativo e da própria cultura organizacional.

Em relação à forma em que as avaliações foram feitas, realizou-se uma reunião em que chegou-se ao consenso com os setores vinculados ao Serviço de Apoio Administrativo, à Divisão de Defesa Agropecuária e ao Gabinete.



### 3.2. Sistema de Correição

Os procedimentos disciplinares da SFA-MA são instados a partir do momento em que o gestor toma conhecimento de alguma irregularidade e instaura procedimento disciplinar para apuração dos fatos através de comissão de sindicância ou processo administrativo disciplinar, conforme o caso, designados por portaria.

A base legal que regulamenta tal atividade é a Portaria CGU nº 1.043/2007.

### 3.3. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A SFA-MA encontra-se em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da CGU.

Na SFA-MA existem dois servidores responsáveis pelo cadastramento no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) dos procedimentos disciplinares instaurados, sendo que os dois procedimentos instaurados no exercício de 2012 foram devidamente registrados no Sistema.

## 4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

Os subitens abaixo relacionados do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA (Quadro 2):

Quadro 2- Subitens do item 4 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
4.1.1	Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	Uma vez que não houve programa temático sob responsabilidade da SFA-MA, sendo as informações pertinentes de competência da Unidade Central.
4.1.2	Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	
4.1.3	Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	Pois não houve programa temático sob responsabilidade da SFA-MA, portanto, também não houve iniciativa vinculada sob responsabilidade da SFA-MA, sendo as informações pertinentes de competência da Unidade Central.
4.1.5	Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	Uma vez que não houve programa de gestão, manutenção e serviços sob responsabilidade da SFA-MA, sendo as informações pertinentes de competência da Unidade Central.
4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	Porque a SFA-MA não é Unidade Orçamentária (UO), sendo apenas executora das ações finalísticas, utilizando recursos descentralizados pelo MAPA para cada ação orçamentária.
4.2.2	Programação de Despesas	Não foi aplicado, por que a informação é de competência da Unidade Central, pois a SFA-MA não é UO.
4.2.4.1	Execução da Despesa com Créditos Originários	Não foi aplicado, uma vez que a informação é de competência da Unidade Central, pois a SFA-MA não é uma unidade que é contemplada com recursos diretamente da Lei Orçamentária da União (LOA), recebendo-os apenas por movimentação.

Fonte: SFA-MA.



#### 4.1. Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

##### 4.1.1. Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Como a SFA-MA não está na LOA, ou seja, não é responsável por programas e/ou ações orçamentárias constantes no PPA 2012-2015, a princípio, não seria necessário o preenchimento do Quadro A.4.4 do Anexo II da DN TCU nº 119/2012.

Entretanto, como a SFA-MA executou parte de determinados programas e ações orçamentárias e possuía metas físicas e financeiras acordadas com os Órgãos Centrais, o referido Quadro será apresentado para os programas e ações desempenhados pela SFA-MA em 2012.

Ainda em relação ao preenchimento do Quadro A.4.4 do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, os campos “Unidade Responsável” e “Unidade Orçamentária” foram preenchidos com os dados das unidades responsáveis pelas ações, não sendo relativos à SFA-MA, que como explicado anteriormente, não é uma UJ responsável por qualquer programa ou ação, e que apenas contribui com a execução de uma cota da meta física nacional, em conformidade com planejamento anual acordo com a Unidade Central.

Os campos “Dotação Inicial” e “Dotação Final” não foram preenchidos pelo fato de que a SFA-MA não é uma unidade que recebe recursos originariamente da Lei Orçamentária Anual.

##### 4.1.1.1. Divisão de Defesa Agropecuária

##### 4.1.1.1.1. Programa 2028 – Defesa Agropecuária

##### 4.1.1.1.1.1. Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

Quadro 3- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.

Identificação da Ação							
Código	2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal						
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; elaboração e revisão de normas técnicas relativas aos produtos destinados à alimentação animal; realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento dos processos de fiscalização; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais sobre insumos destinados à alimentação animal.						
Iniciativa	013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários						
Unidade Responsável	Coordenação de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal						
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	18.098,08	18.098,08	0,00	0,00	18.098,08	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Recebida	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	60	38	29.208,00	19.705,94	18.098,08

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

A ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (código Siafi: PI Fiscinan) tem como finalidade o controle da produção e da comercialização de ração, sal mineral,



concentrados e matérias-primas destinadas à alimentação animal, contribuindo com os criadores de animais domésticos comerciais ou de estimação no controle da qualidade desses insumos pecuários, o qual é expresso pela produtividade e a saúde dos animais.

O principal produto desta ação é fiscalização realizada em estabelecimentos produtores e comerciais de alimentos para animais.

A meta física programada não foi alcançada, obtendo-se uma taxa de 63,33%, principalmente devido à limitação de recursos.

A diferença entre a meta financeira prevista e a provisão recebida foi de R\$ 9.502,06, o que significou que foram recebidos para a execução da ação de fiscalização somente 67,47% dos recursos programados no POA 2012 (Tabela 1).

Considerando-se o total de recursos descentralizados e executados, a taxa de utilização foi de 91,84%, sendo utilizados R\$ 18.098,08 de um total de R\$ 19.705,94.

Todos os elementos de despesa tiveram taxa de aplicação acima de 70%. Discriminando-se o total dos recursos descentralizados e executados, tem-se que foram executados R\$ 18.098,08 de R\$ 19.705,94 disponibilizados para fiscalizações.

Tabela 1- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no exercício.

<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PREVISÃO (R\$)</b>	<b>EXECUÇÃO (R\$)</b>	<b>EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)</b>
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	14.825,16	13.956,36	94,14
3390-30	Material de Consumo	3.379,78	3.040,72	89,97
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.501,00	1.101,00	73,35
<b>TOTAL</b>		<b>19.705,94</b>	<b>18.098,08</b>	<b>91,84</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.





#### 4.1.1.1.1.2. Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Quadro 4- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

Identificação da Ação						
Código	2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos					
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.					
Iniciativa	012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Proteção de Plantas					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	83.448,66	83.448,66	0,00	0,00	2.346,05
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Cargas fiscalizadas	un	10.600	16.747	11.555,40	2.346,05
2	Supervisão realizada a barreiras fitossanitárias fixas	un	16	17		

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

A ação orçamentária Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (código Siafi: PI Vigifito) tem como objetivos a defesa e a vigilância que assegurem a sanidade dos vegetais e seus produtos, como a instalação de barreiras fitossanitárias móveis e fixas, a realização de inspeções fitossanitárias, o credenciamento e a fiscalização de empresas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira, e a capacitação técnica. A fiscalização do trânsito interestadual de vegetais no Estado é realizada pelo Órgão Estadual de Defesa Agropecuária no Maranhão, como está previsto no SUASA, criado pelo Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e supervisionada pelo Serviço de Inspeção e Defesa Vegetal desta SFA-MA.

Como essa é uma ação descentralizada, o SISV/DDA/SFA-MA utilizou a meta física institucional número de supervisões realizadas a barreiras fitossanitárias fixas como indicador dos serviços prestados pela AGED-MA nas 17 barreiras fitoossanitárias distribuídas pelo Estado do Maranhão. Com essa meta física institucional, pôde-se averiguar se as fiscalizações de cargas vegetais estavam sendo feitas corretamente.

Em 2012, foram realizadas 17 supervisões, sendo seis em barreiras fixas fitossanitárias localizadas em Itinga do Maranhão, no Posto Fiscal e nas pontes da Amizade e Metálica, em Timon, em Estreito e em Barão de Grajaú; seis supervisões às Unidades Regionais de Imperatriz, Açailândia, São João dos Patos, Barra do Corda, Caxias e Presidente Dutra; cinco supervisões aos Escritórios Locais, assim distribuídas: Timon, Barão de Grajaú, Estreito, Itinga do Maranhão e Porto Franco.

Nessas supervisões foram vistoriadas a estrutura física da unidade de fiscalização, os equipamentos e mobiliário, uso de veículos e sua disponibilidade, acesso a internet, comunicação (telefone e fax), os recursos humanos disponíveis em cada unidade bem como a sua qualificação, o cumprimento dos requisitos de fiscalização, como a exigência de documentação legal sanitária para



as cargas que estão sendo transportadas, e, por fim, a documentação que atestava o número de fiscalizações realizadas.

Constataram-se problemas a serem solucionados nos postos, como instalações inadequadas, insuficiência do efetivo à disposição, falta de qualificação técnica dos funcionários alocados nos postos de vigilância em relação aos procedimentos fiscais, ausência de documentos fiscais, falta de segurança nos postos, escassez de recursos para manutenção das unidades e indisponibilidade de veículos e equipamentos. Os problemas identificados e sugestões indicadas para solucionar os problemas diagnosticados foram descritos em relatório e encaminhado ao Diretor-Geral da AGED-MA e ao Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA/MAPA) para conhecimento e providências.

Apesar das condições precárias enfrentadas pelo Órgão Estadual para o cumprimento das suas atividades, no exercício de 2012 a AGED-MA fiscalizou 16.622 cargas nas barreiras zoofitossanitárias fixas e mais 125 nas barreiras móveis, totalizando-se 16.747 cargas fiscalizadas, superando as 10.600 previstas inicialmente pelas estimativas da Coordenação-Geral de Proteção de Plantas (CGPP/DSV/SDA/MAPA), e foram emitidos 106 certificados fitossanitários de origem e 1.036 permissões de trânsito de vegetais. Ressaltam-se que tais atividades foram realizadas com os poucos recursos do próprio Órgão Estadual devido à inexistência de um instrumento de repasse de recursos na forma de convênio com o MAPA.

Em função dessa falta de recursos da AGED-MA para a execução das funções descentralizadas, em março de 2011 a AGED-MA encaminhou uma proposta de celebração de Convênio Plurianual 2011-2015 com o MAPA com o objetivo de estruturar e manter o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Vegetal no Estado do Maranhão para controlar, erradicar e prevenir a ocorrência de pragas dos vegetais. Dessa maneira, buscava-se melhorar a eficiência da fiscalização do trânsito de vegetais, seus produtos e subprodutos, controlando a disseminação e/ou evitando a entrada de pragas que afetam a agricultura brasileira, a fim de garantir a sanidade vegetal.

Entretanto, no exercício de 2011 não houve a concretização do convênio, haja vista a desistência por parte da Agência Estadual de Defesa Agropecuária no Maranhão em prosseguir com a proposta em função de uma série de fatores que a impediram, tais como a inexistência de capacidade de honrar com a parcela de contrapartida e o estado de inadimplência à época do Governo do Estado atestado no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), tornando, mais uma vez, o Estado impossibilitado de receber recursos do MAPA.

Uma proposta de convênio para o cumprimento das metas dessa ação orçamentária com vigência para o período 2012-2015 foi submetida em 20/03/2012 para apreciação da sua viabilidade técnica-financeira pelo SISV/DDA/SFA-MA. Essa proposta, que tinha valor global de R\$ 5.032.926,90, visava destinar recursos para o ano de 2012 da ordem de R\$ 74.520,00, distribuídos nas rubricas Auxílios (R\$ 51.560,00) e Contribuições (R\$ 22.960,00), apenas para as metas associadas ao objetivo dessa ação orçamentária. No quadriênio 2012-2015, deverão ser destinados para execução das metas relacionadas a essa ação orçamentária o montante de R\$ 261.160,00.

Após ter passado por todas as análises técnicas, financeiras e jurídicas e demais trâmites legais, teve o seu Plano de Trabalho aprovado pelo DSV/SDA/MAPA e foi registrado no Sistema de Convênios do Governo Federal sob o nº 771.221. Em 29/10/2012 foi assinado pelo Ministro do MAPA e em 16/11/2012 foi publicado no Diário Oficial da União. Esse período levado desde o registro da proposta até a assinatura se deveu muito em função do respeito à legislação eleitoral.

Como o prazo para execução das atividades referentes a 2012 terminava em 31/12/2012, a conveniente achou por colocar em apreciação o Ajuste no Plano de Trabalho nº 01/2012, justificando para tal a publicação do Decreto Estadual nº 28.692, de 16/11/2012, que dispõe sobre normas para o encerramento do exercício financeiro de 2012 e que restringiu os prazos para realização de despesas. Ademais, a AGED-MA alegou que os levantamentos fitossanitários e as fiscalizações às propriedades ficariam bastante prejudicados se o início da execução fosse ao final



do ano, considerando que o Estado enfrentava naquele momento um longo período de seca. O novo Plano teve parecer técnico favorável do SISV/DDA/SFA-MA, sendo aprovado em 13/11/2012, e a execução das atividades passou para o período compreendido entre os dias 30/12/2012 e 30/06/2013.

Ademais, em função da falta de recursos financeiros enfrentada pelo MAPA no final do exercício, o montante ainda não havia sido repassado à conveniente até o dia 31/12/2012, apesar de ter sido realizado o depósito da parcela de contrapartida. Diante desses problemas, as ações programadas pelo SISV/DDA/SFA-MA, que passaria a ter o papel de supervisor do convênio, foram prejudicadas quanto à sua execução.

Destacam-se ainda como dificuldades enfrentadas pelo SISV/DDA/SFA-MA para a execução de suas tarefas, a necessidade de uma frota de veículos em condições adequadas de uso em segurança, haja vista se dispor de duas caminhonetes modelo Chevrolet S-10 e de um automóvel Fiat Palio, os quais exigiam a execução de serviços de manutenção. Isso foi agravado porque a SFA-MA encontrou-se em boa parte de 2012 sem contrato com empresa prestadora de serviços de manutenção.

Diante dessa situação, teve-se que compatibilizar viagens de supervisão dessa ação orçamentária com viagem da ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, executando-se, assim, numa viagem, atividades de duas ações. Ressalta-se, igualmente, que essa conjugação foi realizada com ações pertencentes ao mesmo Serviço e ao mesmo programa de Defesa Agropecuária. Isso implica dizer que lançou-se mão dessa alternativa a fim de se otimizar o serviço, pois foram realizadas atividades que seriam executadas duas viagens.

Espera-se que o convênio entre o MAPA e a AGED-MA na área de defesa vegetal possa empreender um novo tempo na maneira de enfrentar esses desafios, para que aos serviços prestados sejam agregadas a qualidade técnica e a confiabilidade nos resultados alcançados. Indiretamente, há a expectativa que o Órgão Estadual contrate fiscais de defesa vegetal para que o sistema de defesa vegetal do Estado do Maranhão seja fortalecido.

Para o cumprimento das ações do PI Vigifito, foram descentralizados R\$ 86.075,40 e liquidados R\$ 83.448,66, tendo sobrado um saldo de R\$ 2.626,74 no final do exercício.

Destes recursos, foram utilizados R\$ 2.346,02 para execução de atividades de supervisão realizadas pelo SISV/DDA/SFA-MA; pagos R\$ 6.582,64 para custear a participação de um FFA e de um Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária pertencente ao quadro funcional da AGED-MA na Reunião sobre o Sistema Informatizado para Emissão de Certificado Fitossanitário de Origem, Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado e Permissão de Trânsito de Vegetais, em Brasília/DF, no período de 10 a 13 de dezembro de 2012; e empenhados R\$ 74.520,00 destinados ao convênio nº 771.221 entre o MAPA e a AGED-MA (Tabela 2).

Os recursos disponíveis no valor de R\$ 2.626,74 se justificaram pelo fato de que até o final do exercício não haviam sido pagos ainda as diárias das técnicas do SISV/DDA/SFA-MA e da AGED-MA que participaram do treinamento em Brasília no mês de dezembro, que somadas totalizaram R\$ 1.769,38. Os restantes R\$ 857,36 foram em função da diferença entre o valor pago pelas passagens aéreas, de R\$ 6.582,64, e o valor descentralizado, de R\$ 7.440,00.

Como dificuldades enfrentadas pelo SISV/DDA/SFA-MA para a execução de suas tarefas, pode-se destacar a necessidade de solicitação de recursos financeiros ao Núcleo de Acompanhamento, Controle e Avaliação (NACA/DSV/MAPA) para qualquer atividade que se desejava realizar, o que tornou a tomada de iniciativas mais morosa em função dos trâmites internos desse setor até que se procedesse à liberação dos recursos solicitados, quando poderia respeitar a descentralização conforme o que está planejado no POA mensalmente.

Destacam-se ainda a necessidade de uma frota de veículos em condições adequadas de uso em segurança, haja vista se dispor de duas caminhonetes modelo Chevrolet S-10 e de um automóvel Fiat Palio, os quais exigiam a execução de serviços de manutenção. Isso foi agravado



porque a SFA-MA encontrou-se em boa parte de 2012 sem contrato com empresa prestadora de serviços de manutenção.

Tabela 2- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.

DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
a) Recursos destinados ao pagamento de despesas de supervisão.	2.346,02	2.346,02	100,00
b) Recursos destinados ao pagamento de despesas para a participação na Reunião sobre o Sistema Informatizado para Emissão de Certificado Fitossanitário de Origem, Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado e Permissão de Trânsito de Vegetais – Brasília/DF – 10 a 13/12/2012.	9.209,38	6.582,64	71,48
c) Recursos destinados ao pagamento da parcela de responsabilidade do concedente referente ao exercício de 2012 do convênio nº 771.221.	74.520,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>86.075,40</b>	<b>8.928,66</b>	<b>10,37</b>

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi; Siconv.

Para a melhoria dos serviços prestados, acredita-se que a efetivação do convênio em defesa vegetal entre o MAPA e a AGED-MA com o objetivo de capitalizar financeiramente, estruturar e capacitar os técnicos do órgão estadual a fim de garantir o bom funcionamento do SUASA, cujo período de execução para o exercício de 2012 iniciou-se em 01/12/2012 e se encerrará em 30/06/2013, será de fundamental importância para a defesa vegetal do Estado do Maranhão, assim como sem faz premente a contratação de mais fiscais de defesa vegetal (engenheiros agrônomos) pela AGED-MA a fim de fortalecer as suas ações.

Também é importante a realização de campanhas para esclarecer produtores, comerciantes e transportadores sobre a legislação de trânsito de vegetais, sobre as pragas que ocorrem no Estado do Maranhão, bem como as que são potenciais de entrada, e sobre as adequações necessárias para viabilizar o comércio de produtos vegetais que sofrem restrição de comercialização. Assim como é necessário que se intensifique as ações de educação sanitária para a melhor prevenção, monitoração e controle dessas pragas, com palestras aos produtores, divulgação e distribuição de material informativo.

O principal desafio da Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no Estado do Maranhão consiste no fortalecimento e estruturação das barreiras mantidas pela AGED-MA, tanto do aspecto da estrutura física como dos recursos humanos apropriados e capacitados para o desenvolvimento da ação.



#### 4.1.1.1.1.3. Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Quadro 5- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.

Identificação da Ação							
Código	2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário						
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais; registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento; capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, em auditoria, segurança, em eficácia e em estabilidade de produtos de uso veterinário; participação em reuniões, em simpósios e em congressos nacionais e internacionais.						
Iniciativa	013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários						
Unidade Responsável	Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários						
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	5.310,95	5.310,95	0,00	0,00	5.310,95	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Recebida	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	143	76	16.780,50	5.648,17	5.310,95

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

A ação Fiscalização dos Produtos de Uso Veterinário (código Siafi: PI Fisprovet1), cujo principal produto desta ação é fiscalização realizada de estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário, controla a comercialização de medicamentos e produtos de uso veterinário no Estado, fortalecendo a pecuária na fiscalização desses produtos aqui comercializados e contribuindo com os programas nacionais de saúde animal.

A meta física prevista não foi alcançada, sendo realizada somente 53,15% das fiscalizações previstas, especialmente devido à limitação de recursos. A diferença entre a meta financeira prevista e a provisão recebida foi de R\$ 11.132,33, o que significou que foram recebidos para a execução da ação de fiscalização somente 33,66% dos recursos programados no POA 2012.

Considerando-se o total de recursos descentralizados e executados, a taxa de utilização foi de 94,03%, sendo utilizados R\$ 5.310,95 de um total de R\$ 5.648,17 (Tabela 3).

Tabela 3- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	5.102,73	4.765,51	93,39
3390-30	Material de Consumo	500,44	500,44	100,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	45,00	45,00	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>5.648,17</b>	<b>5.310,95</b>	<b>94,03</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Todos os elementos de despesa tiveram taxa de aplicação acima de 90%. Discriminando-se o total dos recursos descentralizados e executados, tem-se que foram executados R\$ 5.310,95 de R\$ 5.648,17 disponibilizados para fiscalizações.



Como não houve viagens para participação em treinamentos ou reuniões em 2012, todas as despesas foram liquidadas para a realização das 76 fiscalizações efetuadas.

#### 4.1.1.1.1.4. Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Quadro 6- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.

Identificação da Ação						
Código		2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes				
Descrição		A fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.				
Iniciativa		013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas				
Unidade Responsável		Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	13.761,21	13.761,21	0,00	0,00	13.761,21
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	134	134	14.340,19	13.761,21

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

A ação orçamentária Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (código Siafi: PI Fisfecoi) controla a atividade de produção e comercialização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no Maranhão, contribuindo com a agricultura no controle da qualidade desses insumos agrícolas, que é expresso na produtividade agrícola.

O produto desta ação é fiscalização realizada de estabelecimentos produtores de fertilizantes e corretivos e de seus produtos com coleta de amostras com fins fiscais, sendo a execução da ação realizada por um Fiscal Federal Agropecuário.

Em decorrência da sazonalidade da produção de fertilizantes e corretivos, torna-se inviável o aumento da execução da meta física, pois as empresas produtoras têm o pico de produção entre setembro e dezembro. Como a produção de fertilizantes não é estocável, o produto apenas é fiscalizado se o FFA estiver presente no momento da produção. Uma adequação seria diminuir a meta prevista, que para o exercício de 2012 foi de 134 fiscalizações, a qual é determinada pela CFIC/DFIA/SDA/MAPA.

Os recursos financeiros utilizados em 2012 foram da ordem de 95,96% em relação à previsão, uma vez que foram descentralizados R\$ 14.340,19, e que desse montante foram empenhados e liquidados R\$ 13.761,21 (Tabela 4).

Dos R\$ 14.340,19, apenas R\$ 11.651,78 foram destinados para a execução da ação da fiscalização, sendo utilizados R\$ 11.072,80, ou seja, 95,03% em relação ao valor previsto (Tabela 5). Como resultados, foram realizadas 134 fiscalizações ao custo de R\$ 82,63 para cada fiscalização realizada.



Tabela 4- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	8.984,00	8.916,85	99,25
3390-30	Material de Consumo	3.327,19	3.020,36	90,78
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.689,00	1.689,00	100,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	340,00	135,00	39,71
<b>TOTAL</b>		<b>14.340,19</b>	<b>13.761,21</b>	<b>95,96</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Tabela 5- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes para o cumprimento da meta física no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	7.984,59	7.917,44	99,16
3390-30	Material de Consumo	3.327,19	3.020,36	90,78
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	340,00	135,00	39,71
<b>TOTAL</b>		<b>11.651,78</b>	<b>11.072,80</b>	<b>95,03</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Os R\$ 2.688,41 restantes do valor descentralizado, foram destinados à participação de um FFA na “Reunião Anual de Insumos Agrícolas - RAIÁ”, realizada em Foz do Iguaçu/PR, no período de 26/11 a 01/12/2012, sendo utilizados R\$ 999,41 para pagamento de diárias e R\$ 1.689,00 para a compra de passagens aéreas (Tabela 6). No referido evento foram apresentadas palestras e realizadas reuniões técnicas com o intuito de promover a atualização e o aprimoramento dos conhecimentos técnicos bem como a harmonização de entendimento no tocante à legislação e a procedimentos na fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes.

Tabela 6- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de um técnico na “Reunião Anual de Insumos Agrícolas - RAIÁ – Foz do Iguaçu/PR – 26/11 a 01/12/2012.	999,41	999,41	1.689,00	1.689,00	2.688,41	2.688,41
<b>TOTAL</b>	<b>999,41</b>	<b>999,41</b>	<b>1.689,00</b>	<b>1.689,00</b>	<b>2.688,41</b>	<b>2.688,41</b>

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi.

A meta física foi cumprida integralmente conforme havia sido programada, apesar da greve da categoria de Fiscais Federais Agropecuários que ocorreu no segundo semestre do ano e mesmo a Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos ter superdimensionado a meta. Isso porque a meta estabelecida para o exercício de 2011 havia sido de 102 fiscalizações e nesse ano foram programadas 134, o que é um salto significativo, pois apenas um FFA executa essa ação.



Outra dificuldade encontrada durante o ano foi a falta de uma empresa contratada para compra de passagens aéreas, o que trouxe bastante transtorno no tocante às participações dos FFA's nos eventos nacionais.

#### 4.1.1.1.1.5. Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças

Quadro 7- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças.

Identificação da Ação						
Código	2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças					
Descrição	Registro de cultivares; inscrição de produtor, beneficiador, embalador, armazenador, comerciante de sementes e de mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e de responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENSEM; fiscalização da produção, da comercialização e da utilização de sementes e de mudas; elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e ao credenciamento; monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas do MAPA e nas unidades credenciadas; supervisão e realização de reuniões técnicas e de treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.					
Iniciativa	013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas					
Unidade Responsável	Coordenação de Sementes e Mudanças					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	31.625,05	31.625,05	0,00	0,00	31.625,05
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	140	140	34.484,50	31.625,05

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

A ação Fiscalização de Sementes e Mudanças (código Siafi: PI Fiscalsem1) controla a atividade de produção, comercialização e uso de sementes e mudas no Estado do Maranhão, contribuindo com a agricultora na qualidade desses insumos agrícolas.

O produto desta ação é fiscalização realizada, com enfoque na fiscalização de estabelecimentos produtores, beneficiadores e comerciais, de usuários de sementes e mudas, de campos de produção de sementes e também análise da qualidade das sementes com coleta de amostras fiscais.

As atividades dessa ação orçamentária foram desenvolvidas pelos Fiscais Federais Agropecuários lotados no SEFAG/DDA/SFA-MA de acordo com a programação do POA 2012. As ações do PI Fiscalsem1 compreenderam: fiscalização de produtores de sementes e de mudas, fiscalização de comerciantes de sementes, fiscalização de usuários de sementes e fiscalização da qualidade das sementes produzidas e comercializadas através de análises feitas em laboratórios oficiais do MAPA. Foram fiscalizados tanto os processos quanto os produtos.

Os recursos financeiros utilizados em 2012 foram da ordem de 91,71% em relação à previsão, uma vez que foram empenhados e liquidados R\$ 31.625,05 dos R\$ 34.484,50 descentralizados (Tabela 7).





Tabela 7- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Sementes e Mudanças no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	20.145,00	17.485,55	86,80
3390-30	Material de Consumo	4.312,48	4.312,48	100,00
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	3.377,00	3.377,00	100,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.445,00	6.245,00	96,90
3390-93	Indenizações e Restituições	205,02	205,02	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>34.484,50</b>	<b>31.625,05</b>	<b>91,71</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Dos R\$ 34.484,50, R\$ 28.903,66 foram destinados para a execução das ações de fiscalização, sendo utilizados R\$ 26.044,21, ou seja, 90,1% em relação ao valor previsto (Tabela 8). Como resultado, foram realizadas 140 fiscalizações ao custo de R\$ 186,03 para cada fiscalização realizada.

Tabela 8- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Fiscalização de Sementes e Mudanças para o cumprimento da meta física no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	18.146,18	15.486,73	85,34
3390-30	Material de Consumo	4.312,48	4.312,48	100,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.445,00	6.245,00	96,90
<b>TOTAL</b>		<b>28.903,66</b>	<b>26.044,21</b>	<b>90,11</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

O valor descentralizado restante, R\$ 5.375,82, foi destinado à participação de dois FFA's na "Reunião Anual de Insumos Agrícolas - RAIA", realizada em Foz do Iguaçu/PR, no período de 26/11 a 01/12/2012. Desse montante, R\$ 1.998,82 foram utilizados para o pagamento de diárias e R\$ 3.377,00 para a compra das passagens aéreas (Tabela 9). No referido evento foram apresentadas palestras e realizadas reuniões técnicas resultando na atualização e aprimoramento dos conhecimentos técnicos e harmonização de entendimento no tocante à legislação e também de procedimentos na fiscalização de sementes e mudas.

Tabela 9- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Fiscalização de Sementes e Mudanças em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de dois técnicos na "Reunião Anual de Insumos Agrícolas - RAIA – Foz do Iguaçu/PR – 26/11 a 01/12/2012.	1998,82	1998,82	3.377,00	3.377,00	5.375,82	5.375,82
<b>TOTAL</b>	<b>1998,82</b>	<b>1998,82</b>	<b>3.377,00</b>	<b>3.377,00</b>	<b>5.375,82</b>	<b>5.375,82</b>

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi.



A meta física foi cumprida em sua totalidade, ou seja, em 100,00%, conforme havia sido programada, apesar das dificuldades enfrentadas na execução. Uma delas foi o contingenciamento de recursos do início do ano até serem editadas as normas de utilização dos recursos para o exercício. Houve também greve da categoria de Fiscais Federais Agropecuários no mês de agosto, e que durou por cerca de três semanas, sendo que apesar de parte do efetivo não ter aderido á greve, a SE/MAPA baixou recomendação desautorizando qualquer viagem a serviço. Uma dificuldade sempre recorrente foi a pouca quantidade de Fiscais Federais Agropecuários, o que dificultou na execução das fiscalizações. Todos esses fatores contribuíram para restringir o número de fiscalizações.

Em contrapartida, como nos anos anteriores, houve a demanda de fiscalização de sementes adquiridas pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Maranhão, como tem ocorrido anualmente, o que contribuiu com o aumento da meta física, ao ponto da mesma chegar aos 100,00%.

Além das fiscalizações realizadas no Estado do Maranhão, dois técnicos do SEFAG/DDA/SFA-MA contribuíram com a fiscalização de sementes no Estado do Pará, ao terem participado de força-tarefa com foco no comércio e uso de sementes daquele Estado, com o objetivo de coibir o comércio e o uso de sementes sem origem, ou seja, sementes de produtores não inscritos no Renasem e produzidas fora do controle do MAPA.

Um ponto crítico e que deve ser observado é o fato do Estado do Maranhão não contar com laboratório oficial para as análises de sementes, as quais precisam ser enviadas a Recife/PE, o que gera demanda tempo acima do desejado no recebimento dos resultados. Importante lembrar que as sementes, após serem amostradas, devem ser encaminhadas o quanto antes ao laboratório, pois tratam-se de organismos vivos, que devem ser mantidos em boas condições de temperatura e umidade para que não tenham o resultado da germinação prejudicado, e, por consequência, não venham a prejudicar o produtor e o comerciante das mesmas.

Outra dificuldade encontrada durante o ano foi a falta de uma agência de viagens contratada para compra de passagens aéreas, o que veio ocorrer apenas no segundo semestre, o que trouxe transtornos no tocante às participações dos FFA's nos eventos nacionais.

Como resultado da fiscalização de sementes da forma como vem sendo desempenhada no Estado, notou-se uma diminuição significativa do comércio e uso de sementes sem origem nos últimos anos. Este fato se deveu graças à ação da fiscalização que tem coibido e punido esse tipo de prática. As coletas de sementes de espécies forrageiras, feitas exaustivamente pela equipe do SEFAG/DDA/SFA-MA, resultaram, em sua maioria, em resultados de análise fora do padrão estabelecido, o que tem gerado cada vez mais autos de infração e, conseqüentemente, multas. Isso pode ser explicado pelo fato de empresas dos Estados de São Paulo e Goiás comercializarem sementes de baixa qualidade para a região Nordeste do País.



#### 4.1.1.1.1.6. Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Quadro 8- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

Identificação da Ação						
Código	2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos					
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.					
Iniciativa	012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	4.326,15	4.326,15	0,00	0,00	4.326,15
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Partida inspecionada	un	437	1.380	5.474,75	4.326,15

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

Esta ação (código Siafi: PI Fisplanta2) salvaguarda o agronegócio brasileiro, a saúde pública e o meio ambiente contra a entrada no país de pragas e doenças exóticas. Contribui para o desenvolvimento econômico e social do país, e ainda atua no sentido de garantir a qualidade dos produtos e insumos de origem vegetal exportados para outros países.

A UVAGRO/ITM/DDA-MA executa a meta física com base no número de partidas inspecionadas, conforme cadastrado no Siplan. Uma partida inspecionada pode integrar várias ações fiscais, tais como: inspeções de silos de grãos e porões dos navios, coletas de amostras, dentre outras, que geram vários laudos de fiscalização. Portanto, uma partida inspecionada pode gerar várias fiscalizações.

No decorrer do exercício de 2012, a taxa de execução financeira correspondeu a 79,02% dos recursos programados, pois foi descentralizado o montante de R\$ 5.474,75 e liquidada a quantia de R\$ 4.326,15 (Tabela 10).

Tabela 10- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos para o cumprimento da meta física no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-30	Material de Consumo	4.494,75	3.346,15	74,44
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	980,00	980,00	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>5.474,75</b>	<b>4.326,15</b>	<b>79,02</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Durante o ano de 2012 foram inspecionadas 1.380 partidas. Os resultados obtidos nas fiscalizações revelaram que houve um incremento na movimentação de cargas no Porto do Itaqui-Madeira, sendo que as importações ocorreram em um volume maior do que as exportações. O



principal produto exportado foi soja em grão e os principais produtos importados foram fertilizantes, trigo em grão e arroz polido. Cabe ressaltar o aumento expressivo no número de partidas de embalagem de madeira acompanhando mercadorias importadas.

A taxa de cumprimento de 215,79% da meta física cadastrada no Siplan (partidas inspecionadas), indicou que, uma vez mais, o movimento de mercadorias fiscalizadas pela UVAGRO do Porto do Itaqui-Madeira esteve acima do esperado. Esse fato se deve a: 1) o porto passou a movimentar contêineres; e 2) aumento no volume exportado de soja. .

A equipe técnica da UVAGRO/ITM/DDA-MA é composta por quatro Fiscais Federais Agropecuários, sendo três engenheiros agrônomos e um médico veterinário, que cumpriu com êxito a demanda dos serviços de certificação zoofitossanitária e de inspeção de partidas nos processos de importação e exportação do complexo portuário Itaqui-Madeira.

As condições de trabalho disponibilizadas pela SFA-MA para a execução das ações realizadas pelos técnicos do UVAGRO/ITM/DDA-MA foram satisfatórias e os recursos materiais utilizados (materiais de expediente, computadores e infraestrutura física) foram adequados e suficientes.

Entretanto as maiores dificuldades enfrentadas na execução dos serviços foram: 1) o reduzido quadro de fiscais federais agropecuários com formação em Agronomia inviabiliza a implantação de um sistema de plantão para atender a demanda de serviço do Porto do Itaqui-Madeira, o qual opera em regime ininterrupto; 2) a necessidade de aquisição de um novo veículo a fim de se substituir parte da frota que se encontra com idade de uso superior a 6 anos.

#### 4.1.1.1.7. Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos

Quadro 9- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.

Identificação da Ação						
Código	2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos					
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, em aeroportos, em postos de fronteira e em aduanas especiais nas importações, nas exportações de produtos pecuários, e na análise de risco e de quarentena animal.					
Iniciativa	012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Partida inspecionada	un	1	6	0,00	0,00

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

Esta ação orçamentária (código Siafi: PI Fiscaanimal1) salvaguarda o agronegócio brasileiro, a saúde pública e o meio ambiente contra a entrada de doenças exóticas. Contribui para a sanidade dos rebanhos, a saúde pública e o meio ambiente, atuando como fatores determinantes do desenvolvimento econômico e social do país. E ainda atua no sentido de garantir a qualidade dos produtos e insumos de origem animal, exportados para outros países.



A UVAGRO/ITM/DDA-MA executa a meta cadastrada no Siplan partidas fiscalizadas, medida em unidades.

Não houve movimentação de animais e produtos de origem animal no Porto do Itaqui-Madeira. As seis partidas, todas inspeções de animais de companhia no trânsito internacional, que foram realizadas por FFA's médicos veterinários do SISA/DDA/SFA-MA, foram desembarcadas e inspecionadas no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, em São Luís/MA.

Quanto à contribuição dos FFA's lotados no SISA/DDA/SFA-MA, essa foi necessária porque o FFA com formação em Medicina Veterinária da UVAGRO/ITM/DDA-MA ainda não havia passado por treinamento à época dos desembarques. Esse técnico passou por um treinamento de dez dias no mês de outubro na Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de São Paulo André Franco Montoro, no qual o técnico pôde adquirir conhecimentos pertinentes à rotina da fiscalização internacional de animais e seus produtos. Os custos com diárias e passagens aéreas foram assumidos pela Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária.

A taxa de cumprimento da meta física foi de apenas 600% em função se ter considerado as fiscalizações de animais de companhia.

Não houve programação de recursos financeiros devido à pequena demanda nos serviços de inspeção e fiscalização de cargas com animais ou produtos de origem animal e também por decisão da Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária, que executa as descentralizações financeiras apenas na ação orçamentária 2180- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

#### 4.1.1.1.8. Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Quadro 10- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.

Identificação da Ação						
Código	2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins					
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normatização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).					
Iniciativa	013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins.					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	0	0	1.200,00	0,00

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.



A ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (código Siafi: PI Fisagrotox) envolve a fiscalização de agrotóxicos, de empresas produtoras de agrotóxicos e o credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica.

Estas ações têm um impacto óbvio na saúde da população e na atividade agrícola, que terá à disposição um insumo de qualidade, possibilitando maior eficiência produtiva, melhor rentabilidade para o produtor e maior oferta de produtos a custos menores.

O produto dessa ação até o ano de 2009 era fiscalização realizada de empresas prestadoras de serviços de tratamentos quarentenários, sendo que a ação era realizada pelos Fiscais Federais Agropecuários da Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto do Itaqui-Madeira (UVAGRO-ITM/DDA-MA, São Luís/MA), pois os tratamentos (expurgos) eram realizados na área primária portuária, onde se encontravam lotados os servidores da UVAGRO-ITM/DDA-MA.

Porém, em 2010, o produto cadastrado no Siplan dessa ação passou a ser fiscalização realizada em indústrias fabricantes de agrotóxicos e seus produtos, e como no Estado do Maranhão não há indústrias de agrotóxicos instaladas, não houve meta física programada e tampouco ação de fiscalização.

Outra atividade inerente a essa ação é a fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins. Porém, esse trabalho é descentralizado à AGED-MA, respaldado no SUASA.

Pelo exposto, e como no Estado do Maranhão não há indústrias de agrotóxicos instaladas, não houve meta física programada para o ano de 2012 e tampouco ação de fiscalização.

Quanto à meta financeira, houve previsão de participação de um Fiscal Federal Agropecuário no Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos (Enfisa), que foi realizado entre os dias 18 e 21 de junho de 2012 em Curitiba/PR, tendo sido descentralizados para a sua participação a quantia de R\$ 1.200,00 no elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil. Entretanto, como o FFA que iria participar do evento executa também atividades na ação orçamentária 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças, o mesmo encontrava-se impedido de viajar no período de realização do evento em função de ações de fiscalização referentes à ação 2179 (Tabela 11).

Tabela 11- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins em eventos no exercício.

Evento	3390-14 Diárias – Pessoal Civil		3390-36 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		3390-33 Passagens e Despesas com Locomoção <sup>1</sup>	
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de um FFA no X Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos (Enfisa) – Curitiba/PR – 18 a 21/06/2012.	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-Total (R\$)</b>	<b>1.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL PREVISTO (R\$)</b>	<b>1.200,00</b>					
<b>TOTAL REALIZADO (R\$)</b>	<b>0,00</b>					

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi.



#### 4.1.1.1.9. Ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola

Quadro 11- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola.

Identificação da Ação						
Código	4738 - Erradicação da Mosca da Carambola					
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso das demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.					
Iniciativa	012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Proteção de Plantas					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	30.313,42	30.313,42	0,00	0,00	369,42
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área controlada	ha	33.198.329	33.198.329	31.863,42	369,42
2	Número de monitorações – microrregião do Gurupi	un	3	1		
3	Número de monitorações – microrregião Aglomeração Urbana de São Luís	un	9	8		

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

A mosca da carambola, *Bactrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae), é uma praga quarentenária presente (praga restrita a uma região e mantida sob controle oficial) e que está localizada nos Estados do Amapá e Roraima. No Amapá, foi detectada em 1996 e está disseminada pelo Estado, e em Roraima houve o primeiro registro desse inseto no município de Normandia em dezembro de 2010, sendo esse o único local em que o inseto foi detectado.

Essa mosca das frutas apresenta como hospedeiros primários e secundários mais de 20 espécies, representando um grande risco à economia brasileira, pois os prejuízos causados por suas larvas podem inviabilizar o comércio internacional de frutas in natura do Brasil, pois acordos econômicos assinados com a Comunidade Européia e com países como os Estados Unidos e o Japão destacam que a disseminação desse inseto para outros estados além do Amapá e Roraima interromperá imediatamente o comércio de frutos com esses blocos econômicos e países.

O Estado do Maranhão é classificado pelo Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola (PNEMC) como de alto risco para a sua introdução devido ao trânsito de vegetais e de pessoas das áreas em que há ocorrência da praga para o Maranhão e também em função do deficiente serviço de vigilância fitossanitária em suas fronteiras. Há de se destacar a proximidade desse Estado com as áreas produtoras de frutas para exportação localizadas na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco.

O PNEMC foi criado pela publicação do Decreto Federal nº 2.226, de 19 de maio de 1997, e é responsável pelas articulações necessárias de cunho político e técnico, que incluem as medidas adotadas visando a erradicação da praga nas regiões onde a mesma se faz presente e de manter todo o restante do território nacional isento da ocorrência dessa praga com a realização de monitorações de detecção.



A meta física que está cadastrada no Siplan para a ação orçamentária Erradicação da Mosca da Carambola (código Siafi: PI Erradmosca) é área controlada, medida em ha, que no caso do Estado do Maranhão é de 33.198.329 ha, ou seja, a totalidade da área territorial do Estado.

Em 2012, o Estado do Maranhão manteve o status operacional como sendo livre da praga, não tendo sido alterado em relação aos anos anteriores.

Para a determinação desse status lançam-se mão de monitorações de armadilhas modelo Jackson iscadas com o feromônio sexual feminino sintético metil eugenol associado ao inseticida fosforado malationa para a detecção da mosca da carambola. Essas armadilhas foram instaladas no ano de 2007, e, desde então, são monitoradas e supervisionadas ininterruptamente, como ocorreu no ano de 2012 (Quadro 12).

Quadro 12- Número de armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas por município para a monitoração da mosca da carambola, *Bractrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2012.

Mesorregião	Microrregião	Município	Nº de Armadilhas Instaladas
Norte Maranhense	Aglomeração Urbana de São Luís	São Luís	6
		São José de Ribamar	1
Oeste Maranhense	Gurupi	Amapá do Maranhão	2
		Boa Vista do Gurupi	4
		Cândido Mendes	1
		Carutapera	4
		Godofredo Viana	1
		Gov. Nunes Freire	3
		Junco do Maranhão	3
		Luís Domingues	2
		Maracaçumé	3
		<b>TOTAL</b>	

Fonte: SFA-MA.

Em 2012, monitoraram-se 11 municípios, sendo dois localizados na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, onde estão instaladas sete armadilhas, e nove municípios da microrregião do Gurupi, onde estão localizadas 23 unidades amostrais. Esses municípios são considerados áreas de elevado risco à introdução e dispersão da praga no Maranhão devido às suas características econômicas e geográficas. O Plano de Contingência elaborado pelo SISV/DDA/SFA-MA para o caso da detecção desse inseto no Estado do Maranhão discrimina todos os possíveis de introdução dessa praga agrícola no Estado do Maranhão.

No PNEMC consta que em estados da Federação que sejam classificados como de elevado risco à introdução da mosca da carambola, como é o caso do Estado do Maranhão, tenham instaladas para a sua monitoração 50 armadilhas. Mesmo havendo essa recomendação, a Coordenação Nacional do PNEMC, por motivos financeiros, ainda não autorizou o SISV/DDA/SFA-MA instalar as demais 20 armadilhas que completariam as previstas 50 unidades amostrais nos pontos de risco à sua introdução. Os municípios nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré, nos quais serão instaladas essas demais 20 armadilhas, já foram escolhidos pelo SISV/DDA/SFA-MA e comunicados à Coordenação Nacional do PNEMC.

As atividades de monitoração das armadilhas localizadas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís foram, em 2012, realizadas exclusivamente pelo SISV/DDA/SFA-MA, responsável pela coordenação estadual da ação de monitoração; porém as monitorações das armadilhas instaladas na microrregião do Gurupi foram executadas tanto pelo SISV/DDA/SFA-MA como pela AGED-MA, de forma alternada.





Como explicado acima, não houve a instalação de nenhuma unidade de monitoração adicional no interior do Estado, e, portanto, as viagens realizadas resumiram-se à atividade de monitoração pelo SISV/DDA/SFA-MA e pela AGED-MA.

Em nenhuma das cinco monitorações realizadas na microrregião do Gurupi, ou seja, na realizada pelo SISV/DDA/SFA-MA e nas quatro executadas pela AGED-MA, bem como nas oito coletas efetuadas nas armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, não foi encontrado qualquer espécime da mosca da carambola. Portanto, pode-se afirmar que nas áreas monitoradas com armadilhas para a captura da mosca da carambola não há sua infestação, e que, por extensão, pode-se considerar o Estado do Maranhão isento dessa praga quarentenária, o que proporciona o índice de 100,00% na meta física cadastrada no Siplan para essa ação.

Porém, para avaliação se a meta física cadastrada no Siplan estava sendo cumprida, lançou-me mão de duas metas físicas institucionais, chamadas de número de monitorações para as microrregiões do Gurupi e da Aglomeração Urbana de São Luís, pois para a realização das monitorações houve o dispêndio de recursos financeiros para o pagamento de diárias e de combustível.

Essa meta física institucional foi criada para garantir maior autenticidade ao resultado encontrado na avaliação da meta física cadastrada no Siplan, pois, por exemplo, se apenas uma monitoração tivesse sido realizada durante todo o ano de 2012 e nenhum espécime da mosca da carambola tivesse sido encontrado, poder-se-ia dizer, por extensão, que o Estado do Maranhão estaria livre da praga. Porém, sabe-se que uma única monitoração num ano é arriscado para se atestar o Estado como realmente livre da praga, pois sabe-se que, pelas características bioecológicas do inseto, o seu potencial de dispersão e de reprodução é muito grande. Por isso, a meta física institucional é uma precaução fundamental para que se afirme que a mosca da carambola não esteja, de fato, presente no Estado do Maranhão.

Entretanto, sabe-se pelas características bioecológicas do inseto que a frequência ideal de monitorações para uma rápida detecção do inseto e para que medidas de controle e erradicação sejam tomadas a curto prazo e para evitar a sua dispersão no Estado, deveria ser de pelo menos 12 monitorações, ou seja, uma monitoração ao mês. Dessa forma, para que se tenha uma maior segurança no risco de introdução dessa praga, elegeu-se o número de monitorações para ambas as microrregiões como sendo uma a cada mês.

Ademais, a frequência de monitorações não pode ser tal que faça com que o intervalo entre uma e outra seja superior a trinta dias, em função de que o atrativo composto pelo feromônio sexual feminino tem validade por um mês, ou seja, após esse período o atrativo torna-se inócuo.

Portanto, não houve dispêndio direto de recursos financeiros para a execução da meta física do Siplan, sendo que a mesma foi obtida indiretamente por meio das metas físicas institucionais.

As atividades de monitoração na microrregião do Gurupi foram executadas tanto pelo SISV/DDA/SFA-MA como pela AGED-MA, enquanto que as armadilhas localizadas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís foram unicamente supervisionadas pelo SISV/DDA/SFA-MA.

A previsão de monitorações das armadilhas instaladas na capital e adjacências foi de nove.

Para as armadilhas instaladas na microrregião do Gurupi, um cronograma em conjunto com a AGED-MA foi elaborado, ficando acordado que o SISV/DDA/SFA-MA seria responsável por duas monitorações e que a AGED-MA realizaria seis monitorações. Nessas duas monitorações de responsabilidade do SISV/DDA/SFA-MA, além das atividades inerentes a essa prática, as mesmas também seriam realizadas com o intuito de serem feitas supervisões do trabalho executado pela AGED-MA.

O acordo na distribuição do número de monitorações foi possível devido à proposta de plano de trabalho de convênio para o desenvolvimento de ações na defesa vegetal entre o MAPA e



a AGED-MA com interveniência do Governo do Estado do Maranhão no qual continha a meta “Monitoramento de 50 armadilhas instaladas nos pontos de entrada, áreas de produção, rotas de risco e pontos identificados no Plano de Contingência”, e que previa a monitoração das armadilhas na microrregião do Gurupi, Imperatriz e Pindaré a partir de março estendendo-se até dezembro, totalizando-se dez monitorações. A partir do início de execução do convênio, as ações de monitoração passariam a ser responsabilidade da AGED-MA e o SISV/DDA/SFA-MA passaria a ser apenas o órgão supervisor do PNEMC nas microrregiões do interior do Estado.

A proposta de convênio foi aprovada, a qual recebeu o nº 771.221, e o convênio foi assinado em 29/10/2012. No plano de trabalho aprovado constava que a meta seria executada, para o ano de 2012, como mencionado, entre os dias 01/03/2012 e 31/12/2012. Entretanto, em função de problemas no repasse dos recursos já empenhados pelo DSV/SDA/MAPA, o que ainda não havia ocorrido até o dia 31/12/2012, a AGED-MA apresentou a proposta de Ajuste de Plano de Trabalho nº 01/2012, na qual propunha a alteração do período de execução da meta de 2012 do período original de março a dezembro para o período compreendido entre os dias 01/12/2012 e 30/06/2013. O Ajuste de Plano de Trabalho foi aprovado pelo SISV/DDA/SFA-MA no dia 13/11/2012.

Em 2012, realizaram-se oito supervisões às armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís e cinco monitorações às unidades amostrais instaladas na microrregião do Gurupi (Tabela 12). Dessas cinco monitorações, uma foi realizada pelo SISV/DDA/SFA-MA e quatro pela AGED-MA.

Tabela 12- Quantidade de coletas realizadas por microrregião onde se encontram instaladas armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas para a captura da mosca da carambola, *Bractrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2012.

Microrregião	Nº de Coletas Realizadas
Aglomeração Urbana de São Luís	8
Gurupi	5

Fonte: SFA-MA.

Para a ação Erradicação da Mosca da Carambola, no total foram disponibilizados R\$ 33.655,35, sendo que desse montante a quantia de R\$ 31.863,42 foram descentralizados pelo PI Erradmosca e R\$ 1.791,93 através da ação orçamentária 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.

Com relação aos recursos disponibilizados pertencentes à ação Erradicação da Mosca da Carambola, ou seja, dos R\$ 31.863,42, R\$ 29.944,00 foram para pagamento da parte da parcela de desembolso referente ao Convênio nº 771.221 descentralizados no elemento de despesa 3330-41 – Contribuições, R\$ 1.550,00 para pagamento de Diárias - Pessoal Civil para a realização de uma viagem para monitoração das armadilhas instaladas na microrregião do Gurupi no mês de julho e R\$ 369,42 foram gastos no elemento de despesa 3390-30 – Material de Consumo para abastecimento de veículos para a execução das oito monitorações das armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís.

Entretanto, apenas os recursos para aquisição de combustível para a realização das monitorações na Aglomeração Urbana de São Luís foram pagos, pois a viagem para o mês de julho não foi realizada por demora na liberação dos recursos e os recursos para pagamento da parcela referente ao convênio nº 771.221 não haviam sido transferidos à conveniente até o dia 31/12/2012.

Portanto, face aos fatos supramencionados, a taxa de execução dos recursos foi de apenas 1,22% dos recursos empenhados.

Quanto aos recursos utilizados da ação orçamentária 8572, verba essa que foi utilizada para o pagamento de despesas referentes à uma monitoração realizada no mês dezembro às armadilhas da microrregião do Gurupi, R\$ 1.454,82 foram colocados à disposição no elemento de despesa Diárias – Pessoal Civil e R\$ 337,11 no elemento de despesa Material de Consumo.



Os recursos utilizados da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais foram colocados à disposição por decisão do DSV/SDA/MAPA, o que foi comunicado pela Coordenação Nacional do Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola através de mensagem eletrônica encaminhada no dia 19/11/2012 que dizia que, como informado pelo NACA/DSV/SDA/MAPA, os recursos para o desenvolvimento de ações referentes à ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola seriam disponibilizados por meio da ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais devido à inexistência de fundos no PI Erradimosca.

Sobre as monitorações na microrregião do Gurupi, as quais são relativas à ação Erradicação da Mosca da Carambola, observou-se que a taxa foi de 33,33%. Constatou-se uma piora na taxa observada em relação ao exercício de 2011, que essa fora de 50,00%. Isso ocorreu porque as monitorações previstas para os meses de março e julho não foram realizadas. Considerando-se a execução realizada tanto pelo SISV/DDA/SFA-MA como pela AGED-MA, a taxa realizada foi de 55,56%, porque foram realizadas cinco monitorações de nove previstas.

Em relação às monitorações na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, foram realizadas oito monitorações, sendo que foi prevista a realização de nove, o que significou uma taxa de execução de 88,89%.

Alguns problemas impediram que o número ideal de monitorações fosse atingido.

No caso das monitorações que seriam realizadas pelo SISV/DDA/SFA-MA na microrregião do Gurupi, das três previstas nos meses de março, julho e dezembro, apenas essa última foi realizada.

A de março deixou de ser realizada em função do impedimento imposto pela SE/MAPA para a realização de viagens até que o Decreto Federal nº 7.689/2012 fosse regulamentado pela mesma Secretaria. Posteriormente, houve demora na descentralização de recursos por parte do Departamento de Sanidade Vegetal, o que inviabilizou a viagem que seria realizada em julho.

Em relação às monitorações nas armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, a falta de combustível para as coletas foi um empecilho, pois a SFA-MA encontrava-se sem contrato para fornecimento de combustível no município de São Luís.

Quanto às seis coletas que ficaram sob responsabilidade da AGED-MA, além dos problemas enfrentados para o início da execução do Convênio nº 771.221, o órgão estadual também enfrentou problemas com a falta de recursos no início do exercício. Com isso, das previstas, apenas quatro foram executadas em 2012.

No ano de 2012, a SFA-MA não recebeu nenhum material utilizado nas monitorações das armadilhas (como pisos adesivos, iscas tóxicas, armadilhas de PVC (cloreto de polivinila) e suportes para as armadilhas), utilizando-se o material em estoque, bem como nenhum material gráfico informativo sobre a praga.

Um curso de educação sanitária para a formação de multiplicadores em prevenção contra a mosca da carambola organizado pela equipe de Educação Sanitária do PNEMC, composta por técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, a ser realizado ainda em local incerto, mas com preferência que seja oferecido na microrregião do Gurupi, poderá ser realizado em 2013, pois no Convênio plurianual nº 771.221 consta a meta para o exercício de 2012 “Capacitação Técnica” e como sua etapa o “Curso sobre a Mosca da Carambola”. Esse curso se faz necessário para a formação da consciência sanitária, o que gerará uma população mais comprometida, mais responsável e muito mais consciente, pois um curso de educação sanitária busca promover mudanças cognitivas, afetivas e psicomotoras nos diversos públicos de interesse: produtores e trabalhadores rurais, consumidores, comerciantes, lideranças e escolares.

Ainda aproveitando a formalização do convênio plurianual, pretende-se, em 2013, instalar as 20 armadilhas para a monitoração da mosca da carambola nas microrregiões de Imperatriz e de Pindaré, as quais estão previstas no PNEMC para o Estado do Maranhão, e que já deveriam ter sido instaladas no ano de 2008. Essas novas armadilhas, que viriam a somar as já existentes 30, completariam a quantidade que é determinada no Plano Nacional da Erradicação da



Mosca da Carambola para os estados considerados de alto risco à sua introdução, grupo em que está inserido o Estado do Maranhão. A justificativa para o adiamento constante para a instalação dessas outras 20 unidades amostrais foi a falta de recursos que o Programa sofreu em todos os anos. Com a execução do Convênio, os recursos já estarão garantidos para a instalação e para as monitorações ainda relacionadas ao exercício de 2012 nessas microrregiões.

Também para ser realizado em 2013, encontra-se a aprovação pela Coordenação Nacional do PNEMC do Plano de Contingência para a Mosca da Carambola no Estado do Maranhão, documento técnico elaborado pelo SISV/DDA/SFA-MA, que contou com a colaboração da AGED-MA, e que detalha as diretrizes para as medidas emergenciais que deverão ser tomadas em caso de detecção do inseto em território maranhense.

Quanto ao convênio plurianual 2012-2015, deseja-se que não haja interrupção no desembolso das parcelas previstas para que não haja descontinuidade na execução do mesmo no exercício de 2013.

Concluindo, espera-se que em 2013 o Departamento de Sanidade Vegetal proceda à descentralização de recursos financeiros programados no Sistema de Gestão Integrado, os quais já foram aprovados pela Coordenação-Geral do PNEMC e pelo NACA/DSV/SDA/MAPA, em tempo hábil para a execução das atividades de monitoração tanto no interior como na capital e adjacências, a fim de que as atividades não sejam forçosamente paralisadas. Também se espera que a AGED-MA mantenha-se comprometida com a execução das atividades de monitoração da mosca da carambola, quer seja através de convênio até junho de 2013 quer seja pelo espírito colaborativo.

#### 4.1.1.1.10. Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Quadro 13- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4745 – fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados.

Identificação da Ação						
Código	4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados					
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e à legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.					
Iniciativa	013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM					
Unidade Responsável	Coordenação de Biossegurança de Organismo Geneticamente Modificado					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	8.062,02	8.062,02	0,00	0,00	8.062,02
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	20	20	8.426,85	8.062,02

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

A ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (código Siafi: PI Fiscorgen) tem por finalidade o acompanhamento e a fiscalização de experimentos científicos autorizados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), a inspeção física e a verificação documental das atividades de pesquisa e liberação planejada de vegetais



geneticamente modificados no ambiente, além da fiscalização das medidas restritivas de biossegurança em liberações comerciais de organismos geneticamente modificados, visando assegurar o cumprimento das decisões da CTNBio e legislação correlata aos OGM's: Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, Decreto Federal nº 5.591, de 22 de novembro de 2005, e demais marcos regulatórios da CTNBio.

Para essa ação orçamentária foram previstas e realizadas 20 fiscalizações, distribuídas em 14 fiscalizações de plantios comerciais de milho geneticamente modificado, localizados nos municípios de Balsas, Loreto e Sambaíba, e seis fiscalizações na área de exclusão do algodão GM.

Na fiscalização do plantio de milho GM não foram detectadas irregularidades, pois os plantios estavam de acordo com a Resolução Normativa nº 4/2007, de 16 de agosto de 2007, da CTNBio; ou seja, não foi verificada a presença de qualquer lavoura comercial de milho próxima à área fiscalizada com milho GM.

Em cumprimento à Portaria nº 21, de 13/01/2005, que trata da zona de exclusão, onde não poderão ser cultivados sementes ou caroços de algodão herbáceo geneticamente modificado ou de algodão herbáceo convencional com traços de eventos de transformação genética, foram realizadas seis fiscalizações (considerando-se cada município como uma fiscalização) distribuídas nos municípios de Santa Luzia, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas, Açailândia, Itinga do Maranhão e São Francisco do Brejão. Não foram encontrados plantios de algodão em nenhum dos municípios fiscalizados.

No total, foram utilizados R\$ 8.062,02 de um montante de R\$ 8.426,85 descentralizados, alcançando-se uma taxa de 95,67% de execução/previsão. Para as fiscalizações utilizaram-se os seguintes recursos: R\$ 3.598,84 no elemento de despesas Diárias – Civil; R\$ 1.041,84 foram utilizados no elemento de despesas Material de Consumo; R\$ 619,50 foram executados no elemento de despesas Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física para o pagamento de diárias a um Fiscal de Defesa Vegetal da AGED-MA, o qual auxiliou nos deslocamentos para a execução das fiscalizações de coexistência de cultivos de milho GM e convencional nos municípios de Balsas, Loreto e Sambaíba; e R\$ 2.801,84 no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, utilizados para manutenção de um veículo do SISV/DDA/SFA-MA, totalizando-se R\$ 8.062,02 (Tabela 13).

Tabela 13- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	3.790,00	3.598,84	94,95
3390-30	Material de Consumo	1.205,01	1.041,84	86,46
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	620,00	619,50	99,91
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.811,84	2.801,84	99,64
<b>TOTAL</b>		<b>8.426,85</b>	<b>8.062,02</b>	<b>95,67</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

No ano de 2012 não houve pesquisa e liberação planejada no ambiente de OGM's no Estado do Maranhão. As metas previstas no POA 2012 foram alcançadas com a fiscalização dos plantios comerciais de milho GM, com o objetivo de verificar o cumprimento da Resolução Normativa nº 04/2007, da CTNBio, que estabelece as regras de coexistência entre o milho GM e o convencional, e com a fiscalização da zona de exclusão de algodão GM, em cumprimento à Portaria nº 21, de 13/01/2005, onde não poderão ser cultivados sementes ou caroços de algodão herbáceo GM ou de algodão herbáceo convencional com traços de eventos de transformação genética.



A fiscalização das lavouras de milho da safra 11/12 contou com a colaboração de um Fiscal de Defesa Vegetal da AGED-MA, com conhecimento da região, o que foi de primordial importância, pois a área fiscalizada era muito extensa e de difícil acesso. Foram realizadas 14 fiscalizações de milho e seis de algodão, totalizando 20 fiscalizações, alcançando-se a taxa de 100,00% de eficácia.

Das propriedades fiscalizadas, todas estavam regulares quanto à norma de coexistência, ou seja, não foi verificada a presença de qualquer lavoura comercial de milho próxima à área com milho GM fiscalizada. Essa regularidade está relacionada ao fato das áreas produtivas serem distantes umas das outras e ao tamanho das propriedades, o que favorece que essa distância seja respeitada. Ainda assim, foram distribuídas cópias da norma de coexistência nas propriedades e repassadas orientações sobre as normas para o plantio de milho GM.

Na zona de exclusão adotou-se a seguinte metodologia para a fiscalização: reuniões com os técnicos dos escritórios locais da AGED-MA, das secretarias de agricultura e sindicatos de produtores rurais e conversas com produtores; também visitou-se a área rural dos municípios e fez-se caminhamento através de estradas rurais para ter uma visão geral dos cultivos agrícolas da região. Não foram encontrados plantios de algodão em nenhum dos municípios fiscalizados.

Observou-se que praticamente a área total de milho na região fiscalizada, que é a principal produtora da cultura no Estado do Maranhão, constituiu-se de milho GM na safra 2011/2012, ficando o plantio de milho convencional praticamente restrito às áreas de refúgio. Neste contexto, cabe ressaltar a importância da fiscalização exercida pelo SISV/DDA/SFA-MA na fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas pela CTNBio para o cultivo de vegetais GM. Quanto ao plantio de algodão nas áreas fiscalizadas, consideradas zona de exclusão para o plantio de algodão GM, não se verificou plantios de algodão, sejam plantios GM ou mesmo de algodão convencional.

A descentralização de recursos desta ação orçamentária ocorreu de acordo com o planejado no POA 2012 para o atendimento das atividades fiscais. Como dificuldades enfrentadas pelo SISV/DDA/SFA-MA para a execução de suas tarefas estão a necessidade de uma frota de veículos em condições adequadas de uso em segurança, haja vista se dispor de duas caminhonetes modelo Chevrolet S-10 e de um automóvel Fiat Palio, os quais exigiam a execução de serviços de manutenção. Isso foi agravado porque a SFA-MA encontrou-se em boa parte de 2012 sem contrato com empresa prestadora de serviços de manutenção.

Esse fato acarretou em um aumento dos custos para a realização dessa ação, devido aos gastos com manutenção de veículos. Entretanto, foi necessário otimizar as atividades, realizando-se um maior número de fiscalizações por deslocamento.



#### 4.1.1.1.11. Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Quadro 14- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.

Identificação da Ação						
Código		4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais				
Descrição		Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para instituir os padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; Credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Fiscalização e auditorias nos estabelecimentos credenciados; Fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; Capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.				
Iniciativa		027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	18.631,98	18.631,98	0,00	0,00	18.631,98
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	80	97	18.744,42	18.631,98

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

A execução da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais (código Siafi: PI Padclassif) é a forma de assegurar ao consumidor a qualidade dos produtos vegetais em consonância com a legislação que rege a classificação vegetal, através da fiscalização de entidades credenciadas que executam a classificação, bem como pela aferição da identidade e da qualidade desses produtos diretamente junto a processadores, embaladores, distribuidores e comerciantes em geral, evitando-se, dessa forma, um serviço de classificação de forma incorreta, inadequada ou insegura; a destinação para consumo de produtos desclassificados ou em desconformidade com os padrões de classificação aplicáveis; ou, ainda, o empacotamento e comercialização de produtos sem a devida classificação vegetal obrigatória, levando-se a uma incorreta marcação das especificações de qualidade na embalagem por parte dos embaladores, iludindo, dessa forma, o consumidor.

Dentro do planejamento estratégico realizado, foi programada a realização de 80 fiscalizações, envolvendo embaladores, atacadistas e varejistas. Entretanto, foram realizadas 97 ações fiscais, superando a meta física programada em 21,25%. Esse aumento se deu em função do



surgimento de novas empresas distribuidoras, bem como de várias filiais do ramo do comércio varejista, notadamente na Capital.

Além da meta física cadastrada no Sistema Integrado de Planejamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, denominada fiscalização realizada, essa ação contemplou ainda os seguintes resultados:

- o número de amostras coletadas para fins de fiscalização de classificação de produtos vegetais, de monitoramento da qualidade desses produtos através dos Programas Estadual e Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ) e ainda para monitoramento do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) em arroz beneficiado polido foi da ordem de 106 unidades; desse total amostrado, o equivalente a 23,58% apresentou desconformidades;
- contabilizou-se um total de 2.300,21 t de produtos fiscalizados, dentre os quais sobressaiu-se o arroz com um quantitativo de 1.847,60 t, representando 80,32% do total fiscalizado;
- foram realizadas sete fiscalizações/inspeções às entidades credenciadas existentes durante o exercício, quais sejam: a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a General Maritime Service Ltda.-GMS e a Empresa de Segurança Alimentar-ESA.

Dessas ações realizadas, foram gerados 20 autos de infração, aplicadas multas que somaram R\$ 105.839,36 e encaminhados à Dívida Ativa da União nove processos.

Para a execução da meta física alcançada, contou-se com recursos executados da ordem de R\$ 18.631,98, que corresponderam a 99,40% dos recursos previstos (Tabela 14).

Tabela 14- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	15.967,83	15.963,65	99,97
3390-30	Material de Consumo	2.436,89	2.428,33	99,65
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	340,00	240,00	71,00
<b>TOTAL</b>		<b>18.744,72</b>	<b>18.631,98</b>	<b>99,40</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Destaca-se também, no exercício de 2012, a participação de três FFA's na Reunião Nacional da Atividade Qualidade Vegetal, realizada no período de 02 a 06/07/2012, em Foz do Iguaçu/PR, sob a coordenação da CGQV/DIPOV/SDA/MAPA, na qual foram realizadas mesas temáticas sobre credenciamento, Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), além de outros temas pertinentes como Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais e seus Produtos (SICASQ), Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBI-POV), POA e regionalização. As despesas com pagamento de diárias e deslocamento foram arcadas pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA.

Durante o exercício de 2012, alguns fatores contribuíram para dificultar a realização das ações, tais como restrições orçamentárias e limitações internas, como falta de veículos e falta de manutenção da frota existente, além da limitação quanto ao uso do número de diárias permitido por técnico sem necessidade de solicitar autorização à Secretaria-Executiva do MAPA.

A estratégia adotada para minimizar os efeitos dos fatores limitantes foi a otimização dos deslocamentos, procurando contemplar em cada ação fiscal vários municípios, roteiros e objetivos. Como exemplo, em uma ação fiscal realizada no mês de setembro, cujo objetivo principal era a na execução do Programa Estadual de Qualidade Vegetal (PEQV), com coleta de amostras no





município de Penalva, simultaneamente foram realizadas também fiscalizações de rotina em estabelecimentos que embalam e comercializam produtos de origem vegetal nos municípios de Vitória do Mearim, São Mateus e Dom Pedro.

#### 4.1.1.1.12. Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa

Quadro 15- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa.

Identificação da Ação						
Código	4842 - Erradicação da Febre Aftosa					
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e das estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soropidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e de análise epidemiológica.					
Iniciativa	012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Combate às Doenças					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	2.729,48	2.729,48	0,00	0,00	2.729,48
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área livre	km <sup>2</sup>	331.983	0	9.364,75	2.729,48
2	Supervisões realizadas	un	36	34		

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

A ocorrência da Febre aftosa é de difícil controle, devasta economicamente o país ou Estado pela disseminação da enfermidade, com perdas de peso animal ou com baixa produção de leite, e também restringe o acesso a mercados.

O motivo maior de preocupação é a movimentação de animais e produtos infectados, antes mesmo de ser realmente detectada, pois pode ser facilmente confundida com outras enfermidades que apresentam patologias nas patas e boca.

Esta ação (código Siafi: PI Febreaftos) desenvolvida tem a finalidade imediata em fazer com que o Estado do Maranhão evolua da atual classificação do estado de zona de médio risco para área livre de febre aftosa com vacinação, que terá proposta de reconhecimento encaminhada à OIE em 2013.

Este projeto de ampliação da zona livre de febre aftosa envolve também parte do Estado do Pará e os Estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba.

A ação Erradicação da Febre Aftosa é executada por meio de convênio entre o MAPA e a AGED-MA, que é o órgão estadual de defesa agropecuária responsável pela execução de atividades para a erradicação da enfermidade. Nessa circunstância, cabe ao SISA/DDA/SFA-MA a supervisão das atividades realizadas pelo órgão de promoção da defesa no estado.

Ainda em relação ao convênio, consta no mesmo a meta “Erradicação e prevenção da febre aftosa” e como etapas elencadas no Plano de Trabalho para o ano de 2012 “Fiscalização da vacinação contra febre aftosa em áreas estratégicas ou de maior risco” e “Educação continuada em Sanidade animal (Atendimento à notificação de suspeita de doença vesicular)”. Para a execução da



meta no exercício de 2011 foram destinados R\$ 251.988,50 e para 2012 teriam sido alocados R\$ 226.855,70. Entretanto, esse valor não foi repassado à conveniente (vide subitem 5.2.6).

As ações encontram-se em fase final e, além da realização regularmente das campanhas de vacinação, estão voltadas ao inquérito soropidemiológico para avaliação de circulação do vírus da febre aftosa.

Os técnicos do Serviço de Inspeção e Saúde Animal, ao longo dos anos, têm orientado as demandas da AGED-MA com relação à aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e subprodutos e a realização de exposições, feiras, leilões e outras aglomerações de animais.

O SISA/DDA/SFA-MA também subsidia a AGED-MA na coleta, processamento e manutenção de dados do sistema de informações sanitárias, auxilia no serviço de vigilância de enfermidades e faz apoio técnico em remessa de material ao diagnóstico em laboratório de referência, bem como subsidia a Coordenação de Febre Aftosa da AGED-MA por meio de supervisões (auditorias) em conjunto com o Departamento de Saúde Animal, que medem a execução do plano de ação elaborado pelo próprio Departamento sobre a situação em que se encontram as correções e acertos discriminados para que seja possível obter o reconhecimento de zona livre com vacinação pela OIE.

Ainda em relação às auditorias, que são realizadas anualmente, os procedimentos para padronização das ações de auditorias são direcionados pelo DSA/SDA/MAPA. Ao nível local, o SISA/DDA/SFA-MA executa as supervisões locais (auditorias locais) *in loco*, as quais visam verificar o nível de avanço do Serviço Veterinário Estadual, seguindo os mesmos princípios da auditoria do DSA/SDA/MAPA correspondentes à fase de prevenção e erradicação do Programa Nacional de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). O SISA/DDA/SFA-MA também faz avaliações dos planos de ações corretivas da AGED-MA, que são geradas após as auditorias do órgão central de Brasília.

Em 2012 o Estado do Maranhão manteve a classificação de médio risco para febre aftosa, a qual foi obtida junto ao MAPA em dezembro de 2004.

Com o objetivo de avaliar a adequação do serviço do Estado do Maranhão para receber o status de área livre de febre aftosa com vacinação, no final do mês de fevereiro foi realizada uma auditoria do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa por determinação do Departamento de Saúde Animal. Da mesma forma, outra auditoria nacional deverá ser realizada no ano de 2013.

O produto da meta física cadastrado no Siplan é área livre, medida em km<sup>2</sup>, com uma taxa de 331.983 km<sup>2</sup>. Como uma ferramenta capaz de auxiliar na mensuração do alcance da meta governamental, lançou-se mão de uma meta física institucional, chamada de número de supervisões a escritórios da AGED-MA e em pontos de risco de introdução da doença, como lixões, áreas limítrofes interestaduais, propriedades próximas a laticínios e frigoríficos e curtumes, a fim de se apurar a capacidade de se conseguir atingir a meta de erradicação da enfermidade.

Na meta física institucional, o produto supervisão realizada estende-se às auditorias realizadas nas Unidades Locais de Atenção Veterinária, nos Escritórios de Atendimento à Comunidade, nas barreiras fixas e nas Unidades Regionais da AGED-MA, que são as unidades localizadas no interior do estado responsável pela execução da ação de Erradicação da Febre Aftosa no Maranhão em todos os 217 municípios do Estado.

Desse modo, realizaram-se cinco supervisões nas Unidades Regionais, 11 auditorias às Unidades Locais de Atenção Veterinária e mais 18 supervisões, assim distribuídas: uma em Escritório de Atendimento à Comunidade, cinco em vendas de vacinas contra a febre aftosa, duas em propriedades, oito em pontos de risco verificados e duas em aglomerações de animais, como leilões e vaquejadas, totalizando-se 34 auditorias realizadas.

Ressalta-se que houve a preocupação em distribuir essas auditorias pelo maior número de Unidades Regionais (5) da AGED-MA das 18 existentes.



Nas auditorias efetuadas, foram gerados relatórios, nos quais foram relatados os problemas e sugeridas correções. Um plano de ação corretiva foi sendo, ao longo de 2012, cumprido conforme cronograma de auditoria estabelecido pelo Departamento de Saúde Animal.

Em complementação à meta física institucional, também em 2012, por intermédio da AGED-MA, foram realizadas, para avaliação de movimentação de animais e/ou subprodutos, 262 blitzes, nas quais foram inspecionados 1.149 veículos, e fiscalizados 16.674 veículos nas barreiras fixas.

Com relação aos indicies de vacinação contra a enfermidade, na campanha realizada em maio a taxa obtida foi de 97,00% do rebanho vacinado. Na segunda campanha de vacinação realizada em novembro, o índice foi ligeiramente inferior, tendo sido de 96,38%. Portanto, esses resultados obtidos vão de encontro com as pretensões de zona livre, em conformidade com a Portaria nº 50, de 19/05/1997, que aprova os critérios técnicos para a classificação dos níveis de risco para febre aftosa das Unidades da Federação.

Englobando-se os custos das auditorias, e de eventos nacionais e internacionais, disponibilizaram-se R\$ 9.364,75, dos quais foram utilizados recursos da ordem de R\$ 2.729,48, o que uma taxa de aplicação de 29,15% (Tabela 15).

Tabela 15- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Erradicação da Febre Aftosa no exercício.

<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PREVISÃO (R\$)</b>	<b>EXECUÇÃO (R\$)</b>	<b>EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)</b>
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	4.254,50	2.359,23	55,45
3390-30	Material de Consumo	370,25	370,25	100,00
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	4.740,00	0,00	0,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>9.364,75</b>	<b>2.729,48</b>	<b>29,15%</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Por falta de um contrato com uma empresa de fornecimento de passagem aérea no primeiro semestre, houve necessidade de se solicitar passagens aéreas e diárias através ao DSA/SDA/MAPA, o que tornou a preparação das viagens mais lenta.

Algumas videoconferências sobre o trabalho de reconhecimento da área de zona livre de febre aftosa teve um efeito na economicidade da ação, pois os custos finais foram menores, o que significa que essa ferramenta deverá ser aperfeiçoada, haja vista os corriqueiros problemas técnicos no recebimento do sinal, que causaram constantes interrupções, prejudicando o andamento das reuniões.

Ressalta-se também que houve uma previsão inicial de trabalhar-se no interior do Estado, e com o decorrer do processo de sorologia (soroepidemiológico), para confirmação de ausência de circulação do vírus da febre aftosa no Estado, optou-se por utilizar uma estratégia de trabalho apenas no município de São Luís e arredores, pois essa área não estava prevista no inquérito, o que fez com que os custos diminuíssem. Entretanto, não faltaram recursos financeiros ao PNEFA.

A SFA-MA cedeu técnicos para eventos que incluíram a participação em supervisões em barreiras no Estado do Ceará dentro do proposta de ampliação de zona livre de febre aftosa, no período de 11 a 15/06/2012. Entre setembro e outubro, dois técnicos acompanharam o inquérito soroepidemiológico no Paraguai, dentro da programação estabelecida em consonância com o PNEFA e o MAPA



#### 4.1.1.1.13. Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Quadro 16- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.

Identificação da Ação						
Código	8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais					
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.					
Iniciativa	012H - Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Proteção de Plantas					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	1.787.269,53	1.787.269,53	0,00	0,00	8.603,18
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área controlada	ha	69.463,00	68.305,21	6.534,50	2.138,85
2	Supervisão realizada	un	18	11		

Fonte: MPOG; Siafi; SFA-MA.

As pragas agrícolas são fatores limitantes para a produtividade e a qualidade dos produtos, além de causarem danos ambientais e à saúde humana, tendo como consequência aumento dos custos de produção com menores lucros ao produtor.

Devido à importância sobre o agronegócio, torna-se necessário a prevenção e o controle das referidas pragas no intuito de serem abrangidos os aspectos sociais, econômicos e de sustentabilidade ambiental, contribuindo, dessa forma, para a minimização dos efeitos maléficos ao setor agrícola. Para tanto, foi criada a ação orçamentária Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais (código Siafi: PI PCEVegetal) dentro do Programa Defesa Agropecuária.

Ressaltam-se que todas as ações foram executadas pelo Órgão Estadual de Defesa Agropecuária no Maranhão, como está determinado no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), criado pelo Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, as quais foram supervisionadas pelo Serviço de Inspeção e Defesa Vegetal desta SFA-MA.

As atividades estiveram voltadas para as culturas da banana, citros e soja, por se tratarem de plantios de relevada importância econômica para o Estado do Maranhão e/ou por abrigarem pragas de importância econômica e/ou quarentenária segundo a Instrução Normativa (IN) nº 52, de 20 de novembro de 2007, alterada pela Instrução Normativa nº 41, de 01 de julho de 2008.

Com relação aos recursos descentralizados e utilizados no PI PCEVegetal, foram descentralizados R\$ 1.792.999,18 e liquidados R\$ 1.787.269,53, tendo sobrado um saldo de R\$ 5.729,65 no final do exercício.

No entanto, de tais recursos, foram pagos R\$ 1.791,93 para execução de atividades da ação Erradicação da Mosca da Carambola tendo em vista o comunicado da Coordenação Nacional do Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola através de mensagem eletrônica encaminhada no dia 19/11/2012 em que se relatava que havia sido informado pelo



NACA/DSV/SDA/MAPA que recursos para o desenvolvimento de ações referentes à ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola seriam disponibilizados por meio da ação orçamentária 8572 devido à inexistência de fundos no PI Erradmosca.

Também foram pagos R\$ 4.672,40 para custear a participação de dois FFA's e de um Fiscal Estadual de Defesa Vegetal pertencente ao quadro funcional da AGED-MA no XVI Encontro Nacional de Fitossanitaristas em Fortaleza/CE realizado no período de 15 a 19 de outubro de 2012; empenhados R\$ 1.778.666,35 destinados ao convênio nº 771.221 entre o MAPA e a AGED-MA; e gastos R\$ 2.138,85 para atender às despesas com as fiscalizações e supervisões realizadas pelo SISV/DDA/SFA-MA (Tabela 16).

Tabela 16- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais no exercício.

DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
a) Recursos destinados ao pagamento de despesas da ação orçamentária 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola.	2.284,11	1.791,93	78,45
b) Recursos destinados ao pagamento de despesas para a participação no XVI Encontro Nacional de Fitossanitaristas – Fortaleza/CE – 15 a 19/10/2012.	5.514,22	4.672,40	84,73
c) Recursos destinados ao pagamento da parcela de responsabilidade do concedente referente ao exercício de 2012 do convênio nº 771.221.	1.778.666,35	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.786.464,68</b>	<b>6.464,33</b>	<b>3,62</b>

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi; Siconv.

O saldo disponível no valor de R\$ 5.729,65 foi significativo, mas parte dele, da ordem de R\$ 2.230,20, foi descentralizado para a viabilização para participação de três técnicos da SFA-MA em um treinamento na área de acompanhamento de convênios que foi realizado em Recife/PE nos dias 17 e 18/05/2012, o que não se concretizou em função da impossibilidade de efetivação da operação no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), haja vista, a inexistência, naquele momento, de contrato da SFA-MA com agência de viagens para emissão de passagens aéreas.

Inicialmente ressalta-se que o alcance da meta física foi de 98,33%, pois não foi considerada na mesma a área cultivada com as culturas citricolas no Estado do Maranhão, que, de acordo com dados retirados dos levantamentos do Órgão Estadual de Defesa Vegetal, era de 1.157,79 ha, haja vista que há ocorrência de pragas dessa cultura no Estado do Maranhão.

Referente à cultura da bananeira, o Estado do Maranhão continuou a ser reconhecido como Área Livre de Sigatoka Negra, conforme Instrução Normativa nº 62, de 09/11/2006, da Secretaria de Defesa Agropecuária, por não ter sido constatada nenhuma ocorrência do fungo causador da patologia.

Para a sua confirmação, foram realizadas, em 2012, em unidades de produção distribuídas por todo o Estado pela AGED-MA, 984 supervisões para detecção da ocorrência do patógeno causador da doença, seguindo as instruções contidas na Instrução Normativa nº 17, de 31/05/2005, também da SDA/MAPA.

Além das supervisões acima citadas, foram ainda realizados 1.025 levantamentos/cadastros oficiais, 16.622 fiscalizações de cargas nas barreiras fitossanitárias fixas e 125 em cargas nas barreiras móveis, foram emitidos 106 certificados fitossanitários de origem e 1.036 permissões de trânsito de vegetais. Foram realizadas, ainda, 57 palestras sobre a Sigatoka Negra, assim como distribuídos 749 unidades de materiais informativos sobre essa doença das bananeiras.



No tocante à cultura dos citros, destacaram-se como pragas a mosca negra dos citros e o cancro cítrico, ambas as pragas quarentenárias presentes no Estado do Maranhão.

No caso da mosca negra dos citros, há um tratamento diferenciado dado pelo DSV/SDA/MAPA, por haver o entendimento e a consideração de que a mosca negra encontra-se difundida por todo o território maranhense, comprovação esta efetivada através de levantamentos oficiais, e que para erradicá-la seria envolvido grande volume de recursos em uma cultura considerada sem importância econômica e existente em todo o Estado. No entanto, a CGPP/DSV/SDA/MAPA criou um grupo de trabalho, com a participação de um técnico da SFA-MA, com objetivo de elaborar uma proposta de atualização da Instrução Normativa nº 23/2008, que trata de *Aleurocanthus woglumi*, bem como revisar a lista de hospedeiros da praga.

Um encontro foi realizado nos dias 13 e 14 de março em Brasília, no qual foram realizadas deliberações a cerca da Instrução Normativa nº 23/2008 e onde foi elaborada uma metodologia para Levantamentos Fitossanitários de Detecção da Mosca Negra dos Citros, com o objetivo de serem definidos procedimentos padronizados de detecção e delimitação da praga em todo o Brasil.

Na ocasião, também houve entendimento da necessidade da condução de estudos de campo com todas as espécies constantes da lista oficial de espécies hospedeiras da praga, para definição da lista em condições brasileiras. Também definiu-se as regiões nas quais seriam realizados levantamentos com o objetivo de obter dados mais concisos sobre a distribuição dessa praga cítrica no Brasil. Os custos dessa viagem com diárias e pagamentos de passagens aéreas foram pagos pelo próprio DSV/SDA/MAPA.

Já em relação ao cancro cítrico, foram realizados, em 2012, 357 levantamentos em municípios de todas as 18 regionais do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária, não sendo detectada a existência da praga fora do perímetro da microrregião Aglomeração Urbana de São Luis.

Vale ressaltar que tais atividades foram realizadas com os poucos recursos do próprio Órgão Estadual dificultando a execução da atividade de forma mais abrangente.

Quanto à soja, os trabalhos estiveram voltados à fiscalização do cumprimento do “vazio sanitário”, medida de controle estabelecida pela Instrução Normativa nº 02, de 29/01/2007, instituída pela AGED-MA com base no Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, doença causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi* Sydow, estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O “vazio sanitário” tem o intuito de interromper o ciclo da doença, o que diminui a fonte de inóculo para a safra seguinte. Isso é conseguido com a ausência total de plantas vivas de soja no campo, fato esse que é fiscalizado pela AGED-MA e supervisionado pelo SISV/DDA/SFA-MA.

Com a publicação da Portaria nº 638, de 19 de agosto de 2011, a AGED-MA instituiu duas datas de “vazio sanitário” para o cultivo da soja, conforme as características regionais dos dois centros produtores de soja no Estado, que são as regiões de Balsas e de Chapadinha.

No exercício de 2012, a AGED-MA realizou, também com recursos próprios, 110 fiscalizações durante o “vazio sanitário”, tendo encontrando, assim, dificuldades para realizá-las tendo em vista a inexistência de um convênio com o MAPA.

Entre as dificuldades enfrentadas, pode-se incluir o fato de que as atividades dessa ação orçamentária serem descentralizadas à AGED-MA, e que por falta de recursos financeiros por parte desse Órgão, não puderam ser executadas em sua plenitude todas as atividades necessárias à segurança fitossanitária do Estado do Maranhão.

Em função dessa falta de recursos da AGED-MA para a execução das funções descentralizadas, em março de 2011 a AGED-MA encaminhou uma proposta de celebração de Convênio Plurianual 2011-2015 com o MAPA com o objetivo de garantir a segurança fitossanitária estadual, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por



meio de prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional. Dessa maneira, estariam atendidas as demandas necessárias para os problemas fitossanitários para as culturas da soja, banana e citros, principalmente.

Entretanto, no exercício de 2011 não houve a concretização da proposta de convênio, que era da ordem de R\$ 1.021.925,35, disponibilizados nas rubricas Auxílios (R\$ 838.370,00) e Contribuições (R\$ 183.555,35), em função da desistência do Órgão proponente em função da falta do depósito da parcela de contrapartida.

Uma proposta de convênio para o cumprimento das metas dessa ação orçamentária com vigência para o período 2012-2015, e que incluía para o exercício de 2012 o valor total de de R\$ 1.778.666,35, disponibilizados na rubrica Auxílios (R\$ 1.550.920,00) e Contribuições (R\$ 227.746,35), após ter passado por todas as análises técnicas, financeiras e jurídicas e demais trâmites legais, teve o seu Plano de Trabalho aprovado pelo DSV/DSA/MAPA e foi registrado no Sistema de Convênios do Governo Federal sob o nº 771.221.

Em 29/10/2012 foi assinado pelo Ministro do MAPA e em 16/11/2012 foi publicado no Diário Oficial da União. Isso se deveu muito em função do respeito à legislação eleitoral.

Como o prazo para execução das atividades referentes a 2012 terminava em 31/12/2012, a conveniente achou por colocar em apreciação o Ajuste no Plano de Trabalho nº 01/2012, justificando para tal a publicação do Decreto Estadual nº 28.692, de 16/11/2012, que dispõe sobre normas para o encerramento do exercício financeiro de 2012 e que restringiu os prazos para realização de despesas. Ademais, a AGED-MA alegou que os levantamentos fitossanitários e as fiscalizações às propriedades ficariam bastante prejudicados se o início da execução fosse ao final do ano, considerando que o Estado enfrentava naquele momento um longo período de seca. O novo Plano teve parecer técnico favorável do SISV/DDA/SFA-MA, sendo aprovado em 13/11/2012, e a execução das atividades passou para o período compreendido entre os dias 01/12/2012 e 30/06/2013.

Ademais, em função da falta de recursos financeiros enfrentada pelo MAPA no final do exercício, o montante ainda não havia sido repassado à conveniente até o dia 31/12/2012, apesar da mesma ter realizado o depósito da parcela de contrapartida. Esses recursos entrarão na rubrica restos a pagar no exercício de 2013.

Diante desses problemas, as ações programadas no âmbito da prevenção, controle e erradicação de pragas das culturas da soja, banana e citros pelo SISV/DDA/SFA-MA, que passaria a ter o papel de supervisor do convênio, foram prejudicadas quanto à sua execução.

Destacam-se ainda como dificuldades enfrentadas pelo SISV/DDA/SFA-MA para a execução de suas tarefas, a necessidade de uma frota de veículos em condições adequadas de uso em segurança, haja vista se dispor de duas caminhonetes modelo Chevrolet S-10 e de um automóvel Fiat Palio, os quais exigiam a execução de serviços de manutenção. Isso foi agravado porque a SFA-MA encontrou-se em boa parte de 2012 sem contrato com empresa prestadora de serviços de manutenção.

Diante dessa situação, teve-se que compatibilizar viagens de supervisão dessa ação orçamentária com viagem de outra ação, executando-se, assim, numa viagem, atividades de duas ações. Ressalta-se, igualmente, que essa conjugação foi realizada com ações pertencentes ao mesmo Serviço e ao mesmo programa de Defesa Agropecuária. Isso implica dizer que lançou-se mão dessa alternativa a fim de se otimizar o serviço, pois foram realizadas atividades que seriam executadas duas viagens.

Espera-se que o convênio entre o MAPA e a AGED-MA na área de defesa vegetal possa empreender um novo tempo na maneira enfrentar esses desafios, para que aos serviços prestados sejam agregada qualidade técnica e confiabilidade nos resultados alcançados. Indiretamente, há a expectativa que o Órgão Estadual contrate fiscais de defesa vegetal para que o sistema de defesa vegetal do Estado do Maranhão seja fortalecido.



#### 4.1.1.1.1.14. Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Quadro 17- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

Identificação da Ação						
Código	8658 - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais					
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e de estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, de zonas ou de propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e de controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.					
Iniciativa	012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Combate às Doenças					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	36.344,26	36.344,26	0,00	0,00	36.344,26
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Propriedades atendidas	un	40.000	63.492	49.545,87	36.344,26
2	Supervisões realizadas	un	38	38		

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

O Estado do Maranhão está subdividido geograficamente em 5 mesorregiões, onde estão distribuídos 217 municípios. Nesses, o número de bovídeos está na ordem de 7.400.000 cabeças; destas cerca de 76.828 são búfalos, o que demonstra a variação de ecossistemas que envolvem cerca de 81.700 propriedades rurais. Sabe-se que todo o sistema de defesa animal deve estar organizado de forma a atender os criadores aos níveis municipal e estadual.

O desenvolvimento da bovideocultura, vindo pela ótica da defesa sanitária animal, busca a oferta de produtos de qualidade em conformidade com a saúde e bem-estar animal, com o meio ambiente sustentável e com a qualidade da vida humana.

As ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais são divididas em vários programas nacionais, os quais serão descritos sucintamente. Desses vários programas nacionais da área de sanidade animal, resumidamente serão abordadas as atividades do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose dos Animais, do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos e do Programa Nacional de Sanidade Avícola.

A meta física cadastrada no Siplan para essa ação (código Siafi: PCEAnimal) é propriedades atendidas, que correspondem às vigilâncias passivas do sistema de atenção veterinária oficial, que, em sua maioria, dizem respeito aos atendimentos em vigilância das encefalopatias de ruminantes no Estado. Entretanto, essa ação é descentralizada, sendo a AGED-MA o órgão executor responsável pela ação a campo.

A taxa alcançada dessa meta física foi 158,73%, pois a meta prevista era de que 40.000 propriedades rurais fossem atendidas pelos técnicos da AGED-MA, sendo que um total de 63.492 foram atendidas devido, sobremaneira, à vacinação obrigatória para raiva em algumas regiões.

Os atendimentos às propriedades estão relacionados a raiva em herbívoros, que é uma importante zoonose, principalmente ao homem do campo, que sempre carece de informações e tem como finalidade a preservação da saúde. O Serviço Veterinário Local da AGED-MA faz a colheita de encéfalos de animais suspeitas de raiva, encaminha as amostras ao laboratório da UEMA, sem





custo, realiza, geralmente, um trabalho de entrevistas com pecuaristas, promove vigilância ativa, faz captura de morcegos hematófagos, cadastra e monitora abrigos de morcegos e faz vacinação de herbívoros numa área compreendida dentro de 12 km do foco inicial.

No intuito de se avaliar a meta do Siplan, o SISA/DDA/SFA-MA utilizou a meta física institucional número de supervisões às unidades da AGED-MA, para que fosse possível ter a medição do cumprimento da meta física do Siplan. Dessa maneira, os índices de desempenho foram calculados considerando-se a meta física institucional.

Essa meta física institucional, que tem como objetivo supervisionar as atividades em propriedades rurais e nos escritórios da AGED-MA, apresentou uma taxa de 100,00%. Como essa ação é composta por várias sub-ações, como já citado anteriormente, o número de supervisões foi dividido entre elas em função das necessidades e da importância de cada uma (Tabela 17).

Tabela 17- Relação do número de supervisões programadas e realizadas por Programa Nacional de Sanidade Animal coordenados pelo Departamento de Saúde Animal (DSA/SDA/MAPA) no Estado do Maranhão. 2012.

Programa Nacional	Supervisões	
	Programadas	Executadas
PNCEBT	10	9
PNCRH	1	1
PNSE	2	2
PNSA	25	26
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>38</b>

Fonte: SFA-MA.

### Atividades Desenvolvidas nos Programas Nacionais de Sanidade Animal

É de suma relevância a observação da saúde dos animais nas supervisões aos escritórios da AGED-MA referentes aos vários programas de interesse nacional, para que possa ser viável a avaliação das ações do serviço de defesa animal e relacioná-lo ao crescimento da pecuária no Estado.

Optou-se pelas descrições das fiscalizações dos programas do PNCEBT, PNCRH, PNSA e PNSE, para as descrições de cálculos, como segue:

#### 1- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT

A análise da meta física institucional correspondente ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal baseou-se especificamente no desempenho de médicos veterinários privados e nas ações do órgão executor de defesa da saúde animal na implementação do programa junto aos produtores rurais. Daí veio a necessidade da realização do trabalho de monitoração nos locais de realização de exames, por amostragem, nas propriedades trabalhadas, nos estabelecimentos de revenda de vacinas contra a brucelose e a tuberculose e junto às Unidades Veterinárias da AGED-MA.

O Estado Maranhão possuía, segundo dados oficiais da AGED-MA de 2012, 592.776 fêmeas bovinas e 5.139 fêmeas bubalinas na faixa etária de 0 a 12 meses de idade, perfazendo um total de 597.915 cabeças. A faixa etária preconizada para a vacinação contra brucelose é de todas as fêmeas de 0 a 8 meses, ao qual estima-se que esta faixa represente 50% de todas as fêmeas de 0 a 12 meses de idade, ou seja, 298.957. No ano de 2012 foram vacinadas 219.540 fêmeas, o que representaria 73,43% da meta estimada.

Ao serem comparados estes dados com os do ano de 2011, em que foram vacinadas 223.954 fêmeas, observou-se que apesar das dificuldades enfrentadas causadas por uma seca



prolongada, o que obrigou a AGED-MA a publicar uma portaria autorizando a prorrogação da do período de vacinação para os animais com a finalidade abate, a queda foi de apenas 2 pontos percentuais.

A Portaria nº 014/2010-AGED/MA, de janeiro de 2010, em que no seu artigo 1º preconiza o disciplinamento do trânsito de bovinos e bubalinos em relação à vacinação contra brucelose no território maranhense, continuou em vigor em 2012. Entretanto, o programa ainda carece de maior divulgação da obrigatoriedade da vacinação contra brucelose e da falta de ações continuadas em educação sanitária.

Dos 48.192 animais testados para o diagnóstico da brucelose em 2012, 848 foram reagentes, perfazendo-se um total de 1,76%, percentual inferior a 2,00% de 2011 e de 1,98% de 2010. Tal evento coaduna-se com o aumento do percentual de vacinação e conseqüentemente com a importante etapa de redução progressiva do número de focos das doenças com relação ao PNCEBT.

Quanto ao controle da tuberculose, dos 36.612 animais testados no Estado para o diagnóstico da tuberculose, 67 foram positivos, o que representou uma taxa de 0,18% dessa população, taxa maior que os 0,11% de 2011 e igual ao percentual 2010 que foi 0,18%.

Para a realização das atividades referentes ao PNCEBT no Maranhão, há 97 médicos veterinários privados habilitados e 131 cadastrados para a vacinação contra a brucelose.

A meta física institucional correspondente à subação do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal foi cumprida em 90,00%, pois foram realizadas nove supervisões das dez supervisões previstas, sendo que foram supervisionadas as atividades de quatro Unidades Veterinárias Locais da AGED-MA nos municípios de Araisos, Chapadinha, Codó, Barão de Grajaú, assim como foram supervisionadas as ações do órgão executor em três revendas de vacinas contra brucelose em Caxias, Bacabal e Santa Inês e em duas unidades de distribuição de insumos para diagnóstico da brucelose e tuberculose- Unidade Central em São Luís e na Unidade Regional em Imperatriz.

Das sete supervisões programadas junto a médicos veterinários habilitados, cinco foram realizadas, sendo de um médico veterinário no município de Itapecuru-Mirim, um em Codó, um em São Luiz Gonzaga, um em Trizidela do Vale e um em Paraibano. Neste ano, por falta de demanda, não houve capacitação pela Universidade Estadual do Maranhão de médicos veterinários em controle e diagnóstico da brucelose e tuberculose visando habilitação junto ao MAPA.

O responsável pelo PNCEBT participou de outras importantes atividades: IV Reunião Nacional de Responsáveis por Convênios de Defesa Agropecuária, no período de 15 a 18/05/2012, em Recife/PE; treinamento para utilização da Plataforma de Gestão Agropecuária, conforme Memo Circular nº 113/2012-DSA/MAPA, de 02 de julho de 2012, no período de 23 a 27/07/2012; reunião para discussão do Plano de Ação Corretiva do Estado Maranhão, conforme Memo nº 842/2012-DSA, no período de 02 a 04/10/2012, em Brasília/DF.

Para o desenvolvimento das atividades do PNCEBT, foram utilizados os seguintes recursos: em diárias: R\$ 7.026,64; em abastecimento de veículos: R\$ 1.669,40; em Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 45,00; em passagens aéreas: R\$ 3.521,02.

Uma das atividades realizadas pelos FFA's do SISA/DDA/SFA-MA foi o envio de um resumo científico ao Encontro Nacional de Epidemiologia com o título “Caracterização Epidemiológica e Análise Espacial da Brucelose Bovina no Estado do Maranhão”, publicado no periódico *Acta Scientiae Veterinariae*, e de outro ao II Seminário Nacional sobre Brucelose e Tuberculose Animal, intitulado “Comportamento de alunos da Escola Agrotécnica em capacitação com vacinadores contra brucelose”.



## 2. Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias - PNCRH

O Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, executado pela AGED-MA, monitora e controla diversas encefalites no Estado, como a raiva dos herbívoros e o *scrapie* nos ovinos, e executa a prevenção das Encefalopatias Espongiformes Bovinas, sendo que essas últimas apenas como vigilância.

Em 2012 houve a captura de 705 morcegos hematófagos *Desmodus rotundus* em 125 capturas, com uma média de seis morcegos por captura. Também ocorreu a vacinação de 1.901.408 de bovinos em 22.421 propriedades e foram constatados 13 focos de raiva em herbívoros.

Uma atividade realizada por um FFA do SISA/DDA/SFA-MA foi o envio de um resumo científico à 23ª Reunião Internacional de Raiva nas Américas (RITA), que aconteceu em São Paulo, em outubro de 2012, intitulado “Agressões de *Desmodus rotundus* (E. Geoffroy) (Chiroptera, Phyllostomidae) em animais domésticos próximos a área urbana da Ilha de São Luís/Maranhão/Brasil”, produto de uma parceria da SFA-MA com a AGED-MA.

## 3. Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA

Esta subação é desenvolvida em parceria com a AGED-MA, especialmente no que se refere ao registro e fiscalização dos estabelecimentos avícolas comerciais, conforme determina a Instrução Normativa nº 56, de 04/12/2007, a Instrução Normativa nº 59, de 02/12/2009, e recentemente a Instrução Normativa nº 36/2012, de 06/12/2012.

A adesão do Estado do Maranhão ao Plano Nacional de Prevenção à Influenza Aviária e de Controle e Prevenção à Doença de Newcastle foi feita por meio da Portaria nº 15-AGED-MA, de 19/02/2008.

As ações executadas pela SFA-MA foram voltadas para participação em quatro reuniões do Comitê Estadual de Sanidade Avícola (CESAMA) e com a Associação de Avicultores Maranhenses, para a realização de supervisões à Unidade Central e Unidades Veterinárias Locais da AGED-MA, a visitas a estabelecimentos avícolas de corte e reprodução e coleta de amostra em sítios de aves migratórias. Também foi executada uma fiscalização no estabelecimento de reprodução da Empresa Santa Izabel para fins de registro.

Foram realizadas 100,00% das reuniões e supervisões programadas para o exercício.

Quanto às supervisões das unidades da AGED/MA, foram realizadas duas na Unidade Central e 23 nas Unidades Veterinárias Locais e Escritórios de Atendimento a Comunidade. Essas supervisões tiveram o objetivo de verificar o andamento das ações desenvolvidas referentes ao PNSA pelo órgão estadual de defesa, assim como discutir as Instruções Normativas nº 56, de 04/12/2007, e nº 59, de 02/12/2009, e orientar os médicos veterinários privados e fiscais de estaduais agropecuário responsáveis pelas Unidades Veterinárias Locais (UVL) quanto ao registro dos estabelecimentos avícolas de corte.

As UVL's supervisionadas estavam localizadas nos municípios de Bacabal, Campestre, Capinzal do Norte, Caxias, Codó, Colinas, Estreito, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Olho d'Água das Cunhãs, Pedreiras, Pindaré Mirim, Porto Franco, Ribamar Fiquene, Rosário, Santa Inês, Santa Rita, São João do Paraíso, São João dos Patos, São José de Ribamar, São Luís, Timon e Vargem Grande.

Ademais, foram visitados estabelecimentos avícolas de corte integrados das empresas Santa Izabel, Asa Norte Alimentos, Agronor e Novo Horizonte.

No exercício de 2012, foram habilitados dois médicos veterinários autônomos para emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) para os estabelecimentos avícolas de frango de corte das empresas Novo Horizonte e Agronor. Também se encontram em processo de registro 25 estabelecimentos avícolas de corte.



Para a realização das ações supracitadas foram utilizados em Diárias – Pessoal Civil R\$ 6.410,26; em Material de Consumo R\$ 1.758,46 e em Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$135,00.

#### 4- Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE)

A subação PNSE tem como finalidade prevenir, controlar e/ou erradicar as principais enfermidades dos equídeos, caprinos, ovinos e abelhas. Acompanharam-se duas auditorias realizadas pelos técnicos do LANAGRO-PA/MAPA.

Foram feitas inspeções clínicas de equinos reagentes ao exame de mormo pela técnica de fixação de complemento e inoculação de maleína, por demanda da AGED-MA em Santa Rita, Itapecuru-Mirim e Santa Inês.

Para a realização das ações supracitadas, foram investidos R\$ 3.820,87 em Diárias – Pessoal Civil, R\$ 871,73 em Material de Consumo e R\$ 495,00 em Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Não faltaram recursos financeiros para garantir a execução de medidas que visem promover a prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais dos programas nacionais executados no Estado.

Um total de R\$ 36.344,26 foi utilizado para acompanhamentos de todos os programas atendidos no Estado pelo SISA/DDA/SFA-MA (Tabela 18).

Tabela 18- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	25.024,86	19.550,88	78,12
3390-30	Material de Consumo	5.026,51	4.549,33	90,50
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	15.800,00	9.619,05	60,88
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.674,50	1.960,00	73,28
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.020,00	665,00	65,19
<b>TOTAL</b>		<b>49.545,87</b>	<b>36.344,26</b>	<b>82,51</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Com uma taxa de desempenho de 82,51%, foram gastos R\$ 36.344,26 do montante de R\$ 49.545,87 que foram disponibilizados.

Cabe destaque a utilização de 78,12% dos recursos descentralizados no elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil. Despesas com viagens somaram R\$ 12.204,09 (Tabela 19).

Em 2012 foram supervisionadas seis barreiras zoossanitárias com recursos da ação orçamentária 8658- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais. As barreiras supracitadas foram: Irangi (Araioses), Zé Gomes (Brejo de Anapurus), Boa Esperança (São João dos Patos), Barão de Grajaú e Mangueira (Parnarama).

As limitações econômicas e sociais dos programas nacionais trabalhados estão em proporção ao progresso dos programas de erradicação de enfermidades no Estado. Dessa forma, necessita-se ainda, além da ampliação da zona livre de febre aftosa, a médio prazo, também criar programas que visem a criação de zonas livres também para as enfermidades de peste suína clássica e newcastle, a fim de que sejam aumentadas as ofertas de animais e produtos de qualidade.



Tabela 19- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Erradicação da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção		Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)		
a) Participação de um técnico no Seminário de Vigilância Epidemiológica – Brasília/DF – 07 a 09/05/2012.	519,05	519,05	0,00	0,00	519,05	519,05
b) Participação de um técnico no Treinamento para utilização do sistema de gerenciamento de atividades de vigilância – Brasília/DF – 17 a 19/05/2012 <sup>1</sup> .	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Participação de dois técnicos na Reunião técnica sobre acompanhamento de convênio – Recife/PE – 14 a 17/04/2012 <sup>2</sup> .	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Participação de dois técnicos na Reunião com o DSA/SDA/MAPA para discussão do Plano de Ação Corretiva do Estado Maranhão – Brasília/DF – 02 a 04/10/2012.	614,05	614,05	1.355,99	1.355,99	1.970,04	1.970,04
e) Participação de dois técnicos no 2º encontro presencial do curso de especialização em Defesa Sanitária Animal – Lavras/MG – 17 a 24/06/2012 <sup>3</sup> .	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Participação de um técnico e de um Ficaí de Defesa Animal da AGED-MA no 3º encontro presencial do curso de especialização em Defesa Sanitária Animal – Lavras/MG – 19 a 23/11/2012.	2.032,51	2.032,51	2.158,24	2.158,24	4.190,75	4.190,75
g) Participação de um técnico e de dois Ficais de Defesa Animal da AGED-MA no 3º encontro presencial do curso de especialização em Defesa Sanitária Animal – Lavras/MG – 26 a 30/11/2012.	3.097,13	3.097,13	2.427,12	2.427,12	5.524,25	5.524,25
<b>TOTAL</b>	<b>6.262,74</b>	<b>6.262,74</b>	<b>5.941,35</b>	<b>5.941,35</b>	<b>12.204,09</b>	<b>12.204,09</b>

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi.

<sup>1,2,3</sup> As despesas com Diárias – Pessoal Civil e com Passagens e Despesas com Locomoção foram custeadas diretamente pelo DSA/SDA/MAPA.



#### 4.1.1.1.15. Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Quadro 18- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.

Identificação da Ação						
Código		8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal				
Descrição		<p>Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou que recebam, produzam, manipulem e beneficiem matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenem, distribuam ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação;</p> <p>Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida;</p> <p>Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos, nas Boas Práticas de Fabricação (BPF), nos Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO), e no Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas;</p> <p>Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.</p>				
Iniciativa		0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Inspeção				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	90.733,03	89.733,03	0,00	0,00	89.733,03
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estabelecimentos inspecionados	un	19	19	103.867,34	89.733,03
2	Supervisões / fiscalizações realizadas	un	158	124		

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

O Serviço de Inspeção e Saúde Animal da SFA-MA – Setor de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal através de inspeções e fiscalizações em indústrias de produtos de origem animal processados sob sua égide, exerce papel importante na saúde pública e no combate à fraude econômica, determinando, com isso, a defesa do consumidor.

O SISA/DDA/SFA-MA, por meio da ação orçamentária Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (código Siafi: PI Inspanimal3) realiza ações de inspeção e fiscalização, permanente e periódica, ao nível estadual por meio de fiscalizações e supervisões técnicas em estabelecimentos produtores. Além disso, em consonância com os Departamentos, Coordenações e Divisões, pode realizar, quando designado, auditorias nacionais, o que consolida as atribuições técnicas do Serviço.



As atividades do SISA/DDA/SFA-MA têm como foco as agroindústrias das cadeias produtivas de carne e derivados, de pescado e derivados, do leite e mel e seus derivados. As ações da Fiscalização Federal Agropecuária visam à implantação, manutenção e aperfeiçoamento das boas práticas de fabricação no processamento dos produtos de origem animal a fim de estabelecer níveis higiênico-sanitários que não ofereçam risco à saúde do consumidor. Desta forma, evita-se a incidência de zoonoses que podem estar potencialmente presentes nos alimentos, como brucelose, tuberculose, salmonelose, entre de outros patógenos nocivos à saúde humana. O Serviço trabalha, ainda, para que os produtos agropecuários atendam às normas de identidade e qualidade (RTIQ), protegendo o consumidor contra abusos e fraudes econômicas.

O trabalho desenvolvido pelo SISA/DDA/SFA-MA é feito basicamente de duas formas. A primeira, designada Inspeção Sanitária, um Fiscal Federal Agropecuário realiza nas agroindústrias com Serviço de Inspeção Federal (SIF) as atividades previstas na Regulamentação Federal de Inspeção Industrial e Sanitária. A segunda consiste em fiscalizações e supervisões periódicas com adoção de mecanismos previstos nas normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A meta indicada no Siplan para o SISA/DDA/SFA-MA foi de 19 estabelecimentos inspecionados por mês e todos foram inspecionados, alcançando a taxa de 100,00%. Ressalta-se que embora o Siplan tenha cadastrado 22 estabelecimentos sob no Estado do Maranhão, apenas 19 estiveram em atividade durante o ano de 2012.

No entanto, além da meta estabelecida pelo Siplan, o Serviço de Inspeção contou ainda com uma meta física institucional: número de supervisões e fiscalizações realizadas.

Foram programadas durante o ano de 2012 158 supervisões/fiscalizações, distribuídas em 121 fiscalizações e 37 supervisões. No entanto, foram realizadas 124 supervisões/fiscalizações, tendo sido 104 fiscalizações e 20 supervisões, o que representou que 78,48% do programado foi realizado pelo SISA/DDA/SFA-MA.

Durante as supervisões/fiscalizações, quando alguma não conformidade era detectada, o que colocaria em risco a inocuidade do produto ou desobedeciam às normas higiênico-sanitárias, o SISA/DDA/SFA-MA tomava as ações fiscais cabíveis.

Também na realização das supervisões e fiscalizações do SISA/DDA/SFA-MA no ano de 2012 foram coletadas e enviadas para análise físico-química e microbiológica em laboratórios oficiais um total de 108 amostras de produtos variados (Tabela 20). Destas amostras, 98 foram analisadas, enquanto 10 foram rejeitadas pelo laboratório por não estarem em condições de análise.

Tabela 20- Produtos de origem animal coletados para análise laboratorial na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal durante o exercício.

<b>Produto amostrado</b>	<b>Número de amostras coletadas</b>
Leite Pasteurizado	22
Leite em pó	35
Manteiga com sal	03
Carne resfriada / congelada	15
Miúdos resfriados / congelados	03
Queijo mussarela	13
Doce de leite	02
Água de abastecimento	10
Queijo coalho	02
Ricota prensada	03
<b>Total</b>	<b>108</b>

Fonte: SFA-MA.



Do total de 108 amostras, 16 foram de leite pasteurizado e leite em pó coletadas para o Programa de Combate a Fraude do Leite (PCFL). As amostras que não estavam dentro dos padrões preconizados em legislação motivaram ações fiscais por parte deste SISA/DDA/SFA-MA.

Além das coletas relatadas acima, o SISA/DDA/SFA-MA ainda foi responsável por 48 amostras enviadas para análise de produtos do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes e de 19 troncos encefálicos de bovinos oriundos de abate de emergência coletados em matadouros-frigoríficos sob SIF a fim de subsidiar o Programa Encefalopatia Espongiforme Bovina. Para o programa de *Listeria. Monocytogenes* houve coleta de cinco amostras, uma vez que este programa foi suspenso pela Coordenação-Geral de Inspeção do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CGI/DIPOA/SDA/MAPA).

Os recursos financeiros utilizados em 2012 corresponderam a 86,39% dos recursos descentralizados, sendo utilizados R\$ 89.733,03 de um total descentralizado de R\$ 103.867,34 (Tabela 21).

Tabela 21- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	66.275,55	63.686,29	96,09
3390-30	Material de Consumo	21.449,18	15.642,80	72,93
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	3.300,00	1.999,00	60,58
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3.750,00	2.478,00	66,08
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	8.603,52	5.437,85	63,20
3390-93	Indenizações e Restituições	489,09	489,09	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>103.867,34</b>	<b>89.733,03</b>	<b>86,39</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Para a execução da meta física, contou-se com recursos liberados da ordem de R\$ 99.953,29 e gastos R\$ 87.119,98, uma vez que para a realização da meta física não foram utilizados recursos para o custeio de uma viagem interestadual, a qual totalizou R\$ 2.613,05 (Tabelas 22 e 23). Nessa viagem, uma FFA participou de treinamento de procedimentos operacionais e legais na área de mel e produtos apícolas, realizado na sede da Divisão de Inspeção de Leite e Derivados (DILEI/DIPOA/SDA/MAPA) em Brasília/DF.

Tabela 22- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal para o cumprimento da meta física no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	65.661,50	63.072,24	96,06
3390-30	Material de Consumo	21.449,18	15.642,80	72,93
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3.750,00	2.478,00	66,08
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	8.603,52	5.437,85	63,20
3390-93	Indenizações e Restituições	489,09	489,09	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>99.953,29</b>	<b>87.119,98</b>	<b>87,16</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.





Tabela 23- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de um técnico em treinamento técnico na área de mel e produtos apícolas, junto a DILEI/DIPOA, com fins de nivelamento – Brasília/DF – 16 a 18/10/2012.	614,05	614,05	3.300,00	1.999,00	3.914,05	2.613,05
<b>TOTAL</b>	<b>614,05</b>	<b>614,05</b>	<b>3.300,00</b>	<b>1.999,00</b>	<b>3.914,05</b>	<b>2.613,05</b>

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi.

Alguns fatores dificultaram o desempenho da ação do SISA/DDA/SFA-MA, e por esse motivo a taxa de utilização dos recursos financeiros disponibilizados não foi maior. Entre esse fatores destacam-se o tempo dedicado ao planejamento do Serviço. No ano de 2012 passou a ser obrigatório o uso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens. Para tanto houve necessidade de ajuste do pessoal ao uso do sistema, além do limite de tempo determinado legalmente de três dias para cadastramento de viagens terrestres e de no mínimo 10 dias para viagens aéreas.

O contingenciamento do número de diárias em 40 por servidor foi outro entrave em 2012. Houve necessidade constante de solicitações de autorização ao Secretário-Executivo para a concessão de diárias à servidores do SISA/DDA/SFA-MA que extrapolaram o número de diárias estabelecidas por decreto. Embora não tivesse havido nenhuma solicitação que não tenha sido atendida, o procedimento demandou tempo para a elaboração da solicitação, com a qual deveria ir acompanhada uma nota técnica, além da disponibilidade do próprio Secretário ou seu subordinado para atendê-la.

Outro fator importante que dificultou as ações do SISA/DDA/SFA-MA foi o de recursos humanos. Para o devido cumprimento das responsabilidades e necessidades do Serviço, o SISA/DDA/SFA-MA detém um número reduzido de técnicos em seu quadro. Isso se configurou como um fator limitante para o alcance da meta, como ocorreu nos últimos três anos. Atrelado a isto houve período de 68 dias de licenças médicas concedidas à Fiscal Federal Agropecuário gestora da área de leite no Estado do Maranhão.

Também é digna de nota como dificuldade para as ações desse Serviço a logística dos laboratórios da rede LANAGRO/MAPA para a entrega de amostras de produtos para análise. Entre os LANAGRO's que são parceiros do SISA/DDA/SFA-MA, o maior entrave é com o LANAGRO-PA/MAPA, o qual não se dispõe em buscar as amostras que chegam no aeroporto em Belém/PA, o que por algumas vezes leva à perda da amostra coletada.

Os resultados das ações do SISA/DDA/SFA-MA têm impactos positivos nos objetivos estratégicos da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão, uma vez que um de seus objetivos estratégicos, que compõem o Plano Estratégico do MAPA como um todo, que inclui, dentre outros, a garantia da segurança alimentar do consumidor.



#### 4.1.1.1.16. Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Quadro 19- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.

Identificação da Ação						
Código	8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal					
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, das bebidas e de demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, de bebidas e de demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e à exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e da segurança dos alimentos, das bebidas e de demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, de bebidas e de demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.					
Iniciativa	0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	14.722,42	14.722,42	0,00	0,00	14.722,42
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estabelecimentos inspecionados	un	60	65	16.790,44	14.722,42

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

Nos últimos anos, o setor de alimentos no Brasil vem sofrendo uma dinamização e padronização, notadamente na área de bebidas. Esse fato trouxe, também, novas tecnologias e novo código de conduta, exigindo produtos com melhores padrões de higiene por consumidores cada vez mais esclarecidos e exigentes. Atualmente, a questão da padronização dos processos produtivos, bem como dos produtos, vem sendo tratada com mais critério por parte dos órgãos responsáveis pela fiscalização destes produtos, o que vem gerando um benefício para a população em geral, que passou a dispor de produtos com mais qualidade nutricional e com garantia de segurança alimentar, além de trazer incentivos para o incremento do agronegócio nacional.

Diante da relevância desse setor para o agronegócio e para a saúde pública, torna-se necessária a inspeção dos estabelecimentos produtores como medida de padronização e garantia da qualidade dos produtos ofertados aos consumidores. Nesse intuito, foi criada a ação orçamentária Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (código Siafi: PI IPVegetal2) dentro do Programa Defesa Agropecuária.

As ações desta ação foram programadas e executadas, na sua totalidade, pelos fiscais federais agropecuários lotados no Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal e todas as atividades estiveram contidas no POA 2012, tendo sido levado em conta para a programação o quantitativo de fiscais envolvidos nessa atividade, os recursos disponíveis, bem como as demandas de clientes. Algumas ações foram possíveis de serem programadas, tais como inspeção em indústrias e comércio, colheita de amostras e envio destas aos laboratórios oficiais do MAPA para fins de análise fiscal. No entanto, grande parte das ações, as quais demandam tempo e recursos humanos e financeiros, são imprevisíveis e surgem de acordo com a demanda de clientes ou resultam de ações



fiscais, como, no primeiro caso, registro de estabelecimentos e de produtos e, no segundo caso, atendimento de denúncias externas, lavratura de autos de infração e apuração de processos administrativos resultantes dessas duas últimas ações.

Com relação aos recursos descentralizados e utilizados no PI IPVegetal2, foram descentralizados R\$ 16.790,44 e liquidados R\$ 14.722,42, recursos estes utilizados na sua totalidade para a execução da meta física realizada em 2012, a qual superou em 8% a programada, resultando em 65 inspeções realizadas em estabelecimentos produtores de bebidas, oportunidade em que houve a aplicação da lista de verificação, obedecendo critérios estabelecidos no Siplan (Tabela 24).

Tabela 24- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal para o cumprimento da meta física no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	12.220,14	11.236,38	91,95
3390-30	Material de Consumo	3.920,30	3.386,04	86,37
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	650,00	100,00	15,38
<b>TOTAL</b>		<b>16.790,44</b>	<b>14.722,42</b>	<b>87,68</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Ao serem considerados os resultados de todas as ações desenvolvidas com recursos desta ação orçamentária, teve-se como resultado, ainda, a realização de seis fiscalizações em estabelecimentos comerciais; de duas inspeções para vistoria, as quais resultaram no registro de dois estabelecimentos produtores de bebida; de apuração de quatro denúncias externas, resultando na apreensão de 15.192 unidades de cerveja com suspeita de alteração nos padrões de identidade e qualidade; lavratura de 21 autos de infração, cujos quais resultaram no recolhimento aos cofres da União de R\$ 19.000,00 de um total de R\$ 83.000,00 em multas aplicadas e o encaminhamento de nove processos para a Dívida Ativa da União; e de envio para análise laboratorial de amostras, assim distribuídas: 313 L de refrigerante, 280 L de vinho, 69 L de néctar, 272 L de suco, 24.700 L de aguardente, 15.192 unidades de cerveja e 12.121 kg de polpa de frutas.

Não obstante o cumprimento da meta física ter atingido o percentual de 108,33%, extrapolando a meta programada em 8,33%, destacaram-se algumas dificuldades enfrentadas pelo SISV/DDA/SFA-MA para a execução das atividades programadas, fato que levou à intensificação das inspeções nas indústrias localizadas próximo à sede da SFA-MA, em detrimento das indústrias localizadas no interior do Estado. Entre as tais dificuldades estão a frota de veículos com necessidade de manutenção, a fim de proporcionar condições adequadas de uso em segurança. Ainda sobre a frota de veículos, ela está reduzida, sendo que o SISV/DDA/SFA-MA, para todas as suas seis ações orçamentárias, dispõe apenas de dois veículos, sendo uma caminhonete da marca Chevrolet modelo S10 e de um automóvel marca Fiat modelo Palio. Isso ainda foi agravado porque a SFA-MA encontrou-se em boa parte de 2012 sem contrato com empresa prestadora de serviços de manutenção.

Também foram problemas a greve da categoria no mês de agosto e o desequilíbrio sazonal na descentralização dos recursos financeiros, notadamente no primeiro semestre do ano, período em que os recursos são insuficientes para a realização da meta.

Como resultado, as inspeções realizadas não refletiram a realidade programada, uma vez que, como supracitado, as mesmas foram concentradas na região metropolitana de São Luís em detrimento dos estabelecimentos situados no interior do Estado, os quais demandam recursos financeiros para realização destas. A execução orçamentária e financeira ocorreu a contento, zerando todo o recurso empenhado.



Levando-se em conta o papel do MAPA em garantir a segurança alimentar da população brasileira, pode-se dizer que no ano de 2012 auferiu-se um grande avanço nessa área, uma vez que foram intensificadas as inspeções focadas não só no processo produtivo, como também no produto, através de colheita e análise de amostras de bebidas, o que acarretou na autuação de várias indústrias por terem seus produtos fora dos padrões físico-químicos.

Esse trabalho só foi possível graças à mudança de estratégia em relação ao envio de amostras de polpa de frutas, que é o principal produto, para análises, uma vez que anteriormente eram enviadas ao LANAGRO-PA/MAPA (Belém/PA) através dos Correios por via aérea, sendo que as amostras chegavam quase sempre ao destino sem condições de análise e eram rechaçadas, acarretando em desperdício financeiro e de tempo. Ao ter-se optado pelo envio das amostras por veículos oficiais da SFA-MA, obteve-se um ganho de tempo, financeiro, em função do custo ter se tornado menor, e, principalmente, no padrão de qualidade das amostras enviadas, pois passaram a chegar ao LANAGRO/MAPA com condições físico-químicas de serem analisadas.

À primeira vista, o fato da intensificação das análises de polpa de frutas e a conseqüente autuação das empresas responsáveis, pode parecer negativo. Entretanto, ao serem autuadas e punidas com multas pecuniárias, as mesmas passaram a aperfeiçoar o seu processo produtivo, tomando medidas para evitar, ou minimizar, tais problemas, trazendo benefícios à população a médio prazo.

Os resultados das ações demonstraram não só o cumprimento da meta física, como também da meta financeira, refletindo uma otimização dos recursos, uma vez que se superou a meta física programada com o montante de recursos que foram disponibilizados, embora limitados, ocasionando um saldo positivo e reflexo junto ao consumidor, que é o alvo principal do agronegócio, não infringindo qualquer problema à execução da meta programada e na sua execução.



#### 4.1.1.2. Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

##### 4.1.1.2.1. Programa 2014 – Agricultura Irrigada Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

##### 4.1.1.2.1.1. Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse

Quadro 20- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse.

Identificação da Ação						
Código	2B17 - Fiscalização de Contratos de Repasse					
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.					
Iniciativa	02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	844,29	844,29	0,00	0,00	844,29
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1 <sup>1</sup>	Fiscalização de convênios/contratos de repasse	un	27	4	1.077,28	844,29

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

<sup>1</sup> Não houve descentralização de meta física pela Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção. A meta descrita não foi descentralizada no Siplan à SeSAG/DPDAG/SFA-MA.

A implementação da ação de Fiscalização de Contratos de Repasse (código Siafi: PI Fiscontrato) no âmbito da SFA-MA se deu por iniciativa da Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção em atendimento às orientações/determinações provenientes da Controladoria Geral da União e/ou Tribunal de Contas da União.

A CGLOG/DIEL/SDC/MAPA determinou à SeSAG/DPDAG/SFA-MA a realização de quatro fiscalizações de contratos de repasse. Foram fiscalizados contratos de repasse a prefeituras dos municípios São Bento, Maracaçumé, Governador Nunes Freire e Central do Maranhão nos dias 14 e 15 de junho de 2012.

Para o auxílio a esta viagem, a CGLOG/DIEL/SDC/MAPA descentralizou recursos financeiros no valor de R\$ 1.077,28, tendo sido utilizados R\$ 844,29, dos quais 475,01 foram para pagamento de diárias a um FFA e a um auxiliar e R\$ 369,28 no elemento de despesas Material de Consumo para abastecimento do veículo oficial (Tabela 25). A taxa de utilização dos recursos colocados à disposição foi de 78,37%.

No exercício de 2012, o DIEL/SDC/MAPA, através do Ofício Circular nº 049/2012/DIEL/SDC/MAPA, incumbiu a SeSAG/DPDAG/SFA-MA de realizar a fiscalização de 27 contratos de repasse de municípios maranhenses escolhidos aleatoriamente por sorteio. No Ofício mencionava-se que não haveria recursos financeiros para realizar as 27 fiscalizações e que as mesmas deveriam ser feitas através de deslocamentos para realização de atividades de outras ações orçamentárias.



Tabela 25- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Contratos de Repasse no exercício.

<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PREVISÃO (R\$)</b>	<b>EXECUÇÃO (R\$)</b>	<b>EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)</b>
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	708,00	475,01	67,09
3390-30	Material de Consumo	369,28	369,28	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.077,28</b>	<b>844,29</b>	<b>78,37</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Em decorrência da falta de recursos financeiros, da impossibilidade de congregar roteiros de ações distintas e das grandes distâncias a serem percorridas no interior do Estado, tornou-se inviável fiscalizar todos os contratos de repasse exigidos pelo DIEL/SDC/MAPA, pois não haveria tempo para realizar simultaneamente as atividades das ações. Em apenas uma viagem realizada pela ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários ao município de Turiaçu foi possível fiscalizar quatro contratos de repasse. Contudo, a execução da meta foi de parcos 14,81%.



#### 4.1.1.2.1.2. Ação 20SR – Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção

Quadro 21- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20SR – Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção.

Identificação da Ação						
Código		20SR - Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção				
Descrição		<p>Elaboração de estudos buscando melhorias de infraestrutura e logística, considerando dois aspectos:</p> <p>a) Infraestrutura e logística: O acompanhamento da ampliação da infraestrutura e a redução dos custos logísticos, na esfera do MAPA, é desenvolvido mediante a articulação interinstitucional e intersetorial, envolvendo entidades do setor público e privado, bem como a realização de estudos, de pesquisas, de troca de informações, de coleta e de fornecimento de subsídios técnicos e estatísticos, notadamente, no que se refere às áreas e aos volumes da produção agrícola a ser submetida ao processo de armazenagem e/ou escoada para abastecimento interno e exportação. A consecução das atividades decorre de parcerias, cooperação técnica ou contratação de serviços.</p> <p>b) Plano Nacional de Armazenagem: Fomentar o desenvolvimento do setor de armazenagem, desenvolvendo o Plano Nacional de Armazenagem, mediante a elaboração de estudos técnicos e diagnósticos acerca da necessidade de ampliação da capacidade estática existente, com o estabelecimento de uma distribuição geográfica das estruturas de armazenagem em relação às áreas de produção, de eficiência de transporte, de estatísticas de perdas na pós-colheita, etc.</p>				
Iniciativa		02XO - Elaboração de estudos que visem a redução do custo logístico da movimentação de produtos agropecuários destinados ao abastecimento e a exportação				
Unidade Responsável		Departamento de Infraestrutura e Logística e Parcerias Institucionais				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	3.414,71	3.414,71	0,00	0,00	3.414,71
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1 <sup>1</sup>	-	-	-	-	3.933,50	3.414,71

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

<sup>1</sup> Não houve descentralização de meta física no Siplan pelo DIEL/SDC/MAPA.

As metas físicas e financeiras dessa ação orçamentária (código Siafi: PI Infralog) são definidas pelo Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais, que descentraliza os recursos das ações às SFA's.

No ano de 2012, a Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção descentralizou recursos para a realização do treinamento de um Fiscal Federal Agropecuário da SFA-MA, de acordo com o Memorando nº 1094/2012/GAB/SDC, de 23/10/2012, objetivando capacitá-lo para fiscalizações do Sistema Nacional de Unidades Armazenadora, que está sendo implantado em todo Brasil. O treinamento ocorreu na cidade Londrina/PR no período de 19 a 23 de novembro. Para esse evento foram utilizados R\$ 3.414,71 (Tabelas 26 e 27).



Tabela 26- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	1.245,50	1.176,41	94,45
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	2.688,00	2.238,30	83,28
<b>TOTAL</b>		<b>3.933,50</b>	<b>3.414,71</b>	<b>86,81</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Tabela 27- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção		Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)		
a) Participação de um FFA em treinamento do Sistema Nacional de Unidades Armazenadora – Londrina/PR – 19 a 23/11/2012.	1.245,50	1.176,41	2.688,00	2.238,30	3.933,50	3.414,71
<b>TOTAL</b>	<b>1.245,50</b>	<b>1.176,41</b>	<b>2.688,00</b>	<b>2.238,30</b>	<b>3.933,50</b>	<b>3.414,71</b>

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi.

#### 4.1.1.2.1.3. Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas

Quadro 22- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas.

Identificação da Ação						
Código	2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas					
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.					
Iniciativa	02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola					
Unidade Responsável	Departamento de Infraestrutura e Logística e Parcerias Institucionais					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	8.046,72	8.046,72	0,00	0,00	8.046,72
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	20	17	8.437,66	8.046,72

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

A ação orçamentária Fiscalização de Serviços Agrícolas (código Siafi: PI Fiscagric1) visa à fiscalização de registro das empresas prestadoras de serviços aeroagrícolas, bem como a utilização de agrotóxicos utilizados nas lavouras pela aviação agrícola.





No ano de 2012 foram planejadas vinte fiscalizações em empresas prestadoras de serviço em aviação agrícola, tendo sido efetivadas dezessete fiscalizações (execução da meta física em 85,00%), realizadas em três viagens distribuídas aos municípios de Imperatriz, Arari, São Raimundo das Mangabeiras, Riachão, Balsas, Tasso Fragoso e Alto Parnaíba. Nas ocasiões foram fiscalizadas as empresas Padrinho Aero Agrícola Ltda, Balsas Aviação Agrícola Ltda, New Fly Aviação Agrícola Ltda, Amazônia Aviação Agrícola Ltda e Globo Aviação Agrícola Ltda, todas registradas na SeSAG/DPDAG/SFA-MA, além da empresa Flórida Aviação Agrícola, empresa autorizada a executar atividade aeroagrícola no Estado do Maranhão.

Para a realização das atividades foram gastos R\$ 5.640,05 no elemento de despesa Diárias – Pessoal Civil, R\$ 2.106,67 em Material de Consumo, gastos destinados exclusivamente para aquisição de óleo Diesel para abastecimento do veículo oficial, e de R\$ 300,00 no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica para pagamento de serviço de manutenção do veículo em viagem, cujo qual apresentou a menor taxa de execução dos recursos destinados (Tabela 28). A execução financeira foi da ordem de 95,37%, tendo sido utilizados R\$ 8.046,72 do total descentralizado de R\$ 8.437,66.

Tabela 28- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Serviços Agrícolas no exercício.

<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PREVISÃO (R\$)</b>	<b>EXECUÇÃO (R\$)</b>	<b>EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)</b>
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	5.838,00	5.640,05	96,61
3390-30	Material de Consumo	2.199,66	2.106,67	95,77
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	400,00	300,00	75,00
<b>TOTAL</b>		<b>8.437,66</b>	<b>8.046,72</b>	<b>95,37</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Das vinte fiscalizações previstas, foram realizadas 17, atingindo, portanto, 85,00% do que foi programado na meta física. As dificuldades encontradas foram, principalmente, a falta de recursos financeiros enfrentado pelo SeSAG/DPDAG/SFA-MA em função da restrição de descentralizações oriundas da Coordenação-Geral. Destacaram-se ainda como dificuldades na execução das metas a necessidade de um novo veículo em condições adequadas para o uso da atividade, a qual é desenvolvido unicamente em zona rural e em período chuvoso, já que o SeSAG/DPDAG/SFA-MA não possui à sua disposição nenhuma viatura.



#### 4.1.1.2.1.4. Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Quadro 23- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.

Identificação da Ação						
Código	4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica					
Descrição	Aplicação dos mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica; Credenciamento, supervisão, auditoria e fiscalização de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (SPG – Sistemas Participativos de Garantia e certificadoras por auditoria); cadastramento e fiscalização das Organizações de Controle Social de produtores orgânicos familiares em venda direta de produtos orgânicos sem certificação; cadastramento e fiscalização de produtos orgânicos; provisão do funcionamento de 27 Comissões da Produção Orgânica nos estados da federação - CPOrg-UF e da Comissão Nacional da Produção Orgânica - CNPOrg, ambas integrantes do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISOrg ; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos vinculados às Organizações de Controle Social de produtores orgânicos familiares; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção, em mecanismos de controle da qualidade orgânica, em fiscalização e em auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre produtores e produtos orgânicos, sobre Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica e sobre Organizações de Controle Social de produtores familiares em venda direta de produtos orgânicos sem certificação.					
Iniciativa	02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando a sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada					
Unidade Responsável	Coordenação de Agroecologia					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	7.928,03	7.928,03	0,00	0,00	7.928,03
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade controlada	un	43	0	8.055,24	7.928,03

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

A ação (código Siafi: PI Certorgan1) visa a adoção dos procedimentos de registro, cadastramento, licenciamento e outros mecanismos de controle de garantia da qualidade orgânica.

O previsto inicial era atingir 43 unidades controladas (produtores) com base na expectativa de efetivação das ações desenvolvidas pelos parceiros para a criação de três Organizações de Controle Social (OCS) no município de Imperatriz/MA. Esta meta não foi alcançada, pois a agência em Imperatriz/MA do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) juntamente com a Secretaria Municipal de Agricultura de Imperatriz não iniciaram o processo de registro das três OCS's que estavam em planejamento.

No período de 02 a 04 de maio de 2012, a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, com apoio da DPDAG/SFA-MA e da Secretaria Municipal de Agricultura de Imperatriz, realizou, em Imperatriz/MA, a “Oficina de Formação de Multiplicadores em Regularização de Grupos de Agricultores em SPG (Sistemas Participativos de Garantia) e OCS Frente à Legislação Brasileira de Agricultura Orgânica”, oportunidade em que foram capacitados 28 técnicos e agricultores. Houve ainda a participação de dois Fiscais Federais Agropecuários da DPDAG/SFA-MA no treinamento em “Auditoria para Aplicação dos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica”, realizado em Brasília/DF, entre os dias 15 e 19/10/2012.



Foram gastos R\$ 3.720,11 no elemento de despesa 3390-14 (Diárias – Pessoal Civil), que foram utilizados para o deslocamento de dois Fiscais Federais Agropecuários e de um auxiliar para participação na “Oficina de Formação de Multiplicadores em Regularização de Grupos de Agricultores em SPG e OCS Frente à Legislação Brasileira de Agricultura Orgânica”, em Imperatriz/MA, e ainda na participação de mais dois FFA’s no treinamento em “Auditoria para Aplicação dos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica”, ministrado em Brasília/DF. No que se refere ao curso em Imperatriz, foi empenhado recursos financeiros no valor de R\$ 454,63 no elemento de despesa 3390-30 (Material de Consumo) para a aquisição de combustível para abastecimento de veículo em serviço da SFA-MA. Por fim, utilizou-se o valor de R\$ 3.753,29 no elemento de despesa 3390-33 (Passagens e Despesas com Locomoção) para a aquisição de passagens aéreas para os dois técnicos que participaram do treinamento em Brasília/DF (Tabela 29).

Tabela 29- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica em eventos no exercício.

EVENTOS	3390-14		3390-30		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Material de Consumo		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de 2 técnicos e de um auxiliar na “Oficina de Formação de Multiplicadores em Regularização de Grupos de Agricultores em SPG e OCS Frente à Legislação Brasileira de Agricultura Orgânica” – Imperatriz/MA – 02 a 04/05/2012.	1.229,10	1.202,09	454,63	454,63	0,00	0,00	1.683,73	1.656,72
b) Participação de dois técnicos no treinamento em “Auditoria para Aplicação dos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica” – Brasília/DF – 15 a 19/10/2012.	2.518,02	2.518,02	0,00	0,00	3.853,49	3.753,29	6.371,51	6.271,31
<b>TOTAL</b>	<b>3.747,12</b>	<b>3.720,11</b>	<b>454,63</b>	<b>454,63</b>	<b>3.853,49</b>	<b>3.753,29</b>	<b>8.055,24</b>	<b>7.928,03</b>

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi.

Os trabalhos para a regularização dos produtores orgânicos na microrregião de Imperatriz contaram com a participação da agência do Sebrae em Imperatriz/MA e da Secretaria Municipal de Agricultura daquele município e com apoio da SFA-MA. Vários esforços foram feitos para o registro destes produtores. No entanto, percebeu-se, ainda, grande dificuldade no nível organizacional dos agricultores, citando, como exemplos, a baixa escolaridade e as dificuldades de formação de equipes para formação das três OCS’s. Estas dificuldades serão superadas somente com um trabalho contínuo de assistência técnica rural a ser promovido pelos parceiros naquele município.



#### 4.1.1.2.1.5. Ação 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

Vide ANEXO C.

A Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos (CMSP/DEPROS/SDC/MAPA) não descentralizou meta física para ser executada pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA no exercício de 2012 para a ação orçamentária Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (código Siafi: PI OrgManejo2).

A única atividade relacionada a essa ação orçamentária ocorreu no dia 16 de outubro quando foi realizado no auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, no município de São Luís/MA, o “Seminário da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono”. Houve a participação de várias organizações atuantes no setor agropecuário estadual.

O evento contou com a colaboração da SFA-MA, sendo que a Coordenação disponibilizou recursos financeiros descentralizados nessa ação orçamentária para pagamento de passagens aéreas no valor de R\$ 2.700,00 e de R\$ 1.589,50 em diárias para três pesquisadores, sendo dois da Embrapa Amazônia Oriental e uma da Embrapa Cerrados para participarem como palestrantes (Tabela 30).

Tabela 30- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de três pesquisadores vinculado à Embrapa no “Seminário da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono” – São Luís/MA – 16/10/2012.	2.124,00	1.589,50	2.700,00	2.700,00	4.824,00	4.289,50
<b>TOTAL</b>	<b>2.124,00</b>	<b>1.589,50</b>	<b>2.700,00</b>	<b>2.700,00</b>	<b>4.824,00</b>	<b>4.289,50</b>

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi.

A formação do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC (Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura), do qual a SFA-MA faz parte, ocorreu no ano de 2012, e com isso surgiu a necessidade da realização do “Seminário da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono”. Como as atividades nessa ação orçamentária não haviam sido planejadas previamente, não havia, portanto, meta física prevista. Este evento capacitou 123 técnicos atuantes no Estado do Maranhão.



#### 4.1.1.2.1.6. Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Quadro 24- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.

Identificação da Ação						
Código	8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário					
Descrição	Incentivo e fomento à produção agropecuária de pequeno e médio porte por meio da adequação e da manutenção de estradas vicinais, da aquisição e do fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas e de processamento agroindustrial, e pela realização de obras agropecuárias em investimentos de pequeno vulto. Auxílio para correção de solos. Elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de projetos que visem ao desenvolvimento sustentável da pequena e da média produção, bem como apoio à realização de eventos técnicos, de seminários, de palestras, de oficinas, de fóruns, de convenções e de cursos técnicos, visando à promoção, ao intercâmbio, à divulgação de inovações e ao desenvolvimento do agronegócio de pequeno/médio porte.					
Iniciativa	02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	747,26	747,26	0,00	0,00	747,26
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1 <sup>1</sup>	-	-	-	-	802,53	747,26

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

<sup>1</sup> Não houve descentralização de meta física no Siplan pela Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais.

A Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais (CGPI/DIEL/SDC/MAPA) não descentralizou meta física na ação orçamentária Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário (código Siafi: PI AProDutor). Entretanto foi requisitado à SeSAG/DPDAG/SFA-MA pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, através da CGPI/DIEL/SCD/MAPA, que se realizasse uma fiscalização ao convênio nº 761.828, firmado entre o MAPA e a Prefeitura Municipal de Colinas/MA, que tinha como objeto o projeto de fortalecimento das ações de cooperativas através da preparação e realização de cursos e seminários com ênfase no associativismo e cooperativismo para os produtores rurais da agricultura familiar, a qual foi realizada em setembro. Na fiscalização, o técnico do SeSAG/DPDAG/SFA-MA observou detalhes quando à aquisição e distribuição de insumos agrícolas.

Na viagem foram gastos R\$ 747,16 de um total descentralizado de R\$ 802,53, o que fez uma taxa de execução de 93,11% (Tabela 31). Foram gastos R\$ 564,23 em diárias e R\$ 183,03 em combustível.

Tabela 31- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	619,50	564,23	91,08
3390-30	Material de Consumo	183,03	183,03	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>802,53</b>	<b>747,26</b>	<b>93,11</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.



Como resultado obtido, tem-se que a atividade proposta foi cumprida satisfatoriamente com a confirmação da aquisição e distribuição de calcário e fertilizante.

#### 4.1.1.2.2. Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária

##### 4.1.1.2.2.1. Ação 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

Quadro 25- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.

Identificação da Ação						
Código	2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários					
Descrição	- Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); - Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; - Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; - Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; - Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; - Incremento da produção de produtos agropecuários que tem potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; - Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.					
Iniciativa	044P - Organização de cadeias produtivas para o uso das Indicações Geográficas e marcas coletivas					
Unidade Responsável	Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	884,04	884,04	0,00	0,00	884,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1 <sup>1</sup>	Produtos atendidos	un	1	1	968,00	884,04

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

<sup>1</sup> Não houve descentralização de meta física no Siplan pela CIG/DEPTA/SDC/MAPA. A meta física descrita é institucional.

A ação orçamentária (código Siafi: PI Indigraf) visa o fomento à identificação de produtos agropecuários com origem no território, região ou localidade, onde a qualidade, reputação ou outras características devam-se essencialmente à origem geográfica, estabelecendo uma distinção.

No exercício em análise esta ação novamente não foi descentralizada pelo órgão central – a Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG/DEPTA/SDC/MAPA). Portanto, não houve meta física a ser cumprida pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA. Trabalhou-se apenas com um produto, no caso o abacaxi cultivado no município de Turiaçu/MA.

No ano de 2012 foram previstas três viagens ao município de Turiaçu/MA com objetivo de reunir produtores de abacaxi variedade Turiaçu para potencial reconhecimento de Indicação Geográfica. Em virtude da baixa disponibilidade de recursos financeiros, apenas uma viagem foi



realizada no mês de junho, onde discutiu-se a formação da Cooperativa dos Produtores de Abacaxi Turiaçu e os inúmeros entraves no tocante à cultura, notadamente em razão do baixo índice pluviométrico ocorrido na região, o que veio a prejudicar a formação dos frutos. Discutiu-se também a precariedade das vias de acesso às áreas de produção em razão da total ausência de auxílio do poder público municipal naquelas localidades.

Na ocasião, realizou-se uma visita à fábrica de polpa de frutas localizada na área de um colégio agrícola, cuja qual se encontra com o prédio concluído e com todos os equipamentos disponíveis, carecendo apenas de alguns ajustes para entrar em funcionamento.

Para a realização dos trabalhos com o abacaxi Turiaçu, a SFA-MA conta com a parceria da Universidade Estadual do Maranhão, da Embrapa Cocais e da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Turiaçu/MA.

A taxa de execução financeira foi da ordem de 91,33%, sendo que os recursos utilizados foram utilizados para uma reunião realizada com produtores de abacaxi Turiaçu, no município de Turiaçu, no mês de junho (Tabela 32). Os gastos com diárias foram com dois técnicos que se deslocaram naquela oportunidade. Durante o deslocamento ainda foram gastos R\$ 83,00 nos elementos de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e Passagens e Despesas com Locomoção para pagamento de despesas na travessia de balsa entre os municípios de São Luís e Alcântara, o que fez diminuir em 280 Km o deslocamento por via rodoviária.

Tabela 32- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários no exercício.

<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PREVISÃO (R\$)</b>	<b>EXECUÇÃO (R\$)</b>	<b>EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)</b>
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	885,00	801,04	90,51
3390-30	Material de Consumo	8,00	8,00	100,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	75,00	75,00	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>968,00</b>	<b>884,04</b>	<b>91,33</b>

Fonte: SFA-MA; Siafi.

Em virtude do forte contingenciamento de recursos no âmbito do MAPA, inclusive no orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, houve apenas uma descentralização de recursos, e, por conseguinte, somente uma viagem foi realizada.

Deve-se frisar ainda que em virtude da realização de vistoria de contratos de repasse na mesma semana na qual foi realizada a viagem ao município de Turiaçu, foram utilizados recursos financeiros no elemento de despesa Material de Consumo da ação orçamentária Fiscalização de Contratos de Repasse.



#### 4.1.1.3. Serviço de Apoio Administrativo

##### 4.1.1.3.1. Programa 2014 – Agricultura Irrigada Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

##### 4.1.1.3.1.1. Ação 1K40 – Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Quadro 26- Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 1K40 - Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Identificação da Ação						
Código	1K40 - Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Descrição	Desenvolvimento e implantação de iniciativas estratégicas, em complementação às atividades rotineiras, por meio das quais o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pretende superar um conjunto de desafios ou objetivos estratégicos. Esses objetivos, que estão associados a indicadores de desempenho e metas, constam do Mapa Estratégico do Ministério, construído com base na metodologia Balance Scorecard, considerando quatro perspectivas: (1) da Sociedade, (2) do Agronegócio e Parceiros, (3) dos Processos Internos e (4) das Pessoas, Aprendizagem e Crescimento.					
Iniciativa	045X - Desenvolvimento e fortalecimento da gestão institucional do MAPA, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos					
Unidade Responsável	Assessoria de Gestão Estratégica					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	3.574,32	3.574,32	0,00	0,00	3.574,32
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1 <sup>1</sup>	-	-	-	-	3.652,30	3.574,32

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

<sup>1</sup> Não houve descentralização de meta física para essa ação orçamentária.

Não houve programação de meta física na ação orçamentária Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (código Siafi: PI AGE).

A chefe do SePA/SFA-MA participou, em Brasília/DF, entre os dias 19 e 23/11, da Oficina de Capacitação em Gestão Estratégica e Gestão Operacional e Inovação para Chefes dos SPA's e SePA's do MAPA.

Na oficina foram tratados dos seguintes temas: 1- Apresentação dos Resultados Estratégicos 2012/2015; 2- Explanação do processo de acompanhamento e exercício da Estratégia; 3- Socialização de experiências das SFA's de MT, RS e PB; 4- Métodos de Gestão de Projetos do MAPA; 5- Apresentação do Projeto de Inteligência Competitiva do MAPA; 6- Experiência do Projeto de Co-criação na Cadeia Produtiva da Borracha; 7- Siagest- Sistema de Automoção da Gestão Estratégica; 8- Certificação da Gestão Estratégica nas SFA's; 9- Planejamento, Gestão e Inovação – Dinâmicas de grupo; 10- Apresentação do PPA 2012-2015; 11- Funcionalidades e registro no Siplan – Discussões, perguntas e esclarecimento de dúvidas; 12- Cadeia de valor –





Gestão de processos/portfólio; 13- Regimento Interno – Discussões sobre atribuições das SPA's/SePA's e propostas de readequação; 14- Demandas das Superintendências com a presença do Secretário-Executivo do MAPA; 15- SGI/Módulo POA – Apresentação do projeto, conceituação e escopo; treinamento em serviço.

Para a concretização da viagem, foram colocados à disposição R\$ 3.652,30 e utilizados R\$ 3.574,32 (97,86% do total) (Tabela 33).

Tabela 33- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção		Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)		
a) Participação de um agente administrativo na Oficina de Capacitação em Gestão Estratégica e Gestão Operacional e Inovação – Brasília/DF – 19 a 23/11/2012.	1.552,30	1.481,44	2.100,00	2.092,88	3.652,30	3.574,32
<b>TOTAL</b>	<b>1.552,30</b>	<b>1.481,44</b>	<b>2.100,00</b>	<b>2.092,88</b>	<b>3.652,30</b>	<b>3.574,32</b>

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi.



#### 4.1.2. Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

##### 4.1.2.1. Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

##### 4.1.2.1.1. Programa 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

##### 4.1.2.1.1.1. Ação 2000- Administração da Unidade

Quadro 27- Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000 – Administração da Unidade.

Identificação da Ação						
Código	2000 - Administração da Unidade					
Descrição	A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.					
Unidade Responsável	Não se aplica					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	2.067,11	2.067,11	0,00	0,00	614,05
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1 <sup>1</sup>	-	-	-	-	2.455,50	2.067,11

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

<sup>1</sup> Não houve descentralização de meta física para essa ação orçamentária.

Não houve programação de execução de meta física na ação orçamentária Administração da Unidade (código Siafi: PI ManutSDC).

No ano de 2012 foi realizada apenas uma viagem a Brasília/DF, no período de 03 a 05 de dezembro, para a participação do Fiscal Federal Agropecuário chefe da DPDAG/SFA-MA, convocado através do Ofício-Circular nº 083/2012/GAB/SDC/MAPA, na Reunião dos Chefes das



DPDAG's, com o Secretário e demais Diretores da SDC/MAPA, contando também com a participação do Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro.

Na referida reunião foram discutidas estratégias de atuação junto às DPDAG's para planejamento, sobre o cumprimento dos Planos Operacionais Anuais das diversas ações orçamentárias vinculadas às DPDAG's, a regionalização das atividades da SDC/MAPA e os planos ABC e Fertiliza Brasil e sobre a nova metodologia do POA/2013.

As DPDAG's de alguns Estados apresentaram os trabalhos realizados e as dificuldades encontradas para cumprimento das metas programadas, entre as quais foram citadas a falta de recursos financeiros e humanos para a execução das tarefas programadas para o ano de 2012.

Para a realização da viagem acima mencionada, foram gastos R\$ 614,05 elemento de despesa 3390-14 para pagamento das diárias do participante, além da despesa no valor de R\$ 1.453,06 no elemento de despesa Passagens e Despesas com Locomoção para a aquisição das passagens aéreas (Tabela 34).

Tabela 34- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados na ação Administração da Unidade em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de um FFA em Reunião dos Chefes dos DPDAG's, com o Secretário e demais Diretores da SDC/MAPA – Brasília/DF – 03 a 05/12/2012.	655,50	614,05	1.800,00	1.453,06	2,455,50	2.067,11
<b>TOTAL</b>	<b>655,50</b>	<b>614,05</b>	<b>1.800,00</b>	<b>1.453,06</b>	<b>2,455,50</b>	<b>2.067,11</b>

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi.

Como a pauta da reunião era muito extensa, os temas foram apresentados muito rapidamente e sem tempo para proporcionar e permitir a discussão dos problemas e dificuldades encontradas em cada atividade.

Também não houve tempo, como estava previsto, para os chefes das DPDAG's apresentarem os trabalhos realizados e os entraves e dificuldades enfrentadas para a execução satisfatória dos seus projetos e atividades.



#### 4.1.2.2. Serviço de Apoio Administrativo

##### 4.1.2.2.1. Programa 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

##### 4.1.2.2.1.1. Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 28- Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Identificação da Ação						
Código	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.					
Unidade Responsável	Não se aplica					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	35.024,23	35.024,23	0,00	0,00	35.024,23
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1 <sup>1</sup>	-	-	-	-	45.879,88	35.024,23

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

<sup>1</sup> Não houve meta física descentralizada.

A ação orçamentária Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (código Siafi: PI Capacita1) viabilizou a participação de 13 Servidores da SFA-MA em oficinas, capacitações, eventos, cursos, treinamentos e encontros. Dentre estes, podem ser listados: Oficina de Trabalho de Levantamento de Necessidades de Capacitação Técnica (LNCT); Capacitação do Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (Sigid); Lançamento do Projeto de Regionalização do MAPA; Curso de Formação e Oficina de Aperfeiçoamento de Agentes de Desenvolvimento de Pessoas – ADP's; IX Semana Orçamentária; Treinamento do Sior/Siafi Gerencial; I Encontro Nacional do Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos – PROVERH; VII Encontro Nacional Sobre Encerramento de Exercício.

Todas as participações foram importantes à SFA-MA, pois motivaram e capacitaram os servidores a realizarem atividades e ações com maior competência e agilidade.

No exercício de 2013, a SFA-MA pretende treinar e capacitar outros servidores de acordo com as oportunidades que forem disponibilizadas pelo MAPA, através do PAEC.



#### 4.1.2.2.1.2. Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Quadro 29- Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.

Identificação da Ação						
Código	4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas					
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.					
Unidade Responsável	Secretaria-Executiva					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	920.110,28	687.638,73	0,00	232.471,55	684.554,53
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
I <sup>1</sup>	-	-	-	-	936.131,18	684.554,53

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

<sup>1</sup> Não houve meta física descentralizada.

Essa ação orçamentária tem o código Siafi ManutSFAs e não dispunha de meta física descentralizada.

O Serviço de Apoio Administrativo foi o responsável pelo pagamento das despesas administrativas da SFA-MA, quais sejam:

- energia elétrica;
- fornecimento de água;
- telefonias;
- combustíveis;
- manutenção de veículos;
- manutenção nas instalações físicas (hidráulicas, elétricas, etc);
- diárias e passagens aéreas para servidores da área meio, e;
- alguns serviços terceirizados, tais como aluguel de máquinas de reprografia, serviços de conservação e limpeza, vigilância armada ostensiva, fornecimento de água mineral, dentre outras.

Dentro da programação feita pela Administração, a SFA-MA conseguiu cumprir e honrar todos os seus compromissos de pagamentos de contratos e despesas assumidas para a manutenção e funcionamento da Superintendência, reduzindo alguns gastos fixos, como água encanada e energia elétrica, para que fosse atingido e não ultrapassado o limite disponibilizado pelo Órgão Central do MAPA.

Na meta financeira realizada foram considerados os valores pagos e os restos a pagar, pois o saldo referente a restos a pagar não processados foi referente a compromissos assumidos durante o exercício e que ficaram inscritos para pagamentos a serem realizados no ano seguinte, como, por exemplo, a execução da reforma de parte do prédio da SFA-MA, que tem finalização prevista para o começo de 2013.

As principais causas que dificultaram a execução das ações da Administração foram: dotação insuficiente e contingenciamento de recursos determinados pelo MAPA. Apesar disso, os trabalhos da Unidade foram realizados com muito esforço, dedicação e criatividade, para que as demandas solicitadas pelos Serviços da área finalística fossem atendidas da melhor forma possível.



## 4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

### 4.2.1. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 30- Movimentação orçamentária por grupo de despesa.

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	130002	130069	221012012120141K400001	0,00	0,00	3.652,30
		130002	130069	2210120122210520000001	0,00	0,00	2.455,50
		130002	130069	2210120122210547160001	0,00	0,00	896.681,18
		420013	130069	221012012520142B170001	0,00	0,00	1.077,28
		420013	130069	2210120125201421770001	0,00	0,00	8.437,66
		420013	130069	2210120125201447200001	0,00	0,00	8.055,24
		130007	130069	2210120125202821240001	0,00	0,00	19.705,94
		130007	130069	2210120125202821400001	0,00	0,00	5.648,17
		130007	130069	2210120125202821410001	0,00	0,00	14.340,19
		130007	130069	2210120125202821790001	0,00	0,00	34.484,50
		130007	130069	2210120125202829090001	0,00	0,00	1.200,00
		130007	130069	2210120125202847450001	0,00	0,00	8.426,85
		130007	130069	2210120125202847460001	0,00	0,00	18.744,72
		130007	130069	2210120125202889380001	0,00	0,00	103.917,34
		130007	130069	2210120125202889390001	0,00	0,00	16.790,44
		130002	130069	2210120128210545720001	0,00	0,00	45.879,88
		130007	130069	2210120541201485930001	0,00	0,00	4.824,00
		130007	130069	2210120603202821340001	0,00	0,00	34.515,40
		130007	130069	2210120603202821800001	0,00	0,00	5.474,75
		130007	130069	2210120603202847380001	0,00	0,00	31.863,42
		130007	130069	2210120603202885720001	0,00	0,00	242.079,18
		130007	130069	2210120603202848420001	0,00	0,00	9.364,75
		130007	130069	2210120604202886580001	0,00	0,00	49.545,87
		420013	130069	2210120605201420SR0001	0,00	0,00	3.933,50
		420013	130069	2210120605201486110001	0,00	0,00	802,53
		420013	130069	221012066520422B470001	0,00	0,00	968,00
130002	130069	2210109272008901810001	0,00	0,00	21.976,08		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	AGU	130069	2011403122210120000001	0,00	0,00	36.502,72
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	130002	130069	2210120122210547160001	39.450,00	-	-
		130007	130069	2210120603202821340001	51.560,00	-	-
	130007	130069	2210120603202885720001	1.550.920,00	-	-	
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	-	

Fonte: Siafi.



## 4.2.2. Execução Orçamentária da Despesa

### 4.2.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

#### 4.2.2.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 31- Despesas por modalidade de contratação – Créditos de movimentação.

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>698.385,82</b>	<b>608.046,45</b>	<b>698.385,82</b>	<b>608.046,45</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	698.385,82	608.046,45	698.385,82	608.046,45
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>324.273,42</b>	<b>361.186,45</b>	<b>324.273,42</b>	<b>361.186,45</b>
g) Dispensa	250.893,19	285.461,57	250.893,19	285.461,57
h) Inexigibilidade	73.380,23	75.724,89	73.724,23	75.724,89
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>70.798,37</b>	<b>58.928,16</b>	<b>70.798,37</b>	<b>58.928,16</b>
i) Suprimento de Fundos	<b>70.798,37</b>	<b>58.928,16</b>	<b>70.798,37</b>	<b>58.928,16</b>
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>234.426,45</b>	<b>249.554,23</b>	<b>234.426,45</b>	<b>249.554,23</b>
j) Pagamento em Folha	21.976,08	34.055,43	21.976,08	34.055,43
k) Diárias	212.450,37	215.498,80	212.450,37	215.498,80
<b>5. Outros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.327.884,06</b>	<b>1.277.715,29</b>	<b>1.327.884,06</b>	<b>1.277.715,29</b>

Fonte: Siafi.



#### 4.2.2.1.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 32- Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação.

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
3190-08 – Outros Benefícios Assistenciais	21.976,08	34.055,43	21.976,08	34.055,43	-	-	21.976,08	34.055,43
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
Não houve ocorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
3390-14 – Diárias – Civil	237.287,59	-	237.287,59	-	-	-	237.287,59	-
3390-30 – Material de Consumo	64.713,23	-	64.713,23	-	-	-	64.713,23	-
3390-33 – Passagens e Despesas com Locomoção	60.431,62	-	60.431,62	-	-	-	60.431,62	-
Demais elementos do grupo	1.186.823,51	-	1.186.823,51	-	-	-	1.186.823,51	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4 – Investimentos</b>								
4430-42 – Auxílios	1.602.480,00	5.530.690,00	1.602.480,00	5.530.690,00	-	-	1.602.480,00	5.530.690,00
4490-52 – Equipamentos e Material Permanente	39.450,00	-	39.450,00	-	-	-	39.450,00	-
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
Não houve ocorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
Não houve ocorrência	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi.





#### 4.2.2.1.3. Análise Crítica

Em virtude de muitas alterações da programação orçamentária ao longo do exercício 2012, foram encontradas muitas dificuldades. Com relação à execução do orçamento, não foi possível atingir a meta em razão da redução de 10% no limite orçamentário definido pelo Decreto Federal nº 7.680, de 17/02/2012, imposto ao Serviço de Apoio Administrativo.

### 5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

Os subitens abaixo relacionados do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA (Quadro 33):

Quadro 33- Subitens do item 5 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	A SFA-MA não efetua a concessão de suprimento de fundos por meio da utilização da conta corrente Tipo “B”.
5.5	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	Essa situação não foi observada na SFA-MA.

Fonte: SFA-MA.

Para o seguinte subitem do Anexo II da mesma Decisão Normativa, apesar de se aplicável à natureza da Unidade, não foi registrada ocorrência durante o exercício (Quadro 34):

Quadro 34- Subitem do item 5 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não apresentou ocorrência durante o exercício na SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
5.1	Reconhecimento de Passivos	Porque a SFA-MA não possuía quaisquer passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Fonte: SFA-MA.

### 5.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

#### 5.1.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 35- Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	193.285,90	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	148.278,42	53.471,18	94.807,24	0,00
2010	647.845,88	7.406,04	640.379,10	0,00

Fonte: Siafi.



### 5.1.2. Análise Crítica

Todas as despesas foram realizadas de forma satisfatória, não havendo qualquer inconformidade quanto a pagamento e cancelamento dos restos a pagar.

## 5.2. Transferências de Recursos

### 5.2.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 36- Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão									
CNPJ: 00.396.895/0017-92					UG/GESTÃO: 130069/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	755.837	05.057.657/0001-09	18.139.075,05	1.843.005,00	0,00	5.992.809,15	15/09/11	31/12/15	1
1	771.221	05.057.657/0001-09	5.032.926,90	254.874,00	0,00	0,00	01/11/12	31/12/15	1

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SEOF/SAD/SFA-MA; Siconv.

### 5.2.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 37- Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão				
CNPJ:		00.396.895/0017-92				
UG/GESTÃO:		130069/00001				
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	1	1	0	0,00	5.992.809,15	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>5.992.809,15</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SEOF/SAD/SFA-MA; Siconv.



### 5.2.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e Seguintes

Quadro 38- Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão					
CNPJ: 00.396.895/0017-92			UG/GESTÃO: 130069/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2013 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	2	21.074.212,95	5.992.809,15	3.667.318,80	28,44%
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
Termo de Cooperação	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>21.074.212,95</b>	<b>5.992.809,15</b>	<b>3.667.318,80</b>	<b>28,44%</b>

Fonte: SEOF/SAD/SFA-MA; Siconv.

### 5.2.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

No exercício de 2012 não foi necessária a apresentação de contas finais dos dois convênios que estiveram em vigência, já que para ambos os instrumentos o prazo final para tomada de contas será o dia 31/01/2016.

### 5.2.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Nos últimos três exercícios não houve a necessidade de apresentação de prestação de contas de instrumentos de repasse celebrados pela SFA-MA e tampouco houve análise dessas possíveis prestações de contas, bem como não há contas não analisadas de exercícios anteriores a 2010.

### 5.2.6. Análise Crítica

Os dois instrumentos de repasse sob responsabilidade da SFA-MA, ambos pactuados pelo MAPA como entidade concedente, celebrados e/ou em vigência no exercício de 2012 apresentaram a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão como entidade conveniente e o Governo do Estado do Maranhão como órgão interveniente.

Ambos os convênios, devidamente registrados no Siconv e no Sifafi, apresentam um caráter fundamental para o fortalecimento da estrutura de defesa agropecuária, pois através deles é possibilitada a execução de atividades que não estão mais delegadas à SFA-MA com a vigência do Decreto Federal nº 5.741, de 30/03/2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Portanto, os recursos financeiros transferidos para à AGED-MA objetivaram a execução de ações fitossanitárias, com o intuito de garantir a defesa sanitária animal e vegetal no Estado do Maranhão.



Os convênios da área vegetal e animal funcionam para o Maranhão como um irradiador de avanços na defesa sanitária animal e vegetal, haja vista a estrutura capilar do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária, cujo qual está presente em todos os 217 municípios maranhenses, o que permite um acompanhamento e assessoramento das atividades de defesa agropecuária, tais como a fiscalização da entrada de produtos agropecuários nas barreiras que o Estado tem com outros Estados da Federação.

O convênio entre o MAPA e a AGED-MA na área animal foi celebrado em 15/09/2011, tem a sua vigência prevista para o dia 31/12/2015 e apresenta como objetivo estruturar e manter o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal no Estado do Maranhão, para controlar, erradicar e prevenir a ocorrência de doenças dos animais. No ano de 2011 houve o primeiro repasse no valor de R\$ 5.992.809,15.

No exercício de 2012 a parcela de responsabilidade do concedente de R\$ 2.572.217,95 não foi repassada em função da falta de recursos no final do exercício, e também em função do ajuste do plano de trabalho do exercício de 2011 que modificou o período para execução das metas pactuadas para aquele ano para o dia 31/05/2012. Com essa alteração no prazo de execução das metas previstas para 2011, a prestação de contas parcial, fator condicionante à transferência da parcela relativa ao ano de 2012, tinha até o dia 30/06 para ser apresentada, o que ocorreu. No entanto, o analista técnico de acompanhamento do SISA/DDA/SFA-MA solicitou informações complementares por meio do Parecer Técnico sobre a Prestação de Contas nº 001/2012, de 03/07/2012. Após o atendimento das solicitações e de nova análise dos documentos apresentados, o analista técnico de acompanhamento manifestou-se favoravelmente pela aprovação no Parecer Técnico sobre a Prestação de Contas Parcial nº 002/2012, de 30/08/2012. Todos esses documentos encontram-se disponíveis no Siconv.

Como a prestação de contas foi aprovada em período inferior a 90 dias para realização das eleições municipais de 2012, o MAPA esteve impedido legalmente em repassar a parcela supracitada. Contudo, após a passagem do período impeditivo e de novo ajuste de Plano de Trabalho, os recursos não foram repassados à AGED-MA em função de ausência de caixa. Com isso, a parcela de novembro de 2012 não pôde ser repassada.

Esse convênio ainda prevê repasses nos meses de abril e agosto de 2013, 2014 e 2015 nos respectivos valores de R\$ 2.541.537,95, R\$ 2.472.567,05 e R\$ 2.716.937,95, totalizando R\$ 7.731.042,95.

O convênio que tem como objetivo estruturar e manter o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Vegetal no Estado do Maranhão, para controlar, erradicar e prevenir a ocorrência de praga dos vegetais, o qual inclui metas associadas a três ações orçamentárias do Programa 2028-Defesa Agropecuária (Ações 2134, 4738 e 8572), está registrado no Siconv sob o nº 771.221 e foi consolidada a partir da Proposta de Plano de Trabalho nº 3.600/2012, registrada no mesmo Sistema em 20/03/2012. Esse convênio, cujo qual foi assinado em 29/10/2012, terá vigência plurianual e a mesma iniciou-se em 01/11/2012 e se encerrará em 31/12/2015. A data de assinatura e entrada em vigência desse convênio muito se deveu ao respeito à legislação eleitoral que veda a transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios nos três meses que antecedem o pleito.

No plano de trabalho aprovado constava que as metas deveriam ser executadas, para o ano de 2012, no período de 01/03/2012 a 31/12/2012. Entretanto, em função de problemas no repasse dos recursos já empenhados, o que ainda não havia ocorrido até o dia 31/12/2012, e também provocados pelo período eleitoral, AGED-MA apresentou a proposta de Ajuste de Plano de Trabalho nº 01/2012, na qual propunha a alteração do período de execução das metas pactuadas para 2012 do período original de março a dezembro para o período compreendido entre os dias 01/12/2012 e 30/06/2013. Esse Ajuste de Plano de Trabalho foi aprovado pelo SISV/DDA/SFA-MA no dia 13/11/2012.

O valor global desse convênio é de R\$ 5.032.926,90, sendo R\$ 4.778.142,90 referentes ao somatório de parcelas de repasse do concedente e R\$ 254.784,00 como total das parcelas de



responsabilidade do convenente. No exercício de 2012 deveriam ter sido repassados, como consta no cronograma de desembolso, R\$ 1.883.130,35. Já a AGED-MA depositou a sua parcela de contrapartida no valor de R\$ 99.380,00 ainda em dezembro.

Estão previstas para o triênio 2013-2015, no somatório das parcelas correspondentes aos meses de abril e julho, o repasse total anual de R\$ 1.125.780,85 para 2013, R\$ 1.095.884,85 para 2014 e R\$ 673.346,85 para 2015.

Esse convênio foi firmado após duas tentativas frustradas de se firmar um convênio nos moldes do celebrado em 2012, que foram registrados sob os nº 743.999 e 756.024, e que foram impedidos de serem executados por diversos motivos, como o não cumprimento do depósito da parcela total de contrapartida e pelo fato de o Governo do Estado constar como inadimplente no Cadastro Único de Convênio instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional, sendo que o MAPA ficou impedido de repassar as respectivas parcelas à AGED-MA.

Com a execução desse convênio na área de defesa vegetal entre o MAPA e a AGED-MA, espera-se que as ações programadas no âmbito da prevenção, controle e erradicação de pragas concernente às pragas das principais culturas seja, dentro do que legisla o SUASA, a serem executadas pela AGED-MA e que o SISV/DDA/SFA-MA passe a ter o papel de supervisor do convênio.

Em relação aos convênios sob responsabilidade de fiscalização, tem-se a comentar que os recursos transferidos via convênio foram suficientes para realização das atividades estabelecidas pela AGED-MA.

No tocante à estrutura de controle, a SFA-MA designa, por portaria, analistas técnicos que serão responsáveis pelo acompanhamento de cada convênio.

Os convênios são fiscalizados e acompanhados, *in loco*, da execução das metas programadas conforme o Plano de Trabalho aprovado. Cada fiscalização gera um Termo de Fiscalização.

A metodologia de fiscalização e acompanhamento consiste em visitas de fiscalização e acompanhamento aos trabalhos nas unidades de produção pecuária e agrícola e escritórios (Unidades Locais e Unidades Regionais) da AGED-MA.

São elaborados Termos de Fiscalização de Convênio, nos quais contêm os registros das informações obtidas, conferência de registro patrimonial de equipamentos adquiridos, comprovação de utilização destes para as ações objeto de convênio, registro com fotos de equipamentos e ações comprovando a execução das metas. Todas as informações obtidas objetivarão a elaboração do relatório final de acompanhamento com parecer conclusivo sobre a execução das metas programadas.

Ambos os convênios estão em situação regular. O convênio nº 771.221 está em execução e o convênio nº 755.837, como não houve repasse de recursos pelo MAPA em 2012, está sendo executado dentro das limitações da AGED-MA com recursos próprios.

Não há prestação de contas em atraso, sendo que a referente ao convênio nº 755.837, de cunho parcial, foi apresentada e aprovada. Quanto ao convênio nº 771.221, não houve ainda necessidade de qualquer prestação de contas parcial.

O procedimento quanto à análise da prestação de contas inicia-se na checagem dos documentos apresentados pelo convenente, verificando-se a existência dos documentos obrigatórios exigidos de acordo com o art. 58 da Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008. Estando a documentação em ordem, procede-se a autuação dos documentos encaminhando ao analista técnico de acompanhamento e elaboração do referido relatório técnico conclusivo. Após a emissão do parecer técnico, sendo favorável, o processo é encaminhado ao SEOF/SAD/SFA-MA para análise e emissão do parecer sobre a execução financeira do convênio em conformidade com o art. 43 da Portaria MAPA nº 428.



### 5.3. Suprimento de Fundos

#### 5.3.1. Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos

##### 5.3.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro 39- Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
130069	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão	-	2.198,98	68.599,39	70.798,37
	<b>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</b>	-	2.198,98	68.599,39	70.798,37

Fonte: Siafi.

##### 5.3.1.2. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Vide ANEXO D.

##### 5.3.1.3. Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro 40- Despesas realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do cartão de crédito corporativo (série histórica).

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	07	2.198,98	147	68.599,39	70.798,37
2011	-	-	04	624,00	143	58.304,16	58.928,16
2010	-	-	07	2.112,00	178	63.003,97	65.115,97

Fonte: Siafi.



#### 5.3.1.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 41- Prestações de contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	154	70.798,37	147	58.928,16	185	65.115,97

Fonte: Siafi.



### 5.3.1.5. Análise Crítica

A utilização do CPGF pelos órgãos do Governo Federal é a melhor forma de aplicação dos recursos, facilitando o controle na execução das despesas. Os processos foram analisados conforme a legislação, tendo sido encontrados alguns equívocos quanto à formalização dos processos, os quais foram corrigidos a tempo.

## 6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

Os subitens abaixo relacionados do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA (Quadro 42):

Quadro 42- Subitens do item 6 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	Porque o controle com a finalidade de detectar possíveis acumulações indevidas é feita pelo Órgão Central.
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	Porque o Órgão Central é o responsável pela detecção de casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos diretos.

Fonte: SFA-MA.

Para os seguintes subitens do Anexo II da mesma Decisão Normativa, apesar de serem aplicáveis à natureza da Unidade, não foram registradas ocorrências durante o exercício (Quadro 43):

Quadro 43- Subitens do item 6 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não apresentaram ocorrência durante o exercício na SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico	Não houve a ocorrência de atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico.
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	Porque todos os contratos em que havia o envolvimento de empregados terceirizados foram encerrados em exercícios anteriores.
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	Porque não houve a necessidade, já que não havia empregados terceirizados contratados.
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	Porque não havia mais empregados terceirizados contratados pela SFA-MA, tornando-se inócua a necessidade de realização de concursos públicos para essa finalidade.

Fonte: SFA-MA.





## 6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

### 6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 44- Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>94</b>	<b>94</b>	-	<b>03</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>94</b>	<b>94</b>	-	<b>03</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	<b>94</b>	<b>94</b>	-	<b>03</b>
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	-	-	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>94</b>	<b>94</b>	-	<b>03</b>

Fonte: Siape.

Obs: Egressos: uma exoneração e duas aposentadorias.

#### 6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 45- Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	03
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	03
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	01
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	01
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	01
5.5. Mandato Classista	-
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	-
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>05</b>

Fonte: Siape.



### 6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 46- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	07	07	03	03
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	07	07	03	03
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	12	11	05	06
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	11	05	06
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	19	18	08	09

Fonte: Siape.

#### 6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 47- Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	01	07	08	36	24
1.3. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.4. Servidores de Carreira	01	07	08	36	24
1.1. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	01	05	04	06	02
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	04	01	01	01
2.3. Funções Gratificadas	01	01	03	05	01
<b>3. Totais (1+2)</b>	02	12	12	42	26

Fonte: Siape.



### 6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 48- Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de Cargo Efetivo</b>			<b>03</b>	<b>03</b>	<b>23</b>	<b>46</b>		<b>01</b>	
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			03	03	23	46		01	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provedimento de Cargo em Comissão</b>					<b>07</b>	<b>08</b>			<b>03</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						05			02
2.3. Funções Gratificadas					07	03			01
<b>3. Totais (1+2)</b>			<b>03</b>	<b>03</b>	<b>30</b>	<b>54</b>		<b>01</b>	<b>03</b>

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não Classificada.

Fonte: Siape.



### 6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 49- Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2012	4.298.976,31	16.130,11	797.741,98	633.318,26	214.762,26	742.036,24	4.782.346,40	3.216,24	33.606,46	11.522.134,26
	2011	4.189.343,16	12.204,37	764.842,46	856.561,46	162.643,01	678.761,37	4.337.246,00	0,00	9.592,68	11.011.194,54
	2010	3.976.478,34	8.346,78	818.993,10	791.163,41	328.558,32	592.255,40	4.642.837,51	0,00	31.937,41	11.190.570,27
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2012	206.540,87	0,00	20.052,62	6.684,20	7,78	10.365,64	48.786,00	0,00	616,82	293.053,93
	2011	240.182,96	0,00	38.140,95	7.177,57	143,34	15.848,46	112.991,60	0,00	0,00	414.484,88
	2010	101.600,70	0,00	20.710,50	5.177,82	143,61	12.989,95	90.091,20	0,00	0,00	230.716,78
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2012	530.518,20	125.299,65	93.029,64	61.437,14	46,68	74.183,04	587.114,84	0,00	0,00	1.471.629,19
	2011	629.934,07	129.552,00	86.513,98	122.869,63	44.026,78	112.762,62	621.777,70	0,00	0,00	1.747.437,08
	2010	743.495,60	147.929,82	118.387,26	132.662,35	62.204,29	131.006,16	753.955,98	0,00	0,00	2.089.641,46
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2012	355.813,58	51.184,87	49.277,38	40.251,65	667,49	22.414,60	305.020,54	0,00	0,00	824.630,11
	2011	390.509,82	53.527,42	76.681,57	53.207,75	13.929,97	33.511,90	353.958,03	0,00	0,00	975.326,46
	2010	277.035,27	44.664,43	61.973,43	33.930,86	25.098,94	23.737,87	282.063,98	0,00	0,00	748.504,78

Fonte: Siape.



#### 6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

##### 6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 50- Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>133</b>	<b>01</b>
2.3. Voluntária	121	01
2.4. Compulsória	-	-
2.5. Invalidez Permanente	12	-
1.1. Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	<b>79</b>	<b>01</b>
2.1. Voluntária	75	01
2.2. Compulsória	01	-
2.3. Invalidez Permanente	03	-
2.4. Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>212</b>	<b>02</b>

Fonte: Siape.

##### 6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 51- Instituidores de pensão – Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>241</b>	<b>07</b>
1.1. Integral	170	02
1.2. Proporcional	71	05
<b>2. Em Atividade</b>	<b>82</b>	<b>-</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>323</b>	<b>07</b>

Fonte: Siape.



## 6.1.5. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

### 6.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 52- Atos sujeitos ao registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	02	03	02	03
Concessão de pensão civil	07	07	07	07
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	02	-	02	-
<b>Totais</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>10</b>

Fonte: Siape.

Quadro 53- Atos sujeitos à comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	01	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>01</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Siape.

Obs: Os comunicados de desligamentos ficam a cargo do Órgão Central.



Quadro 54- Regularidade do cadastro dos atos no SISAC.

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	02	-	-
Concessão de pensão civil	-	07	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	02	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>09</b>	<b>02</b>	<b>-</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Siape.

6.1.5.2. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos

Quadro 55- Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	01	-	01	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>01</b>	<b>-</b>	<b>01</b>	<b>-</b>

Fonte: Siape.

6.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A SFA-MA não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos. Como Unidade Jurisdicionada do MAPA, opera com todos os instrumentos elaborados e disponibilizados pelo Órgão Central para que haja uniformização de procedimentos ao nível nacional. Relatórios anuais com informações a respeito de variáveis concernentes à Gestão de Pessoas são enviadas pela SePA/SFA-MA à Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências (CGAS/SE/MAPA).



## 6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

### 6.2.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 56- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão													
UG/Gestão: 130069/00001							CNPJ: 00.396.895/0017-92						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados <sup>1</sup>						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
					P	C	P	C	P	C	P	C	
2012	L <sup>2</sup>	O	15/2012	07.000.844/0001-66	28/12/2012	28/12/2013	-	-	-	-	-	-	A
2012	V <sup>3</sup>	O	01/2012	11.029.232/0001-99	27/02/2012	26/02/2013	-	-	-	-	-	-	A
<b>Observações:</b> <sup>1</sup> Não existe nos contratos de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da SFA-MA exigência de nível de escolaridade para os trabalhadores contratados. <sup>2</sup> A IN 02/2008 do MPOG sugere que o quantitativo de terceirizados contratados para os serviços de limpeza deve ter seu cálculo baseado na área interna e externa do prédio. Dessa forma, o quantitativo pode ser previsto, mas não exigido no Termo de Referência ou Edital. O quantitativo contratado os serviços de limpeza é de sete serventes. <sup>3</sup> No serviço de vigilância armada fora previsto no Termo de Referência e no Edital a contratação de quatro postos de escala 12h x 36h, sendo dois postos diurnos e dois noturnos, com dois vigilantes em cada posto, totalizando-se oito vigilantes, tendo sido todos contratados.													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SCC/SAG/SAD/SFA-MA.





## 6.2.2. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 57- Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão														
UG/Gestão: 130069/00001							CNPJ: 00.396.895/0017-92							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados <sup>1</sup>						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	4 <sup>2</sup>	O	15/2012	07.000.844/0001	28/12/2012	28/12/2013	-	-	-	-	-	-	-	A
2012	12 <sup>3</sup>	O	15/2012	07.000.844/0001	28/12/2012	28/12/2013	-	-	-	-	-	-	-	A

**Observações:** <sup>1</sup> Não existe nos contratos de copeiragem e de serviços de secretariado exigência de nível de escolaridade para os trabalhadores contratados.  
<sup>2</sup> No serviço de copeiragem fora previsto no Termo de Referência e no Edital a contratação de uma copeira, tendo sido contratada.  
<sup>3</sup> No serviço de secretariado fora previsto no Termo de Referência e no Edital a contratação de duas secretárias, tendo sido contratadas.

<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Segurança;</li> <li>2. Transportes;</li> <li>3. Informática;</li> <li>4. Copeiragem;</li> <li>5. Recepção;</li> <li>6. Reprografia;</li> <li>7. Telecomunicações;</li> <li>8. Manutenção de bens móveis</li> <li>9. Manutenção de bens imóveis</li> <li>10. Brigadistas</li> <li>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes</li> <li>12. Outras</li> </ol>	<p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p><b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; ISSO Efetivamente contratada.</p>
---	---

Fonte: SCC/SAG/SAD/SFA-MA.



### 6.2.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 58- Composição do quadro de estagiários.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>05</b>	<b>05</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>26.562,43</b>
1.1 Área Fim	02	02	02	02	11.588,93
1.2 Área Meio	03	03	02	02	14.973,50
<b>2. Nível Médio</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	-	-	<b>3.632,75</b>
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	02	02	-	-	3.632,75
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>07</b>	<b>07</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>30.195,18</b>

Fonte: Siape.

## 7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

O subitem abaixo relacionado do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 não foi aplicado à natureza jurídica da SFA-MA (Quadro 59):

Quadro 59- Subitem do item 7 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não foi aplicado à natureza jurídica da SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	Porque a SFA-MA não dispõe de imóvel locado de terceiros.

Fonte: SFA-MA.

### 7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é discriminada abaixo:

- Decreto Federal nº 6.403, de 17/03/2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 03, de 15/05/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- Portaria MAPA nº 428, de 09/06/2010: Dispõe sobre o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A frota em uso na SFA-MA no exercício 2012, toda própria, foi composta por 37 veículos, dos quais 25 foram utilizados no exercício 2012 (Vide ANEXO E).

Não há diferenciação entre veículos por grupos, pois todos, de acordo com as necessidades das Seções/Serviços/Divisões/Unidade, podem ser utilizados independentemente de quais serão realizados ou pessoas serão transportadas.

A média anual de quilômetros rodados dos 25 veículos utilizados foi de 660 km e a idade média é de seis anos. Quanto aos custos, estes foram de R\$ 64.919,54 (Quadro 63).

O controle foi realizado através de planilhas mensais até o mês de dezembro, quando, a partir de então, passou-se a se utilizar o SCVA, o que proporcionou um maior controle sobre o uso e gastos sobre a frota de veículos da SFA-MA.

### 7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário



### 7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 60- Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF: Maranhão	01	01
	São Luís	01	01
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR	PAÍS	-	-
	Subtotal Exterior	-	-
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: SMP/SAG/SAD/SFA-MA.



### 7.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 61- Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130069	0921.00537.500-2	21	05	2.175.117,48	04/07/2009	2.175.117,48	209.746,42	0
<b>Total</b>							<b>209.746,42</b>	<b>0</b>

Fonte: SMP/SAG/SAD/SFA-MA



## Análise Crítica:

A gestão atual assumiu a SFA-MA com uma pendência a respeito da desatualização da Avaliação do Bem Imóvel sob sua responsabilidade, e desde então vem tomando providências para resolver esta questão.

Com isto, foi solicitada a avaliação do imóvel à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Maranhão (SPU/MA) através do Ofício nº 374/2012/GAB/SFA-MA, recebendo Nota de Informação nº 222/2012 da Coordenação de Destinação do SPU/MA, em que dizia que aquele Órgão não dispunha de meios para proceder tal avaliação, cabendo-se ao mesmo apenas a sua convalidação.

Após isto, requisitou-se uma proposta de avaliação do imóvel à Gerência de Desenvolvimento Urbano e Rural da Caixa Econômica Federal em São Luís (GIDUR/SL) através de Ofício nº 456/2012/GAB/SFA-MA, obtendo-se na resposta datada de 01/11/2012 um pedido de apresentação de documentos para análise. Até o dia 31/12/2012 a SFA-MA não havia recebido qualquer manifestação da GIDUR/SL.

A SFA-MA sendo sabedora de que a proposta para avaliação a ser oferecida pela GIDUR/SL será onerosa, e sendo que não haverá recursos específicos para o pagamento do serviço, continuará no ano de 2013 realizando tratativas junto à SPU/MA para que esse Órgão realize a avaliação do imóvel.

## 8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

### 8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Vide ANEXO F.

### 8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 62- Consumo de papel, energia elétrica e água.

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	0	400 resmas	220 resmas	-	R\$ 3.988,00	R\$ 2.634,99
Água <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	275.477 Kwh	290.575 Kwh	302.473 Kwh	R\$143.621,44	R\$148.620,96	R\$156.032,40
			<b>Total</b>	<b>R\$143.621,44</b>	<b>R\$152.608,96</b>	<b>R\$158.667,39</b>

Fonte: SCC/SAG/SAD/SFA-MA; SEOF/SAD/SFA-MA.

<sup>1</sup> A SFA-MA é abastecida com água oriunda de poço artesiano.

A SFA-MA não participou de nenhum programa de gestão ligado à sustentabilidade ambiental.



## 9. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

Para o seguinte subitem do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, apesar de se aplicável à natureza da Unidade, não foi registrada ocorrência durante o exercício (Quadro 63):

Quadro 63- Subitem do item 10 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não apresentou ocorrência durante o exercício na SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	Pois não existiam deliberações do TCU pendentes de atendimento no final de 2012

Fonte: SFA-MA.

### 9.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

#### 9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 64- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão					002792
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 011.439/2012-2	3421/2012-TCU-Primeira Câmara	a-9.3.1 b-9.3.2 c-9.3.3	DE	Controle nº 52732-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão					002792
Descrição da Deliberação					
a- Dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, às interessadas; b- Fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais. c- Encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-MA					
Síntese da Providência Adotada					
Foram cumpridas todas as determinações constantes do Acórdão em referência.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A presente deliberação foi cumprida dentro dos prazos determinados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram registradas interferência de ordem positiva ou negativa no processo de implantação das deliberações.					



Quadro 65- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão					002792
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 011.353/2012-0	3599/2012-TCU-Primeira Câmara	a-9.3.1 b-9.3.2 c-9.3.3	DE	Controle nº 53008-TCU/Sefip
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão					002792
Descrição da Deliberação					
a- Dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, ao interessado; b- Fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais. c- Encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas.					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-MA					
Síntese da Providência Adotada					
Foram cumpridas todas as determinações constantes do Acórdão em referência.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A presente deliberação foi cumprida dentro dos prazos determinados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram registradas interferência de ordem positiva ou negativa no processo de implantação das deliberações.					



### 9.1.2. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 66- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão			002792
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório nº: 201203389	5.1.2	Ofícios nº 177 e 178/2012/GAB/SFA-MA, de 3/5/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão			002792
Descrição da Recomendação			
<u>Recomendação 2:</u> Em caso de divergências entre os dados do relatório da transação efetuada (cupom do cartão) e as notas fiscais, justificar, no processo, e juntar documentos comprobatórios.			
<u>Recomendação 3:</u> Instituir rotinas para verificar a conformidade dos dados da fatura com os documentos fiscais, inclusive no que se refere a conferir o “atesto” de execução da despesa.			
<u>Recomendação 5:</u> Editar portarias para fixar o limite de concessão de suprimento de fundos por suprido em cada exercício.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF/SAD/SFA-MA			
Síntese da Providência Adotada			
<u>Recomendação 2:</u> Os Serviços, Unidades e Divisões da SFA-MA foram comunicados através do Memorando nº 31/2012-DDA/SFA-MA, de que no caso de haver divergência entre os dados do relatório da transação efetuada (cupom do cartão) e da nota fiscal, que deverá ser apresentada uma justificativa, a ser anexada à prestação de contas do suprimento de fundo, sobre os motivos que levaram isso a acontecer, além, se necessário, juntar documentos comprobatórios.			
<u>Recomendação 3:</u> A equipe da SEOF/SAD/SFA-MA incorporou à sua rotina a conferência dos “atestos” dos cupons de transação financeira e das notas fiscais de execução de despesas durante a análise da prestação de contas apresentada, bem como verifica com acuidade a conformidade dos dados da fatura com os dos documentos fiscais			
<u>Recomendação 5:</u> Os limites de concessão de suprimento de fundos por portador para o exercício de 2012 foram especificados na Portaria nº 105, de 15/08/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As recomendações foram acatadas e foram incluídas na rotina administrativa da SFA-MA.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram registradas interferência de ordem positiva ou negativa no processo de implantação das deliberações.			





### 9.1.3. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 67- Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão			002792
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório nº 201203389	4.1.2	Ofício nº 161/2012/GAB/SFA-MA, de 26/04/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão			002792
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Ultimar os procedimentos com vistas a concluir avaliação do bem imóvel sob sua responsabilidade (RIP nº 921005375002).			
Providências Adotadas			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Sector de Material e Patrimônio – SMP/SAG/SAD/SFA-MA			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
<p>A desatualização da avaliação de imóvel, vencida desde 04/07/2010, deu-se pela falta da planta da situação e localização do imóvel, a qual já foi providenciada.</p> <p>A atualização da avaliação do imóvel foi solicitada à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Maranhão (SPU/MA), através do Ofício nº 374/2012/GAB/SFA-MA, de 10 de agosto de 2012. Foi informado através da Nota de Informação nº 222/2012 da Coordenação de Destinação da SPU/MA que o órgão não dispõe de meios para proceder esta avaliação, cabendo-lhes apenas a sua convalidação. Solicitou-se a avaliação do imóvel à Gerência de Desenvolvimento Urbano e Rural da Caixa Econômica Federal em São Luís (GIDUR/SL) através de Ofício nº 456/2012/GAB/SFA-MA, de 19/10/2012, obtendo resposta em 01/11/2012. Em 31/12 estavam sendo separados os documentos do imóvel para serem enviados à GIDUR/SL afim de dar continuidade ao processo de atualização do valor do imóvel.</p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Conforme supracitadas providências, observou-se que a ausência da planta do prédio foi um fator crítico para o andamento da atualização da avaliação do imóvel da SFA-MA. Outro ponto negativo foi a ausência de recurso para a contratação de uma empresa especializada para esse tipo de serviço, podendo, assim, haver a convalidação imediata por parte da SPU/MA. Ao término do exercício de 2012, estavam sendo tomadas providências complementares que se estenderão ao ano de 2013 para a conclusão da atualização da avaliação do imóvel.			



Quadro 68- Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão			002792
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Relatório nº 201203389	5.1.2	Ofícios nº 177 e 178/2012/ GAB/SFA-MA, de 3/5/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão			002792
Descrição da Recomendação			
<u>Recomendação 1:</u> Incluir nos processos de suprimento juntando as faturas e indicar o número de ordem bancária na capa.			
<u>Recomendação 4:</u> Justificar e fundamentar a excepcionalidade da concessão de suprimento de fundos com base em um dos incisos do art. 45 do Decreto Federal nº 93.872.			
Providências Adotadas			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF/SAD/SFA-MA			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Recomendação 1:</u> A recomendação foi repassada à Seção interessada, entretanto a nova rotina ainda não havia sido completamente implementada.			
<u>Recomendação 4:</u> Os Serviços, Unidade, Seções e Divisões da SFA-MA foram orientados por meio do Memorando nº 31/2012-DDA/SFA-MA a justificarem com maiores detalhes as propostas de concessão de suprimento de fundos quanto à excepcionalidade da despesa conforme determina o artigo 45 do Decreto Federal nº 93.872.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			



## 9.2. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

### 9.2.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro 69- Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	<b>18</b>	<b>09</b>	<b>18</b>
	Entregaram a DBR	<b>18</b>	<b>09</b>	<b>18</b>
	Não cumpriram a obrigação	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA/MA

### 9.2.2. Análise Crítica

A SFA-MA, em 2012, recebeu e confirmou a entrega da Declaração de Bens e Rendas por todos servidores que se viam obrigados a cumprir tal exigência na SGP/SAD/SFA-MA, a Seção cuja qual é responsável pela recepção e gerenciamento das mesmas.

A entrega das Declarações foi entregue em papel, não há sistema informatizado para a sua gerência e as suas guardas são feitas em local fechado, com a devida preservação do sigilo fiscal das informações. Da mesma forma para que seja preservado o caráter confidencial das informações, não se faz qualquer tipo de análise com a intenção de que sejam detectadas incompatibilidades nas Declarações de Bens e Renda entregues.

Quanto à quantidade de funções comissionadas nesta SFA-MA, essas se compõem em sete cargos de Direção e Assistência Superior e mais 12 Funções Gratificadas, totalizando 19 funções comissionadas. Entretanto, no final do exercício em análise, havia uma Função Gratificada não ocupada, o que fez com que a coluna do Quadro 74 “Final do exercício financeiro” indicasse como a quantidade de Funções Comissionadas igual a 18.



### **9.3. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV**

#### **9.3.1. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV**

Vide ANEXOS G e H

### **10. Informações Contábeis**

#### **10.1. Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

##### **10.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos**

O texto apresentado como resposta a esse subitem teve a sua base elaborada pela Coordenação de Contabilidade (CCONT/SPOA/SE/MAPA), pois as demonstrações contábeis são elaboradas pelo Órgão Central, pois a SFA-MA se configura como uma unidade descentralizada do MAPA.

O MAPA não possuía ao final do exercício um programa computacional para medir a depreciação e a amortização. Por isso, a CCONT/SPOA/SE/MAPA, pela necessidade de possuir um software para implantação do módulo de depreciação/amortização, esteve em contato permanente com a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais (CGSG/SPOA/SE/MAPA), a qual enviou cópia à CCONT/SPOA/SE/MAPA do Termo de Referência referente à manutenção e suporte técnico do software de gestão ASI - módulos Patrimônio Mobiliário e Almoxarifado.

Diante do exposto, esclarece-se que a UJ não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, que, apesar dos esforços dos gestores, conforme acima descrito, até o momento não foi disponibilizado um sistema de patrimônio para o MAPA. O MAPA não está adotando nenhuma metodologia afim de estimar a vida útil econômica do ativo, haja vista que os trabalhos não foram iniciados ainda nesse Ministério.

Face ao acima exposto, metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão; taxas utilizadas para os cálculos; metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido; e o impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, não estão sendo aplicados nem mensurados.



## **10.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis**

### **10.2.1. Declaração com Ressalva**

Vide ANEXO I.

## **11. Resultados e Conclusões**

Com este relatório, procurou-se demonstrar as virtudes reunidas pela SFA-MA, com seus objetivos alcançados e seus macroprocessos ofertados à sociedade com esmero esforço, bem como apontar os problemas e as dificuldades de modo a facilitar a solução destes por parte do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, tendo-se sempre como objetivo maior o de melhorar o desempenho e a imagem da instituição seja no âmbito externo ou interno.

No processo de implementação das diretrizes políticas e das estratégias de ação e nas transformações sócio-econômicas que se pretende alcançar, a Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão vem desenvolvendo uma cultura organizacional e de integração do pessoal técnico e administrativo, realizando capacitação e treinamento, com a incorporação de inovações metodológicas, com vistas a atender aos nossos clientes externos e a sociedade.

A gestão atual da SFA-MA, após a passagem por um período de adaptação a partir de outubro de 2011, pôde, no exercício de 2012, empreender com afincos as suas diretrizes organizacionais sempre em busca da maior eficiência nos processos internos e nos colocados a serviço dos seus clientes.

Como responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização de três programas e 27 ações orçamentárias do PPA 2012-2015 de incumbência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão, a SFA-MA empenhou-se no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar numa posição mais avançada na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

Como resultado, ao longo do exercício de 2012, houve direcionamento de foco na fiscalização dos estabelecimentos produtores e comerciais de produtos de uso veterinário, de fertilizantes, de sementes e mudas, de produtos de origem vegetal e destinados à alimentação animal, fiscalizações essas tão importantes à garantia da conformidade desses insumos para o produtor rural, minimizando os riscos para a produção e produtividade agrícola,

Não foram deixados de lado esforços na consolidação do plano traçado para que o Estado do Maranhão faça parte do projeto de ampliação da área livre com vacinação da febre aftosa, o que poderá vir a acontecer em 2014 se o cronograma traçado continuar a ser seguido à risca. Essa ampliação impulsionará o desenvolvimento da economia regional e oportunizará novos horizontes, com a valorização do rebanho para os pecuaristas do Estado do Maranhão.

Ademais, também foi direcionado empenho na prevenção e no controle de pragas quarentenárias, como a confirmação da manutenção do status de área livre da sigatoka negra no Maranhão e as ações de controle da ferrugem asiática da soja; no incremento na coleta de amostras para análises de resíduos no combate a fraudes econômicas, como o uso de substâncias proibidas no leite e derivados, devendo-se destacar a ação conjunta empreendida por meio do Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade dos Alimentos, em que reuniram-se o MAPA, a AGED-MA, o PROCON-MA e a Polícia Federal no combate ao comércio clandestino de queijo na região de Pedreiras; na classificação para garantir a qualidade vegetal de grãos como feijão, arroz, amendoim e milho; na fiscalização da produção, como também na aferição da qualidade, de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, como sucos e polpa de frutas; e na fiscalização exercida nas atividades de exportação e importação dos produtos vegetais no porto e aeroporto, fundamentada na legislação de



defesa e inspeção animal e vegetal. Deve-se ressaltar que os resultados obtidos na maioria das ações extrapolou a meta estabelecida pelas suas Coordenações-Gerais.

Como principais dificuldades para a realização dos objetivos traçados para o exercício, destacaram-se o contingenciamento sofrido no orçamento do MAPA, determinado no Decreto nº 7.680, de 17/02/2012, o que repercutiu diretamente em todas as suas secretarias, que, como não poderia de ser diferente, acabou afetando também todas as suas unidades descentralizadas.

O corte orçamentário que a SFA-MA teve que enfrentar obrigou um replanejamento completo de todos os projetos previstos. Mas nem por isso a gestão da SFA-MA deixou-se de se empreender arduamente em busca de recursos financeiros para a realização de melhorias nas instalações mobiliárias da sua sede durante o ano de 2012. Esses recursos foram obtidos no segundo semestre e, após a realização de todos os trâmites necessários, as mesmas tiveram início. Entretanto serão terminadas em 2013, e envolveram a reforma do gabinete do superintendente, a reativação de uma ala no prédio anexo e do mirante do prédio principal e adequação do estacionamento interno. Todas essas intervenções físicas propiciarão uma melhor distribuição dos servidores e mais conforto para a realização das suas atividades.

E o corte orçamentário não afetou apenas a parte administrativa. Limitou também a execução das atividades previstas nos Planos Operativos Anuais de cada ação, impossibilitou o pagamento de uma parcela do convênio plurianual para execução de ações na defesa sanitária animal, bem como a organização e promoção de reuniões técnicas e simpósios, que sempre possibilitam o aperfeiçoamento do conhecimento técnico. Da mesma forma, os técnicos administrativos foram prejudicados.

Outra considerável dificuldade, de maneira geral na SFA-MA, é a escassez de recursos humanos, o que se torna um ponto crítico para o bom funcionamento dos trabalhos. Há de se ressaltar que o problema vem se agravando a ano a ano com a aposentadoria de servidores das áreas meio e fim e sem a previsão de qualquer reposição.

Sendo assim, e considerando que, por demanda de trabalho, as ações finalísticas aumentam a cada ano, entende-se que há a necessidade de criar mecanismos que viabilizem o apoio por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a fim de garantir a reposição de mão de obra, tanto na área técnica como na administrativa, pois há perspectivas de aposentadorias a curto e médio prazo, bem como sejam disponibilizados recursos para atender o incremento nas despesas de custeio decorrentes do aumento das demandas de trabalho.

A implantação de um programa institucional de constante qualificação e a atualização dos servidores é fundamental na visão da SFA-MA, o que poderá ser obtido a médio prazo com a implantação dos Planos de Educação Continuada do MAPA, valorizando tantos os servidores das áreas meio como das áreas técnicas. Todas as participações dos servidores em oficinas e treinamentos foram importantes à SFA-MA, pois motivaram e capacitaram os servidores a realizarem atividades e ações com maior competência e agilidade.

Entre outras dificuldades enfrentadas pela administração da SFA-MA para a realização dos objetivos traçados para o exercício, esteve a sistemática da descentralização de recursos financeiros, que gerou problemas com o volume e a periodicidade das liberações para algumas ações orçamentárias, o que interferiu negativamente no desempenho operacional das mesmas. Também interferiram negativamente o limite de 40 diárias imposto pelo Decreto Federal nº 7.689/2012; a proibição ao deslocamento de FFA's para realização de atividades durante o mês de março, enquanto aguardava-se a regulamentação do Decreto; lentidão no repasse das instruções para solicitação à Secretaria-Executiva de diárias adicionais aos servidores que ultrapassaram o limite; do número de diárias; e a burocracia atualmente necessária na tramitação dos processos de licitação, que configura-se num forte obstáculo à realização das atividades finalísticas, agravada pela carência numérica de servidores administrativos, fato que tem levado à aquisição de materiais e serviços com atrasos.



Em 2012 a SFA-MA implantou a utilização de dois novos sistemas gerenciais: o Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA (SCVA) controlará a frota de veículos da SFA-MA, e o Sistema de Gestão Integrada (SGI) manterá a programação do plano operativo anual e integrará os sistemas orçamentários e de programação. Ambos os sistemas propiciarão transparência, agilidade e padronização dos procedimentos operacionais aos servidores e seus clientes.

Para o ano de 2013, a administração da SFA-MA espera que boas medidas sejam implementadas pelos órgãos centrais do MAPA, haja vista que a SFA-MA nada mais é do que uma unidade executora das determinações advindas dos tais Órgãos.

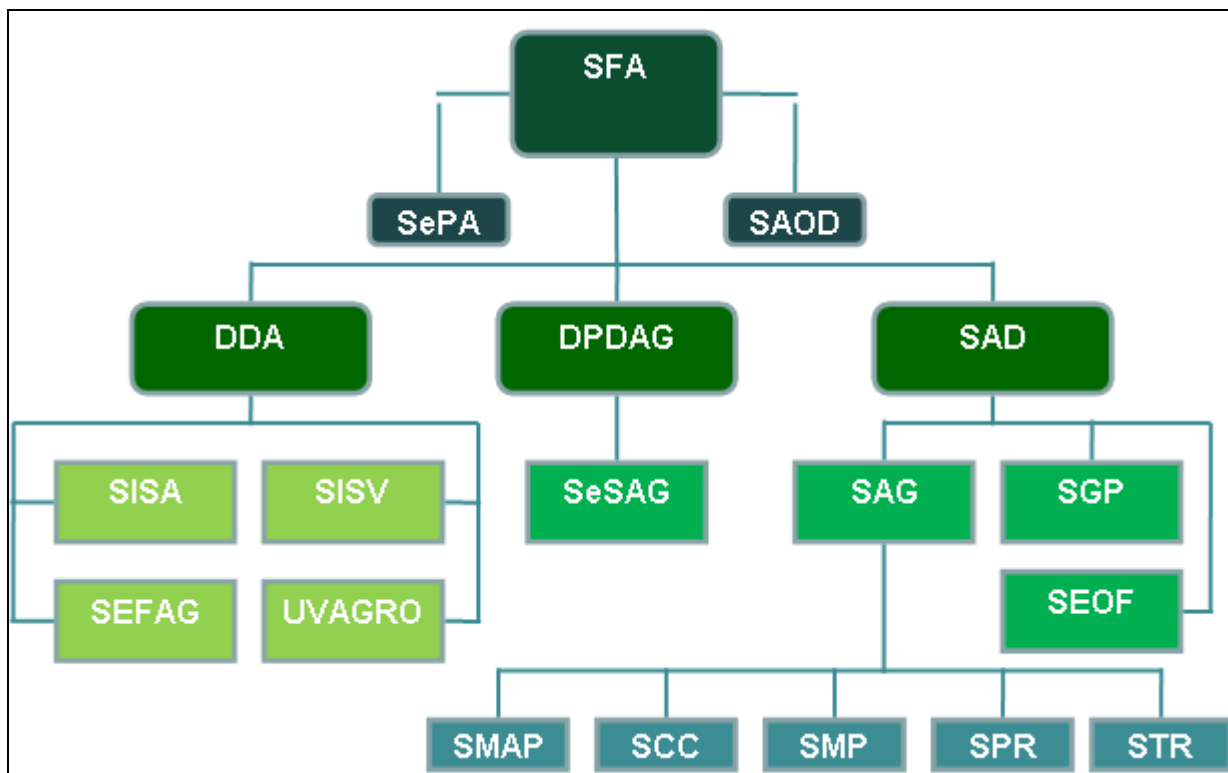
Como projetos previstos pela administração da SFA-MA para o ano de 2013, incluem-se a finalização das obras de infraestrutura supracitadas, a descentralização de recursos à área finalística conforme planejado no SGI e a continuação da capacitação dos técnicos administrativos de acordo com as oportunidades que forem disponibilizadas pelo MAPA através do Plano Anual de Educação Continuada, a fim que a sua equipe de apoio às atividades fim e às atividades meio sintam-se motivadas a sempre aperfeiçoar os seus processos

Apesar das dificuldades elencadas, os resultados alcançados pela SFA-MA foram satisfatórios, o que permite dizer que cumpriu-se o seu papel no desempenho das políticas públicas, contribuindo para o engrandecimento do Estado no setor agropecuário, assim como garantindo, direta ou indiretamente, à sociedade produtos agropecuários dentro das normas legais e com excelente padrão de qualidade.

Finalmente, com este relatório, a SFA-MA pretendeu prestar contas à sociedade dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no ano em 2012 esperou ter contribuído para a geração de informações sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.



**ANEXO A - Organograma funcional da SFA-MA.**



Fonte: SFA-MA





### ANEXO B - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.

Continua

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>					
<b>VALORES</b>					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		



Conclusão

<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<b>Análise Crítica:</b> vide texto abaixo					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> . (3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> . (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

Fonte: GAB/SFA-MA.



**ANEXO C - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8593 –  
Apóio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.**

Continua

Identificação da Ação	
Código	8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
Descrição	<p>Apoio e fomento à implementação de planos, programas, projetos e ações, mediante o estabelecimento de parcerias público – privada, visando a diversificação das atividades econômicas na propriedade, bem com a capacitação e a difusão de práticas e sistemas produtivos sustentáveis, a exemplo do plantio direto na palha - SPD, da integração lavoura–pecuária–florestas - ILPF, de sistemas agroflorestais (SAF), entre outros. Serão também priorizadas ações para o estímulo à adoção de práticas conservacionistas de natureza preventiva e corretiva voltadas para a otimização do uso e manejo dos recursos naturais, principalmente do solo e da água, recuperação de áreas de cultivos e de pastagens degradadas, controle do processo de desertificação, tendo a microbacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento. Conforme abaixo especificado:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Promover a implementação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC);</li><li>2. Estimular a recuperação de áreas de produção e de pastagens degradadas e/ou em processo de degradação ou com baixa capacidade produtiva, áreas susceptíveis à desertificação mediante o uso de tecnologias adaptadas às especificidades locais e regionais;</li><li>3. Apoiar a adequação de estradas vicinais no contexto de planos e projetos de manejo e conservação de solos e água para a redução do processo erosivo;</li><li>4. Promover a diversificação das atividades econômicas e a melhoria da gestão no âmbito das propriedades e das comunidades rurais;</li><li>5. Apoiar o desenvolvimento de estudos, e o mapeamento de áreas degradadas ou em processo de degradação para a identificação dos problemas e aplicação de tecnologias e sistemas produtivos sustentáveis, como também promover o zoneamento de pastagens, com foco no Bioma Amazônia, dentro das prioridades do Plano ABC.</li><li>6. Apoiar e realizar cursos, seminários, dias de campo e outros eventos técnico-científicos, dentro do escopo do uso e manejo sustentável dos recursos naturais, com ênfase no manejo do solo e da água, no contexto das ações do Plano ABC principalmente no que tange ao controle da erosão, com vistas ao desenvolvimento de uma agricultura de baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE);</li><li>7. Promover e apoiar a implantação de unidades pilotos de validação, de demonstração e de referência tecnológica em sistemas agropecuários sustentáveis, dentro do preconizado pelo Plano ABC;</li><li>8. Apoiar a elaboração, produção e difusão de material técnico-científico e informativo sobre o uso e manejo dos recursos naturais, com foco na otimização do uso do solo e da água e de florestas plantadas, no contexto de uma agricultura de baixa emissão de carbono;</li><li>9. Identificar tecnologias disponíveis e estabelecer linhas de financiamentos (crédito rural) que estimulem a utilização das boas práticas agrícolas, e sistemas sustentáveis de produção, inclusive de práticas conservacionistas de manejo do solo e da água, com vistas a melhoria da capacidade produtiva dos solos;</li><li>10. Realizar e apoiar campanhas, mostras, exposições e outros eventos que tratem sobre o uso e manejo adequado do solo e da água e de uma agricultura de baixa emissão de GEE;</li><li>11. Articular com instituições dos setores públicos e privados, nos âmbitos nacional, regional e local, para promoção e desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento sustentável da agropecuária com ênfase na baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE);</li><li>12. Promover articulação institucional com vistas a criação e implementação de instrumentos que viabilizem a adoção de técnicas sustentáveis, no sentido de estimular o setor agropecuário a participar do mercado de créditos de carbono, no contexto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), constituindo-se em alternativas de renda ao produtor, além dos benefícios sociais e ambientais correspondentes.</li><li>13. Apoiar, técnica e financeiramente, projetos e atividades que tenham como objetivo a regularização ambiental de propriedades rurais.</li></ol>



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

Conclusão

Iniciativa		02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnicada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC)				
Unidade Responsável		Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	4.289,50	4.289,50	0,00	0,00	4.289,50
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1 <sup>1</sup>	Técnicos capacitados	un	0	123	4.824,00	4.289,50

Fonte: MPOG; SFA-MA; Siafi.

<sup>1</sup> Não houve descentralização de meta física no Siplan pela CMSP/DEPROS/SDC/MAPA. A meta física descrita é institucional.



**ANEXO D - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador.**

Continua

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	130069	Limite de Utilização da UG	700.000,00		Total
			Valor	Valor	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual <sup>1</sup>	Saque	Fatura	Total
Walber da Silva Pereira	002135431-68	10.000,00	0,00	454,63	454,63
Eduardo N. Cardoso	040408993-34	10.000,00	0,00	5.437,88	5.437,88
Álvaro C. Paiva	042078073-49	10.000,00	0,00	1.882,70	1.882,70
Roberval D. Serra	043975503-44	10.000,00	0,00	330,03	330,03
Sebastião P. Ribeiro	044745203-78	10.000,00	0,00	3.093,67	3.093,67
Antonio Timóteo	051006314-49	10.000,00	0,00	258,44	258,44
Edmilson C. Oliveira	055202233-00	10.000,00	0,00	1.680,24	1.680,24
Antonio J. dos Santos	064272943-34	10.000,00	0,00	253,16	253,16
José R. M. Carvalho	074707113-68	10.000,00	0,00	342,44	342,44
José C. M. Pereira	089508303-53	10.000,00	0,00	1.809,65	1.809,65
José C. A. Ferreira	094316833-34	10.000,00	0,00	543,00	543,00
José R. Bandeira	095512983-49	10.000,00	0,00	1.809,85	1.809,85
Angelo Ottati	119876758-86	10.000,00	200,00	649,30	849,30
Raimundo C. F. Paiva	124277133-68	10.000,00	0,00	6.543,21	6.543,21
José A. G. Oliveira	129221884-34	10.000,00	75,98	3.899,42	3.975,40
José L. N. Martins	129440173-49	10.000,00	0,00	1.823,72	1.823,72
Fortunato M. Filho	131329971-53	10.000,00	0,00	172,26	172,26
Carlos A. G. Chaves	149151383-72	15.000,00	1.155,00	12.844,10	13.999,10
Raimundo C. D. Silva	162706571-72	10.000,00	610,00	2.462,09	3.072,09
Angela M. D. Baquil	177949943-49	10.000,00	0,00	994,57	994,57
Conceição M. Mendonça	206957643-49	10.000,00	0,00	1.253,90	1.253,90
Cloves Santos	215900953-91	10.000,00	0,00	1.047,97	1.047,97
José M. Fernandes	225074421-15	10.000,00	83,00	4.281,52	4.364,52
Roberto C. Arruda	238543243-91	10.000,00	0,00	520,25	520,25
George M. Serra	249094178-00	10.000,00	75,00	2.443,76	2.518,76
Genilson F. Santana	353849723-00	10.000,00	0,00	3.071,52	3.071,52
Ana Claudia V. Neves	359069284-72	10.000,00	0,00	60,00	60,00
Altamiro S. Ferraz Junior	511175414-87	10.000,00	0,00	503,23	503,23
João L. R. Teixeira	551015347-49	10.000,00	0,00	2.571,49	2.571,49
Claudia Belmino	576391593-34	10.000,00	0,00	1.442,21	1.442,21
Bruno R. Guimarães	631156203-06	10.000,00	0,00	95,01	95,01
José W. S. Silva	651505033-04	10.000,00	0,00	1.491,03	1.491,03
Fabio A. B. Lima	701373153-68	10.000,00	0,00	2.140,73	2.140,73
Gilmatim S. Santos	740876303-15	10.000,00	0,00	392,41	392,41
Ana Cristina S. Moraes	130797782-00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Antonio Dias de Moraes	029298053-15	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Antonio Roberto Santos	104520603-20	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Arisa Mandarino Pereira	090306177-56	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Augusto Serrão Filho	215822893-87	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Aurenice Lucena Pereira	468130123-04	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Candido M. C. Neto	198233123-20	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Dácio Júlio de Araujo	038103133-00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Fernando Machado dos Santos	013016163-20	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Franklin R. Portela	453335643-53	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Glacilene S. Machado	351460443-68	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Jair Gabriel Botelho	074946023-72	10.000,00	0,00	0,00	0,00
João Cutrim Abreu	126208663-91	10.000,00	0,00	0,00	0,00
João Flexa R. Neto	151733801-87	10.000,00	0,00	0,00	0,00
José Honório A. Ribeiro	064333243-04	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Marcos Dinan Coelho	158990713-20	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Rachel Shigueshi Barros	149337213-00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Raimundo José Coelho	094751333-72	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Regina Lucia S. Pereira	044784793-72	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Reginaldo Monteiro Costa	067513423-49	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Ronaldo C. Rodrigues	742249053-53	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Rosimar F. Serejo	044757633-04	10.000,00	0,00	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

					Conclusão
Silvânia C. Macedo	929328783-87	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Tarcizio F. Pimenta	058493493-91	10.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>2.198,98</b>	<b>68.599,39</b>	<b>70.798,37</b>
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			<b>2.198,98</b>	<b>68.599,39</b>	<b>70.798,37</b>

Fonte: Siafi.

<sup>1</sup> O valor do limite individual por portador foi publicado na Portaria nº 105, de 15 de agosto de 2012, alterada pela Portaria nº 228, de 27 de dezembro de 2012.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

**ANEXO E - Relação da frota disponível da SFA-MA e custos associados à manutenção da mesma no exercício.**

Continua

MÊS: JAN A DEZ		PLANILHA DE CONSUMO MENSAL DOS VEÍCULOS								ANO: 2012	
PLACA	ANO	EMPLACAMENTO (R\$)	COMBUSTÍVEL		PEÇAS E ACESSÓRIOS (R\$)	SERVIÇOS (R\$)	LUBRIFICANTES		LAVAGEM (R\$)	KM ROD.	TOTAL (R\$)
			QUANT.	VALOR			QUANT.	VALOR			
HOO-0530 (D)	1995	246,48	-	-	-	-	-	-	-	-	246,48
HPA-4909 (A/G)	1997	100,78	-	-	-	-	-	-	-	-	100,78
HPD-6046 (G)	1998	100,78	-	-	-	-	-	-	-	-	100,78
HPR-6142 (D)	2003	105,28	-	-	-	-	-	-	-	-	105,28
HPS-9950 (A/G)	2004	100,78	-	-	-	-	-	-	-	03	100,78
HPS-7817 (A/G)	2004	100,78	20,000	53,00	343,00	275,00	04	80,00	-	22	851,78
HPS-8364 (A/G)	2004	100,78	44,380	113,12	31,03	19,17	04	128,00	42,58	380	434,68
HPS-8344 (A/G)	2004	100,78	-	-	-	-	-	-	-	-	100,78
HPS-7798 (A)	2004	100,78	-	-	-	-	-	-	-	-	100,78
HPS-7788 (A)	2004	100,78	-	-	-	-	-	-	-	-	100,78
HPX-4173 (A/G)	2004	100,78	30,000	79,50	390,00	295,00	04	80,00	-	11	945,28
HPX-3714 (A/G)	2004	100,78	-	-	-	-	-	-	-	-	100,78
HPX-3616 (A/G)	2005	100,78	-	-	-	-	-	-	-	701	100,78
HPX-3626 (A)	2005	100,78	-	-	-	-	-	-	-	-	100,78
HPX-4481 (D)	2005	105,28	186,133	392,41	1.205,56	134,14	08	251,88	170,32	2.522	2.259,59
HPX-7562 (D)	2005	105,28	-	-	-	-	-	-	-	115	105,28
HPX-8475 (D)	2005	105,28	-	-	-	-	-	-	-	-	105,28
NHC-3049 (A/G)	2007	100,78	341,248	891,93	708,16	219,21	12	371,88	340,64	2.604	2.632,60
NHC-5818 (A/G)	2007	100,78	869,023	2.394,41	185,50	-	07	182,00	50,00	10.538	2.912,69
NHC-5953 (A/G)	2007	100,78	478,208	1.254,05	18,00	-	3,5	105,00	-	5.487	1.477,83
NHC-5936 (A/G)	2007	100,78	83,030	229,11	-	-	-	-	-	727	329,89
NHC-2640 (A/G)	2007	100,78	158,799	440,49	50,00	-	-	-	-	1.821	591,27
NHD-1296 (D)	2007	105,28	-	-	-	-	-	-	-	-	105,28
NHD-2668 (D)	2007	210,56	-	-	-	-	-	-	-	-	210,56
INS-5372 (D)	2007	105,28	1.402,045	2.892,78	465,03	380,06	15	273,00	42,58	15.623	4.158,73
MNS-4206 (D)	2007	105,28	-	-	305,04	25,56	08	168,00	170,32	516	774,20
NHT-5699 (D)	2009	105,28	2.822,501	5.827,34	2.957,00	291,84	17	289,00	90,00	30.264	9.560,46
NHT-6328 (D)	2009	105,28	2.600,594	5.300,56	2.193,00	105,00	08	325,02	135,00	27.834	8.163,86
NMY-1843 (A/G)	2009	105,28	793,471	2.221,72	590,00	550,00	-	-	90,00	5.130	3.557,00



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

Conclusão

PLACA	ANO	EMPLACAMENTO (R\$)	COMBUSTÍVEIS		PEÇAS E ACESSÓRIOS (R\$)	SERVIÇOS (R\$)	LUBRIFICANTES		LAVAGEM (R\$)	KM ROD.	TOTAL (R\$)
			QUANT.	VALOR			QUANT.	VALOR			
NWT-6597 (D)	2010	105,28	2.954,765	6.190,01	350,00	230,00	16	467,00	180,00	31.312	7.522,29
NWT-7080 (D)	2010	105,28	1.710,086	3.547,40	800,00	1.276,00	07	91,00	130,00	26.257	5.949,68
NWT-5988 (A/G)	2010	100,78	638,239	1.678,05	687,30	-	08	253,20	-	5.172	2.719,33
NWV-8276 (D)	2010	105,28	1.975,117	4.125,82	121,00	-	08	144,00	75,00	21.995	4.571,10
NQJ-9686 (D)	2010	498,60	28,836	58,85	-	-	-	-	-	79	557,45
NQK-7345 (D)	2011	220,10	50,000	102,00	-	-	-	-	-	296	322,10
NQK-7365 (D)	2011	220,10	-	-	-	-	-	-	-	19	220,10
NQK-7445 (D)	2011	220,10	995,374	2.037,35	320,00	-	-	-	45,00	8.573	2.622,45
<b>TOTAL</b>		<b>4.798,62</b>	<b>18.181,849</b>	<b>39.829,90</b>	<b>11.719,62</b>	<b>3.800,98</b>	<b>129,5</b>	<b>3.208,98</b>	<b>1.561,44</b>	<b>198.001</b>	<b>64.919,54</b>

Fonte: STR/SAG/SAD/SFA-MA.

Tipo de combustível: A: Álcool  
D: Óleo Diesel  
G: Gasolina  
A/G: Álcool/Gasolina





**ANEXO F - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.**

Continua

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISSO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				

Os 20 condicionadores de ar tipo split adquiridos não se encontravam em funcionamento em 31/12/2012.

Sim ( ) Não ( )



Conclusão

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li></ul>	X				
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: SCC/SAG/SAD/SFA-MA.



**ANEXO G - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG.**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Ivo Leonardo Mesquita Siqueira, CPF nº 961.418.163-04, Agente Administrativo, exercido na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Luís/MA, 25 de janeiro de 2013.

  
Ivo Leonardo Mesquita Siqueira

CPF nº 961.418.163-04

Agente Administrativo / SFA-MA



**ANEXO H - Declaração de inserção e atualização de dados no Siconv.**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Antônio José dos Santos, CPF nº 064.272.943-34, Fiscal Federal Agropecuário, exercido na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Luís/MA, 14 de março de 2013.

Antônio José dos Santos

CPF nº 064.272.943-34

Fiscal Federal Agropecuário / SFA-MA



**ANEXO I - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINT. FED. DE AGRIC. , PEC. E ABASTECIMENTO /MA		130069	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) 465 FALTA COMPROVAÇÃO E PREST. CONTAS SUPR. FUNDOS b) 951 FALTA/ RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS-GESTÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n°	006624/T-8 GO

  
Alberto Jeronimo Pereira  
Coordenador de Contabilidade  
CRC-006624/T-8 GO  
CCONT/SPOA/SEMAPA